

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E NOVE DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E ONZE:** =====

===== *Aos vinte e nove dias do mês de Abril do ano dois mil e onze, pelas dezasseis horas, e trinta minutos no Auditório da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** - Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação da acta nº 10;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Certificação legal das Contas do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município/2010;* =====

===== **Ponto cinco:** *Proposta de aplicação do Resultado líquido do Exercício de 2010 – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *Apreciação do Inventário de 2010 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, do Município – Apreciação;* =====

===== **Ponto sete:** *Relatório final de acompanhamento e execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2010 – Após encerramento das Contas – Apreciação.*

===== **Ponto oito:** *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas – Relatório de Execução 2010 – Conhecimento e tomada de posição;* =====

===== **Ponto nove:** *Apoio Financeiro ao Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis - Ratificação;* =====

===== **Ponto dez:** Alteração do valor do spread relativo ao contrato de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2011, celebrado com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, SA (BBVA) - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** Isenção total de taxas, preços, impostos e outras receitas Municipais à Fundação La Salette - Aprovação; =====

===== **Ponto doze:** Isenção/Prescrição de Pagamentos de transportes em viaturas municipais – Aprovação; =====

===== **Ponto treze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a realização do evento “ Queima das Fitas de 2011” - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Banda de Musica de Loureiro, para a realização da “11ª MasterClass de Fagote”, de 18 a 22 de Abril, em Loureiro - Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação La Salette, para o financiamento de actividades a desenvolver pela Fundação, incluindo a realização das festas de La Salette, bem como a contratualização de bens e serviços necessários para o efeito – Autorização; =====

===== **Ponto dezasseis:** Protocolo de colaboração institucional com a Associação Comercial no âmbito do programa Modcom C 2010 – 2ª fase - Autorização; =====

===== **Ponto dezassete:** Protocolo de delegação de competências a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Pinheiro da Bemposta, para implantação de um piso sintético no recreio da EB 1 da Areosa – Autorização; =====

===== **Ponto dezoito:** Contrato-programa a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para a cooperação financeira do apoio à construção do novo quartel dos Bombeiros no âmbito da candidatura apresentada ao abrigo do Programa Operacional Valorização do Território – Autorização; =====

===== **Ponto dezanove:** Contrato-programa para a formação desportiva a celebrar com o Clube Desportivo de Cucujães – Autorização; =====

===== **Ponto vinte:** *Protocolo de parceria a celebrar com a Federação de Ginástica de Portugal e a GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM, para a realização do “Seniorgym 2011 – VI Festival Nacional de Ginástica Saúde e Vida Activa” – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *Protocolo a celebrar com a WRITE-UP, para a recolha, tratamento e reciclagem de produtos, materiais ou resíduos, descritos no Anexo I do DL nº 230/2004 de 10 de Dezembro, que sejam produzidos, recolhidos ou detidos pelo Município de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Aprovação definitiva do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Melhoramento dos níveis de visibilidade no entroncamento da Rua Francisco Abreu e Sousa com a Rua Domingos José da Costa – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Pedido da Escola Livre para a marcação de lugares de estacionamento na Praceta Escola Livre de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Proposta de sinalização vertical diversa para a freguesia de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Proposta de sinalização horizontal (estacionamento proibido em frente ao prédio) na Rua Tomás da Costa, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação; =*

===== **Ponto vinte e sete:** *Falta de sinalização na Rua Bento Landureza, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e oito:** *Ordenação do trânsito na Rua Dr. José Alexandre Simões Oliveira e Beco Camilo Ferreira – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e nove:** *Proposta de sinalização horizontal na Rua Correia Ferreira Silva, lugar de Barbeito, freguesia de Fajões – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta:** *Criação de zona de estacionamento proibido na rua Centro do Vidreiro, lugar de Bustelo, freguesia de S. Roque – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e um:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município de Oliveira de Azeméis – Freguesia de Pindelo – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e dois:** *Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município do Oliveira de Azeméis – Freguesia de Nogueira do Cravo – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e três:** *PI/9120/2010 – MACAP II – Comercio e Industria, SA – Margem de Acerto e Rectificação – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e quatro:** *PI/1509/2011 – Colmol, Colchões, SA – Margem de Acerto e Rectificação – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e cinco:** *PI/8439/2010 – Maria Olinda Pais Osório – Margem de Acerto e Rectificação – Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e seis:** *Relatório de Auditoria nº 03/2011 – Acção de fiscalização concomitante ao Município de Oliveira de Azeméis no âmbito da Empreitada do “ Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini” – Conhecimento e tomada de Posição;* =====

===== **Ponto trinta e sete:** *Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria - Aprovação;* =====

===== **Ponto trinta e oito:** *Fornecimento de refeições para alunos do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho para o ano lectivo 2011/2012 – Autorização de repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto trinta e nove:** *Reconhecimento de interesse municipal para infra-estrutura técnico da Empresa Dias Verdes, na freguesia de Fajões - Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta:** *Isenção de pagamento de taxas à Empresa Tormetais, Lda. - Aprovação;* =====

===== **Ponto quarenta e um:** *Isenção de tarifas ao Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta – Aprovação* =====

===== **Ponto quarenta e dois:** *Declaração de Utilidade Pública da Zona Industrial de Loureiro – Aprovação* =====

===== **Ponto quarenta e três:** *Eleição de um Presidente de junta de Freguesia para participar no Congresso Nacional da Associação de Municípios Portugueses – Eleição* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel de Pinho e Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões. =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva. =====

===== **Ausência dos Membros:** Rodrigo Moreira da Silva; Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira. Prof. Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena; justificaram as ausências; =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== *Boa tarde, Srs. Deputados Sr. Presidente da Câmara e respectivos Vereadores, Srs. funcionários da Câmara, Comunicação Social, é com muito agrado que nos encontramos aqui nesta legislatura, pela primeira vez em Cucujães, neste magnífico anfiteatro, para iniciar o período de antes da ordem do dia eu vou dar a palavra ao nosso anfitrião, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães, Sr. António Silva* =====

===== *Boa tarde, Ex Sr. Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, esperemos que os trabalhos, decorram da melhor forma possível e que este novo espaço, o Centro Cultural, seja tónico para que se tomem as melhores deliberações e possam contribuir ainda mais para o desenvolvimento e progresso do nosso Município. Queria aproveitar esta oportunidade para convidar todos vós a visitar a VII Feira do Livro de Cucujães, que vai decorrer em todo este edifício no próximo domingo dia 1 Maio, com sessão de abertura*

marcada para as 14 horas, até ao dia 14 de Maio, recheada de numerosas iniciativas, será certamente uma boa oportunidade para virem até Cucujães, termino renovando desejando que os trabalhos desta assembleia decorram da melhor forma para que seja positiva a passagem por Cucujães a reunião deste órgão autárquico =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão: =====

===== Vamos iniciar o período de antes da ordem do dia, apelava a todos o poder de síntese como já tiveram a oportunidade de se aperceber a agenda trabalhos é muito carregada com quarenta e três pontos e faço este apelo pessoal, para que todos consigamos ver se para além de ser proveitosa esta reunião, tenham todos presentes o vosso poder de síntese. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Junta de S. Roque, Sr. Amaro Simões. =====

===== Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros colegas, público. Boa tarde, só uma pequenina reflexão sobre os Censos 2011, para dizer que não escapamos á tendência da baixa acentuada da população, era espectável, causas, sociologicamente haverão muitas, no entanto, no que à administração e à política, sobretudo á Freguesia diz respeito, entendo que não estaremos a fazer para fidelizar as pessoas sobretudo grupos de jovens que reportam dificuldades em compatibilizar emprego em condições de habitação, dizem estão atraídos particularmente por Santa Maria da Feira, não sei que dirá Santa Maria da Feira, se também tiver quebra de habitantes, mas o que mais me preocupa é a deslocalização das empresas, algumas delas até com condições razoáveis, que vão para fora da Freguesia, outras boas vão fora do concelho, digo que sempre será melhor do que fecharem, mas que dói, velas partir, dói. Não há meio de ver a primeira pedra da zona industrial de S. Roque, de forma a ver indústrias alternativas e consolidar as existentes, que demonstram a capacidade de resistência, vão as empresas, vão as pessoas, vai tudo. Outro ponto que queria falar é sobre a tolerância de ponto, na tarde de quinta-feira Santa, já aconteceu o mesmo com a vinda do Papa, a treze de Maio, houve muito ruído, muito aproveitamento, muita intolerância à volta desta tolerância, foi oportunidade para alguns mediáticos Presidentes de Câmara terem pretexto para darem um ar da sua superioridade, estas tolerâncias embora compreensíveis, resultam perversas, a mim por respeito e pelos transtornos que provoca a quem trabalha por exemplo na componente de apoio à família os ATL's, não as dariam de qualquer forma respeito e também digo que nos próximos anos deve ter sido a ultima, muito obrigado. =====

===== *No uso da palavra o Senhor Presidente da Mesa, convidou o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Sr. José Alves a integrar a mesa como é hábito, por impedimento da Prof. Isabel Vilhena, por se encontrar doente. Seguidamente concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Muito boa tarde a todos, Excelentíssimo Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Excelentíssimo Sr. Presidente da Câmara, Sr. Vereadores presentes, membros da Assembleia Municipal, estimado público e comunicação social. Esta que foi uma promessa generalizada de todos os partidos durante a campanha eleitoral, levar as reuniões desta Assembleia a todo o concelho, apraz-me imenso o facto de se ter materializado. Muito obrigado Cucujães por nos ter recebido, muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal por esta iniciativa de levar a Assembleia Municipal a outros pontos do concelho. Começo esta Assembleia por propor ao nosso Presidente da Câmara um acordo para que eu não tenha que pedir constantemente a concretização de alguns compromissos assumidos em sede de Assembleia Municipal. Peço-lhe que responda directa e conclusivamente a esta questão: Está nas suas intenções distribuir pelos líderes de bancada a sinalética de trânsito conforme decisão anterior? É sua intenção ceder aos elementos da comissão de saúde a documentação referente a esta área conforme decisão da primeira reunião desta comissão? Só preciso que me responda sim ou não, se sim que seja levada a efeito, se não que o refira e não mais o questionarei sobre estes assuntos. Ainda em relação à comissão de saúde, a reunião urgente que foi falada na última Assembleia Municipal, acabou por não ser agendada. Continuo a aguardar serenamente a sua marcação em altura oportuna. Outra preocupação que me traz aqui é o aumento constante de vandalismo e assaltos ao comércio oliveirense, imputando até graves prejuízos aos comerciantes com a destruição de montras, não falando já dos artigos roubados. Quando no primeiro ano de mandato, fomos consultados ao abrigo do estatuto de direito à oposição, foi nossa sugestão a criação de videovigilância nas principais artérias comerciais, bem como a solicitação de mais policiamento, pelos vistos esta sugestão será cada vez mais uma inevitabilidade. Para terminar duas questões muito simples: Como está o concurso relativo ao saneamento no nosso concelho, e como se encontra a situação do novo centro comercial. Muito Obrigado.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra a deputada Ana Neves, do PSD que prescindiu. Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra a deputada Ana Raquel, do PS.* =====

===== *Boa tarde a todos os presentes. Em nome do Partido Socialista venho aqui reconhecer a importância das obras realizadas no Cine Teatro Caracas, nomeadamente no que concerne à iluminação e algumas barreiras para pessoas portadoras com mobilidade reduzida, digo algumas porque a meu ver foram esquecidas as pessoas com deficiência visual e quando falamos acessibilidade para todos devemos mesmo pensar em todos. E relativamente a este*

assunto gostaria de perguntar ao Sr. Presidente se as obras estão de facto concluídas? E se o Sr. Presidente acha que a nossa prestigiada casa de espectáculos, está apta a receber grupos numerosos de artistas, nomeadamente no que respeita à qualidade do ar, pelo que sei continuamos sem ar condicionado, no Cine Teatro Caracas. Aproveito mais uma vez para perguntar, para quando o Conselho Municipal de Juventude? Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Manuel José, do PS. =====

===== Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros Colegas, Público e Comunicação Social. O Município de Oliveira de Azeméis tem vindo a ser alvo ao longo dos últimos anos de investimentos fundamentais em várias áreas estratégicas por parte do Governo e do Poder Central. No domínio da acção social, de vital importância para o Partido Socialista, refira-se o apoio a diversos projectos sociais, num investimento superior de 4,3 milhões de euros, financiados, maioritariamente, pelo programa Pares, destacando-se a creche do Centro Social de Pindelo, o Lar de Idosos do Centro Social do Pinheiro da Bemposta, a creche e Centro de dia da Comossela, e o Lar de Idosos e Lar Residencial do Centro Social de Fajões. Na educação e investimento público ganha contornos mais definidos com a requalificação da Escola Secundaria Ferreira de Castro, um investimento superior a 13.000.000,00€ (treze milhões de euros) e cujo a obra está na fase final de conclusão, e a requalificação da Escola Secundaria Soares de Basto, com dezassete vírgula três milhões de euros, de investimento já iniciado em que englobara a Escola Bento Carqueja nos maiores projectos do parque escolar do País. Não podemos também esquecer os exemplos dos Centros Escolares do Curval, Azagães e S. Roque financiados maioritariamente pelo QREN. Passando para outro domínio, finalmente Oliveira de Azeméis estará ligado de forma célere e eficaz à rede auto-estrada do país, com dois nós de ligação à A32, e que tem um custo estimado em trezentos oitenta seis vírgula quatro milhões em de euros (386,4 milhões €), sendo o maior investimento público efectuado no concelho e que vai permitir colocar Oliveira de Azeméis na rota das principais vias estruturantes do País, e colmatar o défice de mobilidade que até aqui se vindo a verificar, após ter sido o governo socialista a resolver as acessibilidades do sul do concelho à A1, com a construção da variante Travanca a Estarreja, é mais um Governo do PS, que promove esta infra-estrutura rodoviária que potenciará o desenvolvimento económico do concelho. Esperamos ainda que possa ser iniciadas em breve as obras de requalificação da Estrada Nacional 227, por iniciativa das Estradas de Portugal. No campo da Saúde, destacamos a recente criação de três unidades de saúde familiar, duas delas a funcionar no novo Centro de Saúde, cujo investimento global foi de dois vírgula seis milhões de euros, (2,6 milhões €), em terrenos cedidos pela Autarquia. Saliente-se também a requalificação das urgências do Hospital S. Miguel, um investimento de cerca de meio milhão de euros, (0,5 milhões €), esperamos ainda que a breve prazo se possa dar sequência, não obstante os constrangimentos financeiros do País

à construção do novo hospital do Entre Douro e Vouga, sediado no nosso concelho. Os investimentos referidos demonstram que o Governo, não tem esquecido o concelho, bem pelo contrário, apesar da injustiça das contínuas referências negativas de responsáveis autárquicos acerca da acção do Governo. De resto o governo cumpriu a sua obrigação, norteando a sua actuação, pelas necessidades das populações, estando atento às suas dificuldades, o balanço é fracamente positivo e certamente o Município continuará a ter os investimentos necessários no futuro. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Sr. Presidente da Junta de Pinheiro da Bemposta, Sr. Armindo Nunes. =====

===== Muito boa tarde. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membro da Assembleia, Caros Oliveirenses. Um cumprimento muito especial para o nosso anfitrião, o Sr. António Silva, digno Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães a quem felicito por este magnífico auditório. Dois assuntos que me trazem a esta tribuna: O primeiro para manifestar a minha satisfação pela realização das jornadas de trabalho de erradicação da lixeira da Minhoteira, dinamizada pelo Movimento “Limpar Portugal”, que felicito na pessoa o seu responsável Sr. Fernando Pinho. Agradeço a participação entusiasta dos voluntários de várias freguesias do concelho e a participação dos Bombeiros, que para ali deslocaram muitos jovens, numa jornada de educação cívica e ambiental que certamente os enriquecerá e aos proprietários que permitiram a utilização dos seus terrenos. Agradeço também o apoio da Câmara Municipal, que disponibilizou os importantes meios de equipamento, sem os quais era impossível realizar o trabalho e encarou o projecto com entusiasmo dos seus dirigentes e operacionais. Falta agora melhorar as protecções de segurança, o que sei estar nas preocupações do Vereador Dr. Isidro. Figueiredo. O outro assunto é pelo estado do pavimento das ruas e caminhos da freguesia. A idade do pavimento de grande parte das ruas, a falta de conservação em devido tempo e sobretudo os invernos, deixaram o pavimento da maioria da nossa rede viária em muito mau estado. Os casos mais prementes vão sendo resolvidos tapando os buracos com a chamada massa fria, que estamos a aplicar com compactação com a patela, para atenuar a irregularidade do piso e melhorar a durabilidade. Mas esta solução é apenas uma forma de acudir temporariamente aos problemas. A reparação colocar alcatrão a quente, como foi na zona histórica da Bemposta, não é um tapete, mas é uma solução que satisfaz, porque deixa o piso muito mais uniforme e com melhor duração. Esta é a nossa maior dificuldade e não podemos supri-la, porque não temos meios para isso e verdade seja dita, é da responsabilidade dos serviços da Câmara. Estamos sim prontos a colaborar com os nossos, poucos meios. Certamente que outras Freguesias estarão em idêntica situação e todos temos a noção de que não é agradável para ninguém andar constantemente a incomodar o Presidente ou o seu gabinete a pedir urgência para esta ou aquela rua, até pelo risco de estarmos a ser egoístas, por desconhecimento da urgência dos

outros. A Câmara tem meios, tem quadros e pessoal capaz. Por isso, queria propor que se faça o levantamento das necessidades do concelho ao nível da reparação de ruas e um planeamento de intervenções exequíveis, que possa graduar e calendarizar as urgências, para que todos saibamos com o que podemos contar e nos entendamos com as nossas populações. Creio que todos estamos de acordo que a calendarização é um parâmetro da maior importância em qualquer planeamento. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.=====

===== Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Mesa, restantes Membros da Mesa, colegas Vereadores, Membros da Assembleia Municipal, Público, técnicos da Câmara Municipal, e o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães em particular, pela forma como nos recebeu, o nosso anfitrião E depois também agradecer as simpáticas palavras, que nos dirigiu no início desta Assembleia Municipal. Respondendo objectivamente às questões que me foram colocadas, fazer uma referência às preocupações que o Sr. Amaro Simões, aqui traduziu, naquilo que diz respeito ao Censos. Aproveito a oportunidade para agradecer o empenho de todas as Juntas de Freguesia nos processos dos Censos, fomos dos concelhos que respondemos prontamente, junto dos coordenadores e dos recenseadores, e que trabalhamos afincadamente para que tudo corresse bem, foi esse o feedback que tive dos responsáveis do Instituto Nacional de Estatística, portanto aqui também fica o meu agradecimento público às Juntas de freguesia que trabalharam todas afincadamente nesse processo. Relativamente às questões do emprego, desemprego, da deslocalização das empresas, essa é uma preocupação, que não é só de S. Roque, não é só seguramente do Sr. Amaro Simões, é de todos nós que temos responsabilidades, publicas e politicas, e, temos vindo a trabalhar nesse sentido, aliás a recente aprovação da área de acolhimento empresarial UL/Loureiro, é um bom exemplo no sentido de criar infra-estruturas necessárias para fixar investimento, para atrair investimento, para a criação e riqueza e obviamente também a criação de postos de trabalho e há outras zonas industriais que estão com seus planos de pormenores feitos, há zonas industriais que infelizmente ainda atravessam algumas dificuldades tendo em conta a burocracia da maquina pesada do Estado, naquilo que diz respeito a algumas autorizações, há ainda matérias absolutamente inacreditáveis, que temos vindo com a nossa paciência e resistência a tentar ultrapassar, relativamente a alguns desses passos, a Freguesia de S. Roque tem uma particularidade muito interessante, tem resistido naquilo que diz respeito a uma indústria que é muito importante no nosso município, que é a industria do calçado, e essa industria do calçado tem também dado ela própria lições a muitos outros sectores de actividade da forma como se resiste apostando na qualidade, na inovação, no design, contribuindo em muito para o aumento quer da vocação exportadora do nosso concelho, mas também das exportações em geral dos

bens transaccionáveis, aqui fica este registo positivo, relativamente a S. Roque. Quanto á questão da tolerância de ponto, e da procura do minuto da glória, eu percebi o que quis dizer, obviamente que há sempre aproveitamentos nesta matéria, temos que ser claros, houve quem se aproveitasse, houve quem tivesse o minuto de glória, mas também não é só nesta matéria, há pessoas que às vezes procuram trinta segundos de glória, neste caso até foi um minuto ou um minuto e meio, naquilo que diz respeito à Câmara Municipal, quero dizer que a resposta dos funcionários da Câmara Municipal, neste dia de tolerância de ponto, naquilo que diz respeito e muito em particular aos serviços administrativos e ao serviço de atendimento a disponibilidade dos funcionários para trabalhar durante a tarde foi total, não foi preciso andar a pedir a ninguém, a exigir a ninguém, a forçar ninguém, antes pelo contrario as pessoas mostraram disponibilidade para trabalharem, houve obviamente tolerância de ponto, foi decido proceder à tolerância de ponto mas, posso aqui e permita-me destacar isso, porque são muitas vezes também injustiçados, mas os funcionários da Câmara nomeadamente aqueles que têm a responsabilidade do atendimento mostraram disponibilidade total, e trabalharam, a Câmara esteve aberta, obviamente houve coisas, seguramente, Munícipes que quiseram resolver problemas que não conseguiram, mas os serviços mantiveram-se abertos e procuraram naquilo que são as questões essenciais responder positivamente sem disso fazermos publicidade, pois é a nossa obrigação! Portanto foi assim que respeitamos e seguimos essa mesma tolerância de ponto que foi dada à função pública, sem estarmos a fazer algum show – off politico com essa questão. Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Miguel Portela. Sr. Deputado vamos reunir a Comissão de Saúde, vamos conversar relativamente aos assuntos da saúde. Agora sobre a documentação que o Sr. me pede, nós não temos andado a trocar muita correspondência, temos falado, a Sr^a Vereadora, não há semana nenhuma, que não fale com os responsáveis na área da saúde, mas não temos aquele hábito de andar aqui a escrever cartas, por tudo e por mais alguma coisa, temos conversado, temos procurado resolver os problemas, temos chamado à atenção, ainda recentemente sobre as questões que dizem respeito ao nosso Hospital, posso dizer que as ultimas reclamações que nós tivemos eco na Câmara Municipal, sobre picos de urgência, foram reclamações em todas as unidades hospitalares da nossa região e até naquelas de maior dimensão, porque foi um fluxo anormal, basta haver um fluxo anormal de pessoas a recorrer à urgência, que o tempo de atendimento vai obviamente piorar, mas isso também não devemos nesta matéria estar aqui agora a fazer politica sobre isso. Eu para estas coisas da saúde, acho que são matérias muito sérias que nós não devemos fazer politica, devemos sim trabalhar no sentido de criar as melhores condições para a prestação de cuidados de saúde, quer na sede do concelho, quer na sede do nosso Hospital, quer nas USF, quer nos postos de Saúde, isso sim é que nos deve motivar, mas, assumo aqui esse compromisso, vou convocar a Comissão de Saúde para partilharmos estes problemas. Relativamente à documentação é como lhe disse, tudo que o Sr. Deputado quiser, é só pedir, eu posso dar-lhe o que lá temos, não é muito, porque muito deste trabalho é feito por contacto informal, a Sr Vereadora é a principal testemunha e interlocutora nesse processo. Quanto à questão que falou

do vandalismo, ainda na semana passada estive no comando distrital da GNR a falar com o segundo responsável, depois juntaram-se outros oficiais da GNR, não estava o comandante operacional, estava o Sr. Tenente-coronel, Couto, foi quem me recebeu, onde eu foi precisamente manifestar essa preocupação, relativamente ao numero de efectivos, ao patrulhamentos, às vigilâncias, porque isso também foi objecto na Reunião do Conselho Municipal de Segurança, foi muito discutido essa questão, até associada aos horários de funcionamento dos bares, porque também há muitas vezes uma relação directa, muitas das vezes também paga o justo pelo pecador, não é bem assim, mas infelizmente! Nós repudiamos qualquer ato de vandalismo e estamos a trabalhar no sentido evitar que eles aconteçam, muitos deles nos últimos tempos até aconteceram na zona pedonal, que é uma zona que nós queremos dar movimento, queremos dar vida de manha, á tarde e á noite, infelizmente nem sempre os comportamentos a partir de uma certa hora da madrugada não são os melhores, temos que dizer também sem ter medo das palavras, as pessoas têm que ter noção que para usufruir destes espaços públicos não precisam de estragar, não precisam de deteriorar mobiliário urbano, não precisam de derrubar os canteiros, não precisam de roubar as flores. Acho que podem obviamente divertirem-se, podem beber os copos que quiserem, mas sempre com respeito também por esses mesmos espaços. Agora essa é uma preocupação e sabemos, por aquilo que nos foi transmitido, que há nos três postos, naquilo que diz respeito ao posto de Oliveira de Azeméis, ao posto de Cesar, e ao posto de Cucujães, estão todos com défice de recursos humanos, mas também segundo o que o Sr. comandante distrital nos disse, é que, o défice de recursos humanos é a nível nacional. Falou da abertura de um concurso para mil praças da GNR, que tem vindo a ser adiado e que quando isso acontecer, quando estiverem formados, Oliveira de Azeméis Concelho estará nas prioridades para receber mais homens. Oliveira de Azeméis Concelho, deixe-me lhe dizer o seguinte, mais do que Concelho, porque há postos, nomeadamente o posto de Cesar, faz patrulhamento, faz trabalho em áreas de Arouca, também isso, segundo as informações que nos deram, no futuro vai-se circunscrever ao Concelho e não vai haver esta questão de servir mais do que um Concelho. Relativamente à questão da sinalética, deve haver aqui uma falha de comunicação, eu sinceramente não entendi a questão, perguntei aqui ao Sr. Vice-presidente, mas certamente o Dr. Miguel Portela me dirá o que é em concreto e eu farei chegar. Relativamente á questão que me colocou sobre o saneamento, quero dar-lhe nota que nós estamos a preparar, como sabem obrigatoriamente não sendo vinculativo, mas, temos de pedir um parecer á ERSAR, esse parecer foi pedido, a resposta já nos chegou. Vai ser na próxima e espero levar á próxima reunião de Câmara esta matéria, com o parecer para o estudarmos e também é minha intenção solicitar ao Sr. Presidenta da Assembleia Municipal, uma Assembleia Municipal extraordinária, ainda durante o mês de Maio, para podermos aqui discutir e aprovar essas matérias, apesar de vivermos tempos de dificuldades, problemas económico financeiros achamos que há todas as condições para lançarmos o procedimento, para andarmos com o procedimento para a frente e certamente cumprir um dos nossos compromissos, um designo de todos porque essa matéria é maior aquilo que nos une do que

aquilo que nos divide, portanto, todos queremos e nós estamos cientes e empenhados em cumprir esse compromisso. Relativamente ao Centro Comercial, aqui há uma relação directa com a conjuntura económica financeira que estamos a viver, sendo certo que a última reunião que mantivemos com os promotores, eles próprios tiveram a oportunidade de nos terem dito a mim e ao Sr. Vice-Presidente, numa reunião que tivemos num sábado de manhã, de forma informal, verbal, a assunção de cumprir com o compromisso, a intenção da construção do Centro Comercial, e na semana seguinte fizeram-no por escrito. Eu pedi isso para além obviamente da conversa simpática, dando nota que nós insistimos e achamos que é muito importante, para aquele espaço e para o concelho esse mesmo investimento. Na semana seguinte, a empresa, nomeadamente a empresa imobiliária do Grupo Martifer, fez questão de forma escrita e expressa de manifestar essa intenção de cumprir com o compromisso que tinha com o Município de Oliveira de Azeméis. Quanto às questões colocadas pela Sr^a deputada Ana Raquel. Queria dar-lhe nota que se fizeram melhorias no Cine Teatro Caracas, as obras ainda não estão completas, fizemos melhorias nas acessibilidades, nomeadamente para as pessoas com mobilidade condicionada, podemos dizer hoje que o Cine Teatro Caracas está mais acessível, com mais qualidade, mas como sabe, é nossa firme intenção transformara aquela sala numa sala de espectáculos moderna, para isso estamos á procura de financiamento, financiamento comunitário, mas infelizmente, nem a Sr^a Secretaria de Estado da Cultura, ou Sr^o Secretario de Estado da Cultura, ou a Sr^a Ministra, tiveram tempo para nos receber, agora também já não vale a pena, estão em fim de mandato, mas foram varias as vezes que lhes escrevemos para nos receberem, não nos receberam, a Direcção Geral dos Espectáculos recebeu, falou com os nossos técnicos, deu uma serie de sugestões e de melhorias que foram feitas, entendemos que aquela sala deve estar sempre a sofrer melhorias, não só para quem visita e quem assiste ao espectáculo, mas também para quem dá espectáculo, aquilo que lhe posso dizer Sr^a Deputada, é que nomeadamente as ultimas personalidades da Cultura que têm estado no Cine Teatro Caracas, acham a sala encantadora e só dão elogios à sala. E dizem mais, não mexam na sala! E nós dizemos não, vamos ter que mexer. Refiro-me concretamente ao David Fonseca, que deu um concerto no ano passado, no Ciclo da primavera, até assumiu um compromisso com a Sr^a Vereadora, gostou tanto da acústica da sala, que quando lançasse um novo álbum o fazia em Oliveira de Azeméis, vamos esperar que ele não se esqueça. O último foi o João Pedro Pais, num concerto memorável e que obviamente ele próprio não se cansou de o fazer e dizer com a sala completamente cheia, lotação esgotada, também um concerto de grande qualidade, nos temos uma boa sala, vamos ter que a transformar, queremos que seja uma sala moderna e que cumpra também com os requisitos que nomeadamente a Direcção Geral dos Espectáculos nos impõe. Quanto ao Conselho Municipal de Juventude, e quando falou de Juventude, eu pensei que ia fazer uma referencia que no terceiro mês consecutivo, a Loja Ponto Já de Oliveira de Azeméis, é a loja com mais visitas, mas não fez, talvez se tenha esquecido, isso é importante até porque o delegado do IPJ, esteve aqui em Oliveira de Azeméis esta semana ontem mesmo e onde estivemos a falar sobre o Conselho Municipal de Juventude, e era bom

também que politicamente se entendessem, houve uma discussão profunda, na Assembleia Republica que depois não chegou a bom porto, numa tarde que os Srs. Deputados aprovaram tudo que era diplomas, mas entenderam que este não era prioritário, como sabem estava em reformulação a questão do Conselho Municipal de Juventude, e nós, decidimos aguardar por essas alterações, para não estarmos a fazer uma coisa que depois termos de adaptar á nova legislação, mas agora a opção vai ser diferente, não vamos aguardar, porque havendo eleições; novo governo; toma posse; Assembleia da Republica, nunca mais é sábado e portanto dizer-lhe que, julgo que posso assumir esse compromisso, na primeira quinzena, de Junho vamos ter Conselho Municipal da Juventude, com aquilo que é a legislação que temos hoje, sabemos que vamos ter de o adaptar, mas acho que não vamos estar mais tempo á espera, a Sr.^a Deputada em todas as Assembleia Municipais vem cá perguntar isso, e eu tenho que lhe dar sempre a mesma explicação, sendo certo que agora a responsabilidade não é nossa, quando é nossa nós assumimo-la, vamos aguardar, o Sr. Vereador Pedro Marques participou até activamente nas últimas discussões, esteve até na Assembleia da Republica, esteve em Évora numa discussão pública sobre essa matéria, portanto vamos agora trabalhar com aquilo que temos porque não vale a pequena estarmos à espera. Sobre a intervenção do Sr. Deputado Manuel José, é sempre simpático falar do investimento público, investimento comunitário, agora não podemos é ser selectivos naquilo que falamos. O Sr. Deputado falou com tanto ênfase, nas três Unidades de Saúde Familiares, mas podia ter dito que isso provocou o encerramento do posto de Saúde de Fajões, o encerramento do posto de Saúde de Travanca, arranjou os problemas que arranjou em S. Martinho da Gandâra, também podia ter dito isso, esqueceu-se, mas não há problema nós lembramos nessa matéria, como também se esqueceu do posto de GNR de Cucujães, do posto GNR de Cesar, como eram investimentos que estavam programados e como fazem falta ao Concelho, aliás é reconhecido por todos. Agora também não falou do Parque do Cercal, também não falou da Área de Acolhimento Empresarial, mas isso foi por manifesta falta de tempo. Estará também satisfeito por termos o parque do Cercal em vias de aprovação; termos a Area de Acolhimento Empresarial aprovada e por ter sido considerada um dos projectos de alavanca de investimento na região norte, reconhecido pela Comissão de Coordenação da Região Norte, portanto isso foi por manifesta falta de tempo. Quanto ao Sr. Armindo Nunes, subscrevo integralmente a sua intervenção, totalmente, do inicio ao fim, mesmo na questão do levantamento das necessidades e da recuperação da rede viária do nosso Concelho. Sendo certo Sr. Armindo, o Senhor vai concordar comigo, no dia que nós definirmos as prioridades quando começarmos pela primeira, segunda, terceira, quarta, quinta, está tudo bem, está tudo satisfeito, quando começarmos daí para baixo, é que vão acontecer os problemas, e depois a décima nona intervenção, a decima oitava, a decima sétima, a decima sexta, é que vai ser pior, o que nós temos feito, eu julgo que, e o Sr. Armindo também o reconheceu, justiça lhe seja feita, algumas vezes as recuperações, são aquilo a que se chama, em termos de produção industrial, just in time (ou seja mesmo em cima do acontecimento), é quando já está muito mal, temos que lá ir resolver. Às vezes até fazemos asneiras que é, estar a chover mas o buraco é tão grande que,

temos de lá colocar alguma coisa, pelo menos para remediar, isso temos feito. Achamos que este planeamento e esta programação são necessários, mas nós temos vindo a trabalhar no sentido de responder prontamente às situações mais aflitivas e às vezes, nomeadamente quando há muita chuva, é complicadíssimo porque toca o telefone de toda a gente ao mesmo tempo, é tudo urgente, está tudo intransitável, tudo cheio de água, tudo cheio de buracos, eu reconheço que é uma situação complexa, e nós procuramos até as próprias brigadas que andam no terreno, fazem mais horas, trabalham até mais tarde, às vezes até andam ao fim de semana a resolver problemas, mas nem sempre conseguimos cumprir com aquilo que é o nosso desejo, e nomeadamente o vosso desejo, vocês tem a noção clara, que aquilo que vocês querem é aquilo que nós queremos. Ninguém aqui quer existam buracos seja em que freguesia for, mas infelizmente ainda temos alguns e vamos demorar algum tempo a ter o concelho totalmente regularizado do ponto de vista da rede viária. A nossa rede viária é enorme, se isto fosse um concelho com seis ou sete quilómetros quadrados, era fácil, do Gabinete da Câmara, via-se onde estão os buracos, e mandava-se tapar, mas temos de Vilarinho de São Luis até Macieira de Sarnes, etc..., etc..., portanto é muito complicado. Uma última nota sobre a questão do Limpar Portugal, eu também me associo aos cumprimentos que o Sr. Armindo Nunes fez. Tivemos inclusive Vereadores que andaram no terreno, Sr.^a Vereadora Ana de Jesus, Sr. Vereador Manuel Alberto, estiveram no terreno também a proceder a essas limpezas, o Sr. Presidente da Junta, mais membros da Junta de Freguesia, o que era importante, para além da questão que o Prof. Isidro já se comprometeu, também de tapar, proteger aquilo, era importante também que as pessoas tivessem civismo, isso é que era importante. Foram mais de cem toneladas de lixo, que saíram da Minhoteira, mais de cem toneladas. Foram anos e anos de lixo acumulado. Foram muitos dias de trabalho, obviamente, agora já não depende de nós, depende das pessoas e do civismo das pessoas, mas acho também ao passar por lá, e olhar para aquilo que foi feito ninguém tem coragem de lá colocar lixo. Muito obrigado Sr. Presidente. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Sr. Deputado, Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Muito boa tarde. Antes de mais, as minhas desculpas pelo atraso. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas, Comunicação Social, Público. Entre os dias dezasseis e vinte e um de Abril decorreu o IV Concurso Internacional de Instrumentos de Sopro “Terras de La Salette 2011”. Mais uma demonstrou-se tratar-se de um espectáculo de grande sucesso e qualidade, contribuindo para a projecção nacional do nosso Concelho em termos musicais, pois contou com a participação de cerca de trezentos jovens de cento e trinta concelhos, incluído da Madeira e dos Açores. De realçar que na edição de este ano a organização contou com a presença do músico Pedro Silva, único Português na Orquestra Sinfónica do Youtube. A bancada do PSD aproveita a

oportunidade para se congratular com a participação dos jovens Oliveirenses, em particular dos premiados: Daniel Rocha, terceiro classificado em Saxofone infantil; Carla Pereira vencedora em Oboé infantil; Pedro Silva vencedor em Bombardino Juvenil. É também exemplo de enorme sucesso em Oliveira de Azeméis o evento cultural anual Ciclo da Primavera, cuja edição de 2011 arrancou a 12 de Março com o teatro revista “ Vamos Contar Mentiras”, composto por um elenco de luxo, que permitiu uma noite repleta de boa disposição e muito humor. Enquadrado neste evento tivemos também a possibilidade de assistir ao concerto do conceituado músico João Pedro Pais, denominado por “Improviso”, que trouxe a Oliveira de Azeméis versões renovadas dos seus famosos êxitos. A magia finalizará o Ciclo da Primavera deste ano com a actuação do mágico Mário Daniel, com a actuação no dia 21 de Maio, também no Cineteatro Caracas. A decorrer está a semana académica 2011, repleta de incitativas para os estudantes e seus familiares, mas também coloca á disposição da população Oliveirense, um cartaz promissor e apetecível. De destacar a Monumental Serenata, o Cortejo Académico e o Festival de Tunas Universitárias que conta cada vez mais com a adesão de toda a comunidade Oliveirense. Considero que este movimento estudantil só eleva o nosso concelho, pois caracteriza-se e acarreta um enorme dinamismo para a nossa cidade. Estou certo também que quando terminado Campus Universitário Parque do Cercal e a Escola Superior de Saúde, todo este envolvimento será ainda mais profícuo Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Sr. Deputado, Drº António Rosa. =====

===== Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, caros Colegas, Cucujanenses, Comunicação Social. Antes de mais uma palavra para Sr. Presidente da Junta e sobretudo para Cucujães, por ter uma casa como esta, ao serviço da freguesia, da maior freguesia do Concelho. Portanto mais do que merecido para todos os Cucujanenses. Eu começava a minha intervenção antes de mais por dar um pequeníssimo contributo, ao também singelo mas cirúrgico contributo do deputado Manuel José, para a campanha do Partido Socialista para legislativas que se aproximam, aqui nesta tribuna. É impressão minha, ou esqueceu-se de uma outra obra de grande importância e para além de grande importância, de grande necessidade para o concelho, que é o Centro de Saúde. Recentemente inaugurado. Também ele, uma obra inaugurada pelo Partido Socialista. Eu gostava de fazer uma pequena referência, com diz o Sr. Presidente, seguramente, que por lapso de memória, é assim que estas coisas acontecem e é assim que devem acontecer, é que estas obras sendo todas da responsabilidade, exclusiva da Administração Central, tiveram uma intromissão, se calhar abusiva porque fora das suas competências da Câmara Municipal. É que as IPSS, estão a fazer, ou a concluir extraordinárias obras que prestarão um enorme contributo, aos mais idosos e aos mais jovens. Mas tiveram participações da Câmara Municipal. As escolas assentam em terrenos que foram cedidos graciosamente pela Câmara Municipal. O

Hospital São Miguel, teve projecto que foi cedido pela Câmara Municipal e teve inclusive participação financeira, na fase de instalação. O próprio Centro de Saúde, como todos sabem, para além de uma forte participação financeira por parte da Câmara Municipal, teve também a disponibilização do terreno para aí ser construído uma obra da responsabilidade da Administração Central. Mas obviamente que é assim, que estas coisas devem acontecer, é em sintonia, para além de quaisquer tipos de divisões político partidárias, obviamente em benefício de Oliveira de Azeméis que é essa de facto a missão de todos nós. Mas a principal razão que me aqui traz. Prende-se com o objectivo de destacar um conjunto de temas que sem sombra de dúvidas, reúne todos os partidos aqui presentes e também todas as pessoas que aqui estão nesta Assembleia. Todos nós ao longo tempo, manifestamos recorrentemente e sem hesitações o carinho e o empenho, na defesa muitas das vezes, carinhosamente apelidado, ex-líbris do nosso concelho, o parque da La Salette. Pois bem, neste momento. Unidos como sempre. Sobre este tema, estaremos juntos, no regozijo, de devermos mais de quatro milhões de euros garantidos, para investir na qualificação deste espaço. O parque da La Salette vai ser alvo da maior intervenção alguma vez realizada na sua qualificação, isto depois obviamente da grande empreitada realizada pelos seus promotores originais á cento e um anos atrás. Outro ponto que nos tem unido, a todos, pelo menos na aspiração, no desejo ao longo dos anos, é a estruturação de um espaço de excelência, capaz, de acolher a também de excelência, força e vocação empresarial do nosso Concelho. Estou certo portanto, que, todos unirão a sua voz à minha, na congratulação, por vermos contratualizado um financiamento para a estruturação e construção da área de acolhimento empresarial de Loureiro, um investimento estimado em, catorze milhões e meio de euros (14,5 milhões de euros). É portanto merecido uma palavra de reconhecimento à Câmara Municipal, pelo trabalho de casa que foi feito. De acerca de uma dezena de anos atrás a esta parte de dezenas de incitativas e circunstâncias, todos sem excepção, unimos a voz e o esforço, na conquista de projectos no ensino superior. Embora sem beliscar o sucesso da sua missão, tem vivido e actuado de forma precária em instalações, arrendadas pela Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no centro comercial Rainha, como todos sabemos. Pois bem, estou certo que será neste momento, grande a satisfação de todos nós, por vermos, lançado/aprovado o projecto, para a obra civil, que dará o lugar ao Parque do Cercal Campus Universitário. Uma obra que nesta fase tem uma previsão orçamental, de cinco milhões de euros (5 milhões de euros). Três obras, três desejos em vias de concretização, três áreas que são estruturantes, para o desenvolvimento de uma cidade e de um Concelho. A qualidade de vida e o ambiente o desenvolvimento económico e a educação três pilares essenciais para o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Todos juntamos no passado as nossas vozes, na hora de sonhar e reivindicar. Estou certo de que continuaremos em sintonia coerente, agora que é hora de executar. Sr. Presidente, tem pela frente, apenas neste três grandes projectos, um volume de investimento próximo de vinte e cinco milhões de euros, que gerirá, certamente, como habitualmente com a sua ponderação e visão estratégica, de forma a garantir que, em seu resultado os Oliveirenses fiquem mais ricos e possam ser mais felizes. Estes vinte e cinco

milhões de euros representam três quartos do orçamento de um ano da Câmara Municipal. Será sem dúvida um grande esforço, que implicará outros sacrifícios e opções, mas valerá a pena, estou certo. Estou certo, que vai continuar com o apoio e compreensão de todos nós, por Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, restante Vereação, caros Colegas, Oliveirenses, Comunicação Social. Mais uma vez, costuma, ser costume, pedir desculpa pelo atraso. Mas realmente fechar o balcão às três e meia quatro, horas e estar aqui às quatro e meia, não é fácil. É muito difícil de cumprir. Eu vinha apenas falar da iniciativa que eu apresentei aqui nesta Assembleia Municipal em primeira mão. Vinha agora também dar conta dela porque praticamente está encerrada, que foi aquelas corridas solidárias que fiz desde Setúbal até Oliveira de Azeméis. Como disse na altura, o dinheiro das Assembleias Municipais, e das Assembleias Metropolitanas, e mais algum, reverteu a favor dos Bombeiros e dos Vicentinos de Oliveira de Azeméis. Dizer que foi feita uma parceria com a Câmara Municipal, mais propriamente com a GEDAZ. Dizer que foi com muito prazer que fiz esta campanha e esta prova desde Setúbal até Oliveira de Azeméis, foram trezentos e trinta e nove quilómetros, mais ou menos. Dizer até ao momento, temos quase quatro mil euros, que serão distribuídos pelas duas instituições. É evidente e é um alerta que fazia, quem quiser participar, neste caso, compartilhar, na campanha, na angariação de fundos que está a ser feita. Eu não me importo de pedir, porque não é para mim que estou a pedir, de maneira que não tenho problemas em pedir, muito menos vergonha, porque são duas instituições, em que o primeiro objectivo foi claramente conseguido, foi divulgar o que tinha de ser divulgado. O trabalhos dos Bombeiros toda a gente conhece e enaltece e sabe qual é. Dos Vicentinos, as pessoas, maior parte delas não sabe qual é o trabalho deles, pelo menos ficaram a saber que eles existiam, ficaram a saber que eles fazem um grande trabalho em Oliveira de Azeméis e por essa causa eu não me importei de dar, o corpo, não me importei de dar, o empenhamento e o suor, que até me fez bem. De maneira que, como eu tinha dado, lançado a campanha cá, dizer que neste momento, a minha parte está feita. Falta a parte dos outros. Obrigado. =====

===== Para encerrar este período, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Muito Obrigado, Sr. Presidente. Relativamente a estas questões quem foram colocadas. Só dar nota; o Sr. deputado Filipe Carvalho, falou em diversas manifestações do ponto de vista cultural, todas elas, obviamente interessantes. Permita-me que aproveite aqui, para fazer uma referência muito especial ao Concurso Nacional de Instrumentos de Sopro. Em

primeiro lugar pela parceria, feliz com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), que tem sido um parceiro interessante, colaborativo, activo, neste mesmo concurso. Depois fazer uma referência também importante às famílias de Oliveira de Azeméis, nomeadamente às famílias acolhedoras, porque muitos dos jovens que vêm prestar provas vêm participar no concurso, ficam em casa de pessoas de Oliveira de Azeméis que os acolhem prontamente. Depois dizer-vos que edição deste ano. Ela tem sido todos os anos mas eu julgo que de ano para ano a exigência, tem vindo a aumentar. Ao ponto do próprio júri, ter já deixado uma serie de sugestões, relativamente ao futuro, dizendo muito em especial, que devíamos continuar a fazer o que estávamos a fazer. Mas procurar dar mais dimensão, mais notoriedade ao concurso. Obviamente que é uma advertência importante. Chamando à atenção daquilo que se faz, mas nestes tempos, nem sempre é fácil apostarmos também nessa matéria. Certo que este ano, a visibilidade foi muito maior, teve um eco tremendo em toda a comunicação social. Obviamente que esse é um caminho, que deve continuar a ser percorrido, eu tive a oportunidade, também no concerto de laureados de dar uma nota quer a Sr.^a Vereadora Gracinda Leal, quer ao Sr. António Grifo, Presidente da FAMOA, que estava presente, ele e o Sr. Carlos Pinho, dirigentes da FAMOA. Eu tive a oportunidade de dizer, que, já podiam estar a preparar o próximo concurso de música, para o ano. Apesar das dificuldades, dos problemas, dos constrangimentos, acho que há matérias em que nós temos de arranjar sempre, ou fazer um esforço financeiro para manter este concurso de música, parece que não tem sequer discussão. Aqui ficam os meus agradecimentos, a quem tudo fez para que nada faltasse, aos músicos ao júri, e uma vez mais, mantendo a excelência, a qualidade, neste evento. Relativamente às questões levantadas pelo Dr. António Rosa. Tem a ver com o investimento estratégico, apostas estratégicas, que estamos a fazer naquilo que diz respeito, à área do saber e da inovação, no trabalho que estamos a fazer com a Universidade de Aveiro, nomeadamente no parque do Cercal. Mas, já agora permita, também na área do saber, quer o trabalho que tem vindo a desenvolvido quer com a Universidade Sénior, mas também com a Cruz Vermelha Portuguesa, para transformar a Escola Superior de Enfermagem, numa Escola Superior de Saúde, com a questão dos terrenos, a cooperação e parceria que tem existido com a Direcção da Escola, com Mestre Henrique e com a Cruz Vermelha Portuguesa. Portanto nessa área, vamos ter, espero, em breve muitas boas novidades. A questão da Área de Acolhimento UL/Loureiro, há um ponto da ordem de trabalhos, vamos ter de decidir aqui a questão de utilidade pública e eu guardava-me, para essa altura, para podermos falar um pouco mais relativamente essa matéria. Na entrada deste Centro Cultural, falei com o Sr. representante, do Programa Operacional do Norte, relativamente à Área de Acolhimento Empresarial, pela necessidade de agendarmos, de procurarmos calendarizar, já, o contrato de financiamento. Para que rapidamente possamos vencer aqui uma serie de etapas burocráticas, para correspondermos às expectativas de alavanca, de investimento na região norte de Portugal. Os contratos de financiamento, eu hoje não tenho qualquer responsabilidade, nomeadamente executiva, naquilo que diz respeito à Fundação La-Salette, estão aqui os três membros do seu conselho de Administração, o Sr.

Presidente e os Vogais, julgo que todos estarão satisfeitos, por já termos assinado o contrato de financiamento, é um passo também importante, há o passo do projecto, há o passo da candidatura, há a aprovação da candidatura, há uma serie de trabalho burocrático, que as pessoas por vezes até se inquietam porque demora tanto tempo, mas é verdade. Essas coisas demoram, mas agora felizmente o próprio contrato de financiamento e o contrato de financiamento, é já preto no branco. Está aqui o dinheiro. Agora lancem os concursos, façam a obra. Está aqui a garantia do investimento, também já foram assinados, e isso é extraordinariamente interessante. Agora só a título de informação e uma vez que estávamos a falar do parque do Cercal. Na próxima quarta feira, o Reitor da Universidade de Aveiro, o Professor Manuel Assunção e a sua equipa, vem a Oliveira de Azeméis. Vai ser dada posse ao novo Director da Escola, o Professor Martinho. Vou ter a oportunidade de ter uma reunião de trabalho com ele, para podermos preparar, com tempo, o inicio do ano escolar de 2013, que todos ansiamos. Quanto à intervenção do Ricardo Bastos, ela foi na hora, não teve tempo de aquecer. Mas aqueceu bem, quando veio de Setúbal até Oliveira de Azeméis, eu tive esse privilégio, não de correr como o professor Manuel Alberto, mas tive o privilégio de estar à espera dele, em frente da Câmara Municipal. Dizer que, todos nós sentimos também alguma emoção. Primeiro porque era um companheiro nosso, um colega nosso, que tem actividade pública e politica e depois velo envolvido num projecto solidário. Por um lado ver a alegria com que ele chegou, a alegria e a fadiga, porque também era notório o estado físico que ele apresentava, mas acima de ver que ele é merecedor Não estamos habituados a bater palmas na Assembleia Municipal, não é regulamentar, não está no Regimento, mas acho que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, não se vai importar de batermos palmas ao Ricardo Bastos pelo esforço que ele fez em nome desta prova solidária. =====

===== Seguidamente a Assembleia, aplaudiu, a pedido do Sr. Presidente da Câmara. ==

===== Seguidamente o Sr. Presidente da Assembleia, por proposta do líder de bancada do PS, Sr. Francisco Valente, passou a ler o voto de louvor. “Mais um cidadão Oliveirense assumiu funções á frente de uma importante organização de âmbito nacional, cargo prestigia o nome de Oliveira de Azeméis. Desta vez, foi Manuel Santos Gomes que recentemente tomou posse, como novo Presidente da CONFRAFI. Este empresário agrícola de sessenta e cinco anos, natural de Oliveira de Azeméis é Presidente da PROLEITE, Director da FENALAC e Administrador da LACTOGAL. Estamos certos que com a sua acção, defenderá intransigentemente a agricultura e a produção agrícola nacional, reforçando a sua importância na economia nacional. A bancada do PS apresenta a esta Assembleia a proposta de um voto de louvor e deseja a este ilustre Oliveirense, votos do maior sucesso no desempenho destas funções.”=====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o voto de louvor à votação,

tendo sido deliberado por unanimidade aprovar. =====

===== Posto isto, resta-me dizer e dar os parabéns às bancadas das diversas formações partidárias, indicando que, o PSD gastou nove minutos de dezasseis segundos, o PS onze minutos e trinta e nove segundos e o CDS um minuto e cinquenta e um segundos, tudo isto com as respostas do Presidente da Câmara, gastamos vinte e nove minutos e cinquenta segundos. Eu penso que estamos de parabéns por isso. =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====

===== **Ponto um: Votação da Acta nº 10;** =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do deputado Ricardo Bastos. =====

===== Obrigado. É uma nota muito breve, acho que é relevante quando um membro da Assembleia pede a palavra e não lhe é dada a palavra. Depois motivou uma intervenção no final. Acho que é relevante que isso fique na acta, não há lá nada escrito, que houve um membro que pediu a palavra, fui quem pediu a palavra e foi negada a palavra. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia, solicitou a audição da cassette para posteriormente se proceder á sua rectificação. Seguidamente colocou o ponto número um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar. =====

===== **Ponto dois: Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Actividade e Situação Financeira do Município;** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. A informação foi distribuída e ela é extensa, explicativa, se existir algumas dúvidas, cá estaremos para poder esclarecer. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== **Ponto três: Certificação legal das Contas do Município – Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;** =====

Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “O presente relatório é constituído pela certificação legal das contas, parecer do auditor externo às contas do exercício de 2010 e o relatório relativo à situação económica e financeira do 2º semestre de 2010 sendo emitido nos termos e para os efeitos previstos na alínea d) do artigo 48º da Lei nº 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), pelo que se submete à apreciação.” =====

===== **Ponto quatro: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Município/2010.** =====

===== *Pela Câmara foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20 % do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 284.399,34 Euros, proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, correspondente a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 14.219,97 Euros, em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 270.179,37 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL”* ==

===== **Ponto cinco: Proposta de Aplicação do Resultado líquido do Exercício de 2010 – Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta:”**PRESTAÇÃO DE CONTAS/ 2010:** Presentes, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Actividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do activo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da*

Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Actividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de actas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. O parecer também foi entregue. =====

===== Seguidamente e por solicitação dos membros da Assembleia, passou-se á análise conjunta dos pontos três, quatro e cinco =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Vou fazer uma intervenção inicial tentando aqui abordar os três pontos que Sr. deputado Francisco Valente acabou de dar nota naquilo que diz respeito á prestação das contas, á certificação das mesmas e á questão da aplicação do resultado liquido, aliás estão todas elas interligadas. Vou pedir também. Se o Sr. Presidente da Assembleia Municipal permitir. Nós temos uma intervenção em PowerPoint preparada pelos serviços técnicos. Se o Sr. Presidente autorizar, pedia aos serviços para o apresentar. Eu faria a minha intervenção depois, relativamente á matéria. Pedia á Sr.ª Dr.ª Fátima, o favor da fazer de forma objectiva, sucinta e perceptível. =====

===== Pela Sr.ª Dr.ª Fátima, foi apresentada a seguinte explicação: “ Boa tarde a todos. Vou fazer uma apresentação muito simples, muito sintética daquilo que consta do próprio relatório e prestação de contas. Ao nível da óptica orçamental vamos analisar a receita e a despesa, de uma forma muito simples. A receita total efectiva foi apurada no montante de trinta e dois milhões oitocentos e sessenta mil seiscentos e trinta e quatro euros, sendo que face á dotação inicial teve uma execução de 88,6 %, ao nível da dotação final no final do ano estaríamos com 83,3%, as rubricas aqui que contribuíram significativamente terá sido ao nível das transferências. Relativamente á receita, temos uma diminuição ao nível global de 4,1 %, cerca de um milhão e quatrocentos e dezanove mil euros, aqui o grande impacto tem a ver com a redução das transferências do estado, estamos a falar de cerca de quinhentos e vinte e oito mil

euros, que eram previstos de fundos, que não se concretizaram de acordo com PEC. Neste caso estamos a falar exactamente no Orçamento do Estado, houve aqui um acréscimo ligeiro que tem a ver com todas as transferências, não só associadas aos fundos comunitários como a outras receitas associadas, ao nível de impostos em contra ciclo temos o IMT que é uma situação engraçada, em situação normal e dado a conjuntura devia estar a descer e tivemos um acréscimo ao contrário do que seria de esperar. Ao nível das vendas, tivemos um importante impacto nas quotas de serviço no que toca a água e saneamento. Temos também a renda da concessão que teve um ligeiro acréscimo. Ao nível das transferências de capital da Administração Central, tivemos um ligeiro acréscimo nomeadamente no que toca a participações de Fundos Comunitários. Ao nível de passivos financeiros, tivemos uma redução, significativa, de dois milhões e cento e oitenta e sete mil euros. Ao nível dos empréstimos de médio e longo prazo, cumprimos com os limites impostos de redução, nitidamente. Ao nível de curto prazo também tivemos uma redução, pela menor utilização do empréstimo de curto prazo. Ao nível da despesa, podemos dizer que a despesa total efectiva foi trinta e dois milhões e setecentos e quarenta e sete mil euros. Em termos de execução, face á dotação inicial foram 88,3 % que se verificaram e ao nível da dotação final de 82,6 %, aqui podemos dizer que houve uma diminuição total da despesa na ordem dos 5,9%, cerca de dois milhões e trinta e cinco mil euros. Ao analisarmos os gráficos parece que existe uma discrepância muito grande em 2008, mas é justificada, pela questão do empréstimo de saneamento financeiro, que foi feito nessa altura, pela sua utilização fez com que estes valores aumentassem substancialmente. Em relação ao PPI, podemos dizer que houve aqui algumas funções que tiveram aumentos significativos, nomeadamente funções gerais, ao nível das funções sociais, educação, ordenamento de território, e abastecimento de água, serão as vertentes com maior peso em termos de aumento significativo. Ao nível de diminuição podemos falar da cultura, desporto, etc.... Ao nível de custos, já numa óptica económica, tivemos aumentos significativos em, três, quatro áreas importantes, os custos totalizaram trinta e dois milhões e oitocentos e treze mil euros as áreas mais representativas foram: as áreas custo com pessoal; fornecimentos e as amortizações do exercício. Pode-se dizer que a globalidade dos subsídios que foram atribuídos sobre o final do ano de 2010 e que tiveram maior peso, totalizaram seis milhões quatrocentos e oitenta mil euros, cerca de 19,75% da estrutura de custos que o Município tem. Podemos analisar algumas das rubricas que tiveram maior impacto, nomeadamente custo das mercadorias e das matérias consumíveis, aqui a distribuição de água, ou água para distribuição, matérias de armazém e combustíveis, serão as rubricas que tiveram maior impacto. Ao nível do fornecimento e serviços externos, podemos dizer que também houve aqui algumas rubricas com aumentos significativos, assim como houve outras com diminuições significativas nomeadamente, na publicidade, na vigilância e segurança dos edifícios, encargos de cobrança, etc.... Os aumentos verificaram-se essencialmente, ao nível da recolha de lixo e limpeza de ruas, alguns trabalhos especializados que foram sendo desenvolvidos. Em relação aos custos e das rubricas que tiveram uma variação mais significativa, podemos falar das

transferências e subsídios correntes concedidos. Neste caso tivemos uma variação de 21% em relação ao ano anterior. Ao nível de custos com pessoal, apesar de termos uma redução, efectiva, não só de efectivos, trabalhadores, tivemos também um acréscimo, que foi resultante de alterações dos elementos do executivo, pelas normas legais temos de fazer aqui alguns pagamentos nesse sentido, por outro lado tivemos também despesas de saúde que são imputadas ao Município que cresceram substancialmente, digamos que a diminuição de custos com pessoal que existiu, foi fortemente influenciada por estes acréscimos, mas de alguma forma permitiu diluir um bocado os encargos suportados a mais. Ainda na vertente económica, mas na base dos proveitos, podemos dizer que os proveitos totalizaram no ano cerca de trinta e três milhões de euros, tiveram uma variação negativa não muito significativa, mas bastante elevada, tendo em conta que não recebemos os fundos do Orçamento do Estado. A grande variação que se pode verificar e que tem um peso substancial é das transferências e subsídios obtidos, tivemos um acréscimo da ordem dos 10%, sendo que o IMT conforme eu referi é a rubrica que tem um peso em contra ciclo bastante elevado, já a derrama está em queda livre, em relação às transferências e subsídios obtidos tivemos também aqui algum acréscimo, nomeadamente nas transferências correntes. Depois houve verbas que diminuíram, mas é normal processo eleitoral, não houve transferências, as transferências da DREN também diminuíram drasticamente, tivemos sim um aumento significativo ao nível das transferências de capital exterior ao nível de candidaturas, ainda mantendo esta vertente de proveitos e fazendo uma análise mais aprofundada em algumas das rubricas a parte das vendas e serviços tiveram uma variação significativa na ordem dos cento e quarenta e oito mil euros. Ao nível de trabalhos para a própria entidade, tivemos um acréscimo nomeadamente provocado pelo volume de proveitos para a própria entidade da forma como passaram a ser registados em termos contabilísticos e verteram de alguma forma este aumento. Ao nível de proveitos e ganhos extraordinários, tivemos uma diminuição drástica que é justificada pela transferência da Piscina Municipal para a gestão da GEDAZ, sendo que nos obrigou em termos contabilísticos á imputação imediata de todos os proveitos obtidos de apoio comunitário e tinha-mos de fazer esta imputação de imediato no próprio ano, sendo que a gestão e o equipamento deixava ser da Câmara Municipal. Ao nível dos resultados mantendo esta óptica económica, os resultados operacionais são positivos, tivemos um aumento de quinhentos e quarenta e seis mil euros, são resultados na ordem de quatro milhões e trinta e dois. Ao nível de resultados financeiros o valor já é negativo é influenciado pela diminuição do capital em dívida ao nível de empréstimos e pelo nível baixo das taxas de juros que se verificaram durante o decurso do ano. Ao nível dos resultados extraordinários temos o valor negativo que se justifica devido á imputação dos direitos da Piscina Municipal para a GEDAZ, só aqui temos três milhões negativos. Em relação ao resultado líquido, estamos a falar em duzentos e oitenta e quatro mil euros, com uma diminuição de um milhão seiscentos e dezanove mil euros em relação ao ano de 2009. Passando assim a uma óptica mais financeira e patrimonial, o resultado líquido totaliza cento e oitenta e oito mil euros, registando uma diminuição no ano de cerca de três milhões trezentos e seis mil euros. Os

fundos próprios registam um decréscimo de cerca de quinhentos mil euros. Ao nível da dívida, aqui sim, é importante reforçar, a dívida total de 2010 cifrou-se em quarenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e um mil e quarenta e seis euros, mantendo uma tendência de diminuição que se tem vindo a reforçar ao longo dos anos, registando uma diminuição de dois milhões duzentos e cinquenta e três mil euros, sendo que nos últimos cinco anos baixou na ordem dos sete milhões e trezentos mil euros. O endividamento líquido municipal, em 2010, ficou-se por trinta e oito milhões cento e cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e oito euros, teve uma variação negativa, diminuímos um milhão e seiscentos e sessenta e seis mil euros e conseguimos superar o montante de redução imposto pela Lei. Olhando para os últimos exercícios, temos desde o ano de 2006 uma diminuição acumulada de quase doze milhões de euros. No final de 2010 a dívida de empréstimos de médio e longo prazo conforme referido anteriormente, também sofreu uma diminuição da ordem de dois milhões e duzentos e oitenta e sete mil euros, verificando-se trinta e oito milhões setecentos e cinquenta e um mil euros, esta diminuição conseguiu superar o que a própria lei impunha em termos de redução anual. Muito obrigado. =

===== Seguidamente usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara =====

=====Muito obrigado, Dr.ª Fátima. Senhor Presidente, só dar aqui uma breve nota a acrescentar aqui a esta exposição, que a Dr.ª Fátima acabou de fazer. Dar-vos nota que conforme se percebe estas contas 2010 são também influenciadas pelos cortes e pela conjuntura económica ou financeira, pela conjuntura que estamos a viver e conforme já explicado pelo PEC que fez com que os municípios fossem fortemente penalizados, aquilo que nós percebemos de muitas reformas anunciadas, aquela que foi mais fácil de executar, foi a cortar ao Municípios, ou seja o dinheiro está lá, não vem, fica lá, porque muitas outras coisas de compromissos assumidos depois não se concretizaram, basta lembrar aqui aquelas cinquenta emblemáticas medidas que ainda estão todas no papel nenhuma delas foi concretizada, tirar o dinheiro aos Municípios é fácil, está lá, não mandam para cá, depois quem quiser que se desenrasque. Deixem-me dizer que o Município de Oliveira de Azeméis, apesar de toda esta conjuntura económico-financeira, registou uma redução naquela que é a sua dívida total de dois milhões duzentos e cinquenta e três novecentos e seis euros. Isso é que importa aqui registar. A redução total da dívida foi de dois milhões duzentos e cinquenta e três novecentos e seis euros, a dívida neste momento da Câmara Municipal é de quarenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e quarenta e seis euros. Reduzimos também o endividamento Municipal, essa redução foi de um milhão seiscentos e setenta e seis quinhentos e dois euros, também ela claramente acima do limite mínimo de redução imposta pela legislação em vigor ou seja o montante mínimo que estava-mos obrigados a reduzir era de um milhão trezentos e trinta e um duzentos e sessenta ponto quarenta euros e reduzimos em de um milhão seiscentos e setenta e seis quinhentos e dois euros. Naquilo que diz respeito ao endividamento com empréstimos bancários de médio e longo prazo, a redução registada foram dois milhões duzentos e oitenta e sete quinhentos e trinta e

seis, também aqui acima do limite mínimo de redução imposta pela lei, ou seja montante mínimo era dois milhões cento e dezasseis trezentos e setenta e um, e, a redução do endividamento com empréstimos bancários de médio e longo prazo foi de dois milhões duzentos e oitenta e sete quinhentos e trinta e seis. Para se perceber bem do que estamos a falar, em 2009 a dívida total do Município era de cinquenta e um milhões e setecentos e trinta e quatro, a dívida total em 2010 é de quarenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e um, em 2009 o endividamento líquido Municipal ascendia a trinta e nove milhões oitocentos e trinta e três, em 2010 o endividamento líquido Municipal é de trinta e oito milhões cento e cinquenta e seis, naquilo que diz respeito ao endividamento dos empréstimos bancários, médio e longo prazo, em 2009 era de quarenta e um milhões e trinta e nove, em 2010 é de trinta e oito milhões setecentos e cinquenta e um. Permita-me também que faça referência às despesas com pessoal, temos de ser rigoroso nesta matéria e os números podem criar alguma confusão, porque há, um aumento das despesas relacionadas com o pessoal, mas também é bom dizer que há uma diminuição dezasseis mil e setecentos e vinte e um ponto sessenta e quatro, naquilo que diz respeito às renumerações certas e abonos variáveis, ou seja, o aumento das despesas com pessoal, prende-se com as despesas de saúde suportadas pelo Município, isso nós não podemos controlar, são as despesas dos nossos funcionários que temos de pagar e aí temos um aumento muito substancial, estamos a falar de mais duzentos e oitenta e cinco mil oitocentos e quarenta e cinco e também um aumento para a contribuição social de mais cinquenta sete mil duzentos e trinta e cinco euros, estas despesas podem criar alguma confusão, por isso é que faço questão de chamar à atenção para este pequeno mas relevante pormenor, naquilo que diz respeito aos ordenados propriamente dito, aquilo que diz respeito às renumerações, houve uma redução. Deixem-me dizer e também dar essa nota, sei que vai ser falado na parte seguinte e permita-me adiantar para ganhar algum tempo, relativamente ao investimento, há uma redução no investimento em 2010, porque sabemos aquilo que temos, sabemos aquilo que podemos contar e não investimos de qualquer maneira, o investimento é selectivo, é criterioso e portanto há uma redução, um decréscimo de investimento em relação ao ano passado. Deixem-me dizer também, e não vou estar aqui a enumerar, só se entenderem que é preciso. Refiro-me concretamente a investimentos nas Freguesias, muitos deles feitos em parceria com as Juntas de Freguesia, em intervenções como por exemplo: já ninguém se lembra do investimento feito na Rua Bento Landureza, era uma rua que estava há vários anos para ser feita essa intervenção, hoje é uma rua moderna que teve outras melhorias que não estavam inicialmente previstas, nomeadamente iluminação led, entre muitas outras. Há uma serie de investimentos, apesar desta da redução, que foram feitos nas diversas Freguesias. O prazo médio de pagamento é importante fazer essa referência, há uma redução do prazo médio de pagamento em relação ao ano de 2009, em 2009 fechamos o ano com o prazo médio de pagamento em cento e quarenta e cinco ponto oito dias (145,8), e em 2010 o prazo médio de pagamento foi de cento e trinta e seis ponto um dias, (136,1). Bem sei, que não corresponde ao plano de saneamento financeiro, mas o que importa aqui salientar é que está dentro daquela redução legal dos cento e oitenta dias (180), e, há um decréscimo, no

ano 2009 foram cento e quarenta e cinco dias (145), em 2010 foram (136.1). Há também um aumento da dívida a outros credores, esse aumento tem a ver com aqueles protocolos e com as aprovações que fizemos em finais de 2010, lembram-se que foi numa Assembleia Municipal que esteve a ser discutido, em Assembleia Municipal que houve essa necessidade e essa possibilidade tendo em conta o plano económico - financeira de enquadrarmos e de valorizarmos uma série de protocolos, de subsídios e de outras coisas que fizemos em 2010, com o compromisso de pagarmos quando houvesse disponibilidade de tesouraria em 2011. O plano de saneamento financeiro estimava uma redução para 2010 de dois milhões e quatrocentos mil euros e que essa redução não chegou aos dois milhões e quatrocentos mil euros, mas foi de dois milhões duzentos e cinquenta e três e novecentos e seis euros. O ano de 2010, não vale a pena estar aqui chover no molhado mas toda a gente reconhece que foi um ano tremendamente difícil em termos económicos e em termos financeiros, permitam-me aproveitar esta oportunidade para fazer um agradecimento muito especial às **Juntas de Freguesia!** Às dezanove Juntas de Freguesia, sem qualquer preocupação partidária, nesta defesa e neste agradecimento às Juntas de Freguesia, todas elas foram iguais e tiveram comportamentos extraordinariamente correctos compreendendo claramente os problemas e as dificuldades que estamos a viver, das dezanove Juntas de Freguesia recebemos total solidariedade, aquilo que os presidentes de junta desejam é que este esforço que lhes é pedido seja reconhecido pelo equilíbrio das contas e que possam vir dias melhores, é também isso que nós procuramos. Para terminar, há aqui três questões essenciais que eu gostava de partilhar convosco e que não subsistisse qualquer dúvida relativamente a elas. - Há o cumprimento da redução obrigatória ao limite do endividamento líquido. Não subsistam dúvidas a essa matéria. Cumprimento da redução obrigatória ao limite no endividamento a médio e longo prazo. Também por muito que isso possa custar a alguns, há também uma redução da dívida total. Nos últimos cinco anos esta redução da dívida já vai em sete milhões trezentos e vinte um trezentos e dezanove, tem sido possível pela gestão apertada, muita vezes sacrificando o investimento, vamos ser sérios! Sacrificando o investimento, mas também ainda me hão-de explicar como se resolve a dívida se não sacrificarmos o investimento, para não chegarmos a situações, como aquela infelizmente o nosso país chegou. Não queremos que o FMI cá venha, nem ficarmos em bancarrota, se não continuávamos a investir por aí fora e não conseguíamos nunca fazer este tipo de redução Para que não subsistam dúvidas, números são números! É matemática, por muito que as pessoas possam fazer as intervenções mais acaloradas que quiserem. A redução da dívida este ano foi de dois milhões duzentos e cinquenta e três novecentos e seis. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Francisco Valente, Dr. Miguel Portela, Dr. António Rosa, Ilídio Barbosa. =====

===== *Na ausência do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Francisco Valente, do PS.* =====

===== *Excelentíssima Mesa, Senhor. Presidente, Senhores Vereadores, Caros Colegas. Com esta ordem de trabalhos, o Sr. Grifo não vai manter a equidade, vão falar dois indivíduos do PSD, mas eu não tenho problema nenhum em falar em primeiro, em último, ou no meio, fica exactamente igual. Para alguns não será, para mim é, vamos realmente ao que interessa. São as contas e os pontos que estão aqui em discussão. Sr. Presidente da Câmara dizia assim: - Não fazemos mais investimento, se não vem para aí o FMI, como aconteceu ao Governo. O que é que o Senhor pensa que é o plano de saneamento financeiro? Senão um FMI Autárquico que existe neste País. Quais as condicionantes e as obrigações que a Câmara se viu forçada a cumprir, portanto não vale a pena por no FMI e se o FMI cá está, se calhar teríamos de voltar aí 1985, para ver todos os erros crassos que foram feitos e que agora alguém tem de pagar, numa coisa estou de acordo consigo Senhor Presidente, o ano de 2010 foi difícil mas também foi o primeiro que este executivo teve completo e cujo resultado é de sua inteira e única responsabilidade. Não vamos colar mais naquilo que foi o passado, naquilo que é o presente e aquilo que é da vossa responsabilidade. È evidente que se falou aí da redução da dívida total, do endividamento líquido, dos empréstimos. Estamos a falar dos objectivos que Câmara se tinha proposto e incluído no relatório de gestão. Foram atingidos os objectivos mínimos para poder passar a prova seguinte. Atingiram-se! Não faça disso uma bandeira, porque quando se pega numa bandeira, porque realmente se atingiu o patamar mínimo, a partir daí, é o reconhecimento da incapacidade, atingiram os patamares. Dos objectivos que tinham também, a Revisão do Plano Director Municipal ficou na gaveta. O plano da Urbanização da Cidade seguiu o mesmo caminho. Acho que em objectivos estamos conversados. O mínimo dos mínimos ou o resto não passou da folha do papel. A Dr.ª Fátima sabe muito de contabilidade, mas eu também sei alguma coisa, acima de tudo estou cá para falar de política e para ler os números de uma forma mais política do que contabilística. Quando se diz que a receita atinge determinados valores, o que me importa que a receita, só foi concretizada, a taxa de execução orçamental só foi de 83%. Eu pergunto o que se andou a fazer? O que é certo é que as transferências vindas do Estado aumentaram em relação ao ano de 2009. Isso é indesmentível. Mas havia uma promessa do Orçamento de Estado que dava quinhentos e vinte e oito mil euros. Vocês também fazem dotações iniciais, fazem dotações finais e tudo isso são situações que vão previsivelmente alterando. O que interessa é o facto, a Câmara Municipal recebeu mais dinheiro do Estado, do Orçamento do Estado, do Governo Central em 2010, do que recebeu em 2009. Em relação á despesa, reduziu – se em 5,9%, foi dito aqui, perfeito. Mas pasme-se a despesa corrente cresce, setecentos e vinte mil euros, e já representa este valor astronómico de 74,20% de despesa total. Se a despesa desce, se a despesa corrente sobe, meus senhores vocês tiraram aquilo que era para investir, para gastar em coisas supérfluas. Não vejo de outra maneira. Ouvi dizer, que os*

salários não têm um aumento significativo tudo o resto foi serviços externos e pouco mais. Será os clips? O investimento, falamos do investimento. Dificuldade de investimento, senhor Presidente da Câmara, será que o PPI com uma taxa de execução de 62,8% agrada a alguém? Será que vocês ficam contentes com aquilo que fizeram? Provavelmente sim. Eu penso que não. Os cortes que fizeram, fizeram na Cultura, fizeram no Desporto, indicia no meu ponto de vista, uma nula preocupação neste já tão carenciado sectores que a comunidade Oliveirense tem. Mas foi a vossa opção. Vocês, são Executivo. Vamos à análise económica, seguindo o ritmo que nos foi aqui apresentado pela técnica, e repito, para que não restem dúvidas. As transferências da Administração Central via Orçamento do Estado, elevam-se a quinze milhões quatrocentos e cinquenta e oito mil cento e trinta e um com sessenta e sete cêntimos, assim não estaremos enganados. Não é que está dúvidas, é o que está escrito lá. Cresceu em relação a 2009 e tomem atenção representa quase 50% das receitas da Câmara, aquilo que depende directamente da gestão da Câmara, a rubrica directamente ligada a que a Câmara deveria de gerir são: As vendas de Prestação de Serviços, esses ficam-se por uns míseros 14,24%, por uns míseros 14,24%. Os impostos, coitados de nós todos, a morte e os impostos, temos sempre garantido, excederam, já representam 29%. O que é que se pode depreender disto aqui, Impostos, transferências de Orçamento de Estado, representam escandalosamente 76%, mais do que os $\frac{3}{4}$ que falava o nosso amigo Rosa, mais de $\frac{3}{4}$ do orçamento da Câmara. Aquilo que realmente pertence à gestão da Câmara a prestação de serviços, isso é um trabalho mais complicado, ficará para mais tarde, um dia qualquer veremos como o vão concretizar, porque efectivamente não fizeram nada. Custos e Perdas: não tenho dúvidas, que os custos com pessoal aumentaram por custo de Saúde, provavelmente teria de ser eu dizer ao Revisor Oficial de Contas, para verificar papel por papel se isso corresponde à verdade. O que lhes garanto é uma coisa e senhor Presidente da Câmara terá que ter isso em atenção, 32,5% de custos com pessoal, é escandaloso, 32,5% é muito dinheiro, daquilo que é o Orçamento da Câmara. Os FSE, passam os 20% e as amortizações, eu diria as amortizações numa empresa desta ordem de grandeza de 15,97%, era a ruína, isto provavelmente essa empresa teria vinte máquinas e que ou trabalhava com duas, ou vocês tem um imobilizado, que Revisor põem muitas reservas e chegaremos ao seu momento de ver se isso é verdade ou mentira, ou tem um imobilizado muito alto como dizia, ou então esta muito subaproveitado. Falou-se do endividamento e o endividamento reduziu-se, os tais mínimos, mas Senhor Presidente em abono da verdade podemos dizer uma coisa, o endividamento líquido excedeu o limite das Finanças Locais. Eu não estou agora a falar do Plano de Saneamento Financeiro, esse é no ponto certo, não vamos baralhar, eu pedi para se juntar estes pontos três, quatro e cinco, porque eles são iguais. Outro é diferente. O outro é o FMI cá do sítio. Lá chegaremos para conversar sobre esse FMI. O endividamento do empréstimo a médio e longo prazo excede de igual maneira a Lei das Finanças Locais, em quase vinte milhões de euros, portanto trabalhem, têm muito que transpirar, mas sejam mais criativos se querem arranjar receitas para que possam equilibrar este Município, porque senão aquilo que se diz há muitos anos que esta dívida é estrutural, ela

continua a sê-la e, continua a sê-la, porque nada se faz para evita-la, a situação aqui é, Orçamento do Estado dá-me dinheiro e eu resolvo os meus problemas, mas se não me dá paciência, vamos pedir para a rua, porque eu não vejo nenhuma criatividade na gestão da Câmara, para angariar receitas que vão para além daquilo que é dado pelo tal Orçamento do Estado, mais aquilo que são as taxas que nós Municípes coitados temos de pagar quer queiramos quer não, o resto nade se vê e fica por aí. Eu não queria e não vou-me pronunciar pela Certificação Legal de Contas é uma questão absolutamente técnica, acho que o trabalho do Revisor Oficial de Contas estará bem feito e não tenho sequer elementos que me possam dizer o contrário. Todavia, o relatório que nos dá como auditor externo e a respectiva informação, ele levanta reservas que nós já temos. Provavelmente ainda temos mais algumas, isso deixa-nos ficar sem margem para podermos aprovar estas contas e sem margem porque, essa reservas apresentadas na certificação legal de contas, as reservas, são do domínio daquilo que eu falava á pouco e vou dizer aquilo que o revisor oficial de contas diz taxativamente. “Dada a dimensão, multiplicidade e em certos casos a antiguidade dos bens que integram os agregados patrimoniais, bens do domínio publico imobilizações corpóreas não nos foi possível desenvolver os procedimentos de autoria necessários que de forma fundamenta nos permita formar opinião sobre o valor destes agregados.” Portanto, eu diria se as amortizações são muitas, penso que aqui a responsabilidade mais uma vez vai morrer solteira, porque ninguém sabe se aquilo que está inscrito na contabilidade corresponde minimamente á verdade, nem o auditor sabe, eu saberei menos ainda. Outra reserva que o Senhor Auditor diz e esta para mim é muito mais complicada e se alguém me poder esclarecer eu gostava de saber? Refere-se aos saldos de fornecedores. Como é que o Auditor só confirma cinco milhões e noventa e nove mil, quando fala dos saldos de fornecedores e outros credores, se as contas apresentam sete milhões, eu não consigo perceber. Alguém me explique. Eu não consigo, se o Senhor Revisor Oficial de Contas estiver por aí pode me explicar, se não estiver alguém que nos diga porque é que isto se desenquadra desta maneira, eu não sei. Há um desfasamento e há uma reserva do Senhor Auditor que sabe, que têm de pagar religiosamente para ele vos fiscalizar, portanto, admito que ele esteja a falar a verdade, eu não sei, confio nas palavras dele. Depois provisões encargos com processos judiciais, é outra reserva que se lhe apresenta a ele e a nós maior ainda. É que vimos o rol de acções que a Câmara tem tido permanentemente e faz-nos crer que afinal esta contabilidade vai reflectindo cada vez menos a realidade, porque se essas acções começam numa percentagem as vezes não agradável de pagar indemnizações, podemos ter aqui aquilo que se chamava-mos á bocado, lucro e não sei mais quantos... uma coisa que não tem nada a ver com isso, mas enfim. Diz o Senhor Auditor e na sua ultima reserva e vou voltar a ler porque acho que também é importante, foi registado em 2007 anterior ao vosso, mas seria conveniente fosse regularizado e diz o Senhor Auditor, “ foi registado em 2007 na conta proveitos e ganhos extraordinários, um proveito no valor de um milhão oitocentos e oitenta e cinco mil e novecentos e sessenta ponto dezassete referente a mais-valias decorrentes da alienação de terrenos, para a qual ainda não foi efectuada a respectiva escritura, havendo apenas

adiantamentos.” Assim, assim e cito: “o activo e fundos próprios estão subavaliados pelo mesmo valor.” Portanto quando a Senhora Dr.^a Fátima diz que os capitais próprios se reduziram, ainda se reduziriam muito mais se a contabilidade fosse verdadeira e transparente. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gandâra Senhor Ilídio Barbosa Lopes, do PSD=====

===== Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Técnicos, Caros Colegas Presidentes de Junta, Senhores Deputados, Comunicação Social, Minhas Senhoras, Meus Senhores. Permitam-me endereçar aqui um cumprimento especial, ao meu colega António Silva, dignifico anfitrião da forma como nos recebeu nestas magníficas instalações. A apreciação do Relatório e Contas é sempre um momento impar, pois ele representa os resultados no transacto e reflecte também o modo como foram aplicados os meios financeiros disponíveis colocados á disposição do executivo. Para analisar de uma forma séria as contas de 2010 do Município de Oliveira de Azeméis importa fazer uma referência prévia de que as mesmas são fortemente influenciadas pelos cortes orçamentais e pela conjuntura económico-financeira do contexto. Os Municípios foram, durante o ultimo ano, fortemente penalizados sem terem contribuído para a situação de ruína financeira a que o país foi conduzido. Mas, foi mais fácil cortar nos Municípios, do que emagrecer o Estado e as Empresas Públicas. Apesar de todas estas dificuldades, e estes constrangimentos provocados pelos cortes governamentais, o Município de Oliveira de Azeméis registou uma redução de 2.253.906,00€ (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil novecentos e seis euros) na dívida total do Município, com uma redução acumulada desde 2005 próxima dos 7.500.000,00€ (sete milhões e quinhentos mil euros). Foi igualmente reduzido o endividamento líquido municipal. Uma redução que ascendeu a 1.676.502,00€ (um milhão seiscentos e setenta e seis mil e quinhentos e dois euros), claramente acima do limite de redução imposto pela Lei das Finanças Locais. Desde de 2005 o endividamento Líquido Municipal já leva uma redução acumulada próxima dos 12.000.000,00€ (doze milhões de euros). Também o endividamento com empréstimos Bancários de médio e longo prazo registou uma redução de 2.287.536,00€ (dois milhões duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e trinta e seis euros), também acima do limite de redução imposto pela Lei. É de destacar que, pese embora o esforço de contenção assinalável perseguido pelo Município, a Câmara Municipal não descuroou o trabalho, politicamente invisível, mas estruturalmente essencial para uma organização Municipal eficiente e competente. Prosseguiu em 2010, com a implementação do novo SIADAP, mantendo-se pioneiro nesta preocupação de definir objectivos e avaliar os seus colaboradores. Foi também efectuada uma profunda reestruturação na organização dos serviços Municipais, conforme teve esta Assembleia a oportunidade de ser chamada a dar o seu

aval. Do ponto de vista Orçamental, destaco os seguintes aspectos: Em 2010, a receita arrecadada foi de 32.860.634,00€ (trinta e dois milhões oitocentos e sessenta mil e seiscentos e trinta e quatro euros) com uma taxa de execução de 83,4%. Por outro lado, despesa totalizou 32.747.082,00€ (trinta e dois milhões setecentos e quarenta e sete mil e oitenta e dois euros), com uma taxa de execução orçamental de 82,59%. Destaca-se uma mais baixa taxa de execução das despesas de capital, e por consequência do PPI (73,5%) a qual se percebe, fruto de muito mais baixa taxa de execução das receitas de capital (43,4%). Quer dizer: Há uma redução no investimento derivado de uma redução ainda maior na receita destinada a investimento. Apesar dos valores respeitantes à despesa de capital apresentarem uma redução, o seu peso em relação às receitas de capital tem aumentado consistentemente. As vendas de bens e serviços continuam a crescer, representando 19,2% das receitas totais de 2010. Ao longo dos últimos seis anos passaram de um peso de 12% das receitas totais para 19,2% no ano de 2010, reforçando assim, a capacidade do Município gerar receitas e aumentar a sua autonomia orçamental. Passo agora a analisar a execução e evolução de custos e proveitos, do investimento Municipal e dos resultados do exercício. Os custos e perdas do exercício, no valor de 32.813.844,00€ (trinta e dois milhões oitocentos e treze mil e oitocentos e quarenta e quatro euros) representam um aumento anual de 3,2% (1.007.483,00€) (um milhão e sete mil e quatrocentos e oitenta e três euros) resultando um acréscimo, em grande parte, do desempenho nas seguintes rubricas: custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas mais 354.254,00€ (trezentos e cinquenta e quatro mil e duzentos e cinquenta e quatro euros); subsídios correntes concedidos mais 635.760,00€ (seiscentos e trinta e cinco mil e setecentos e sessenta euros); custos e perdas extraordinárias mais 863.135,00€ (oitocentos e sessenta e três mil e cento e trinta e cinco euros). Nota positiva, para os custos com o pessoal. Em 2010 a autarquia reduziu em 7 (sete) o número de trabalhadores ao seu serviço o que permitiu a manutenção do custo total com o pessoal. A evolução dos custos com o pessoal ao serviço da CMOA, entre 2005 e 2010, apresenta uma estabilidade notável com um crescimento quase nulo: mais 1,9%! Do lado dos proveitos, apesar do bom desempenho ao nível dos proveitos operacionais, com um crescimento de mais 5,2% face a 2009, os proveitos totais chegaram aos 33.098.244,00€ (trinta e três milhões e noventa e oito mil e duzentos e quarenta e quatro euros), com uma redução de 612.000,00€ (seiscentos e doze mil euros). O volume de investimento no ano de 2010 totalizou 3.540.188,00€ (três milhões quinhentos e quarenta mil e cento e oitenta e oito euros), registando um decréscimo de 40,9% face ao ano anterior, vendo-se sacrificado pelo sentido de responsabilidade do Município, na definição e assumpção de prioridades, por força do respeito pelos compromissos financeiros assumidos. O prazo médio de pagamento em 31 de Dezembro é de 136,1 dias apresentando também uma redução de 9 (nove) dias em relação ao ano de 2009. Em suma, e porque nunca é demais recordar: A dívida total do Município, foi reduzida em 2.253.906,00€ (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e seis euros) para os 49.481.046,00€ (quarenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e um mil e quarenta e seis euros). O endividamento líquido Municipal foi reduzido em 1.676.502,00€ (um milhão seiscentos

e setenta e seis mil e quinhentos e dois euros) totalizando 38.156.638,00€ (trinta e oito milhões cento e cinquenta e seis mil e seiscentos e trinta e oito euros). No final de 2010, a dívida de empréstimos a médio e longo prazo considerado no endividamento totaliza 38.751.842,00€ (trinta e oito milhões setecentos e cinquenta e um mil e oitocentos e quarenta e dois euros), registando uma redução anual de 2.287.536,00€ (dois milhões duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e trinta e seis euros). O pagamento de médio prazo a fornecedores reduziu em 9 (nove) dias face a 2009. O resultado líquido foi positivo em 284.399,00€ (duzentos e oitenta e quatro mil e trezentos e noventa e nove euros). O Estado cortou nas transferências para o Município de Oliveira de Azeméis mais de meio milhão de euros, valor que seria suficiente para duplicar as transferências de capital para as Juntas de Freguesia. Num ano que foi tremendamente difícil em termos económicos e financeiros, os resultados do desempenho da Câmara Municipal revelados nestas contas dificilmente poderiam ser melhores. Senhor Presidente, sabemos que não baixará os braços e que continuará empenhado à procura de soluções para o desenvolvimento harmonioso de Oliveira de Azeméis. Tenho dito, boa tarde a todos. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Deputado Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Muito boa tarde. Juntamos alguns pontos e eu vou aproveitar também neste ponto para discutir o ponto sete que é o relatório de acompanhamento de saneamento financeiro para fazer um bocado de analogia, também a algumas conclusões. É claro que temos que reduzir a dívida, não podemos estar aqui constantemente a não pagar é natural que isso é esforço que tem que ser feito. Isso tem que ser pago, temos que reduzir, temos é que avaliar o melhor ritmo e como o atingir. Também é preciso ver que os objectivos impostos pela lei das finanças locais pode não ser, e não é, igual ao objectivo do plano de saneamento financeiro. Não é bem igual pelo que pude observar podemos cumprir um e não cumprir o outro. O que terá sido o caso do Município. O Relatório de acompanhamento de execução do PSF não difere muito do que eu já havia comentado (mesmo há pouco tempo). Ainda assim, consigo extrair algumas notas de carácter mais abrangente e que revelam o total desfasamento da autarquia do Município Oliveirense face ao que me parece dever ser a Gestão apertada e rigorosa que os tempos actuais exigem e para que possamos estar melhor no futuro. Independentemente da análise das Contas do Município, vistas isoladamente, que parecem agradar aos seus responsáveis, a simples comparação com Municípios das proximidades revelam o fracasso do esforço de contenção de gastos do Município de Oliveira de Azeméis. E só a contenção muito rigorosa dos gastos libertará meios para que o Município de Oliveira de Azeméis possa vir a ser competitivo, o que nunca será possível com o actual peso da dívida, cujo ritmo de redução é, aliás, quase imperceptível. E, também, se constata que a principal rubrica que viabiliza aquela redução do endividamento é a Investimento. Em termos de analogia: o Investimento, quando bem executado,

equivale ao acto de semear, as despesas correntes são o consumo. Assim, de que e como vamos viver no futuro, se não semeamos e apenas consumimos? Como vimos repetindo os cortes têm que ser mais perceptíveis, mais significativos, têm que ser relevantes. Repetimos esta mensagem porque nos parece ser a única que permitirá retirar o Município de Oliveira de Azeméis da muito grave situação em que se encontra. Como exemplo e porque não basta sermos os melhores da nossa rua, temos que nos comparar com outros; se parto atrás e melhora um pode parecer bom; mas se os que vão à minha frente ganharem dois ou mais tal significa que fico ainda mais atrasado é o que ocorreu, novamente com o Município de Oliveira de Azeméis. O esforço continua a ser manifestamente insuficiente, continuamos a demorar demasiado tempo a pagar aos nossos fornecedores. Como e Senhor Presidente também o assumiu. Senão vejamos exemplos concretos, autarquias que pouparam mais 2.000.000,00€ (dois milhões de euros), na despesa corrente de 2010 em meio ano aqui próximo de nós. De notar que esta redução não foi conseguida via redução de salários mas sim por redução nas telecomunicações, tinteiros por exemplo: no consumo de electricidade, combustíveis, etc. Programa de redução de despesas previa uma redução de 30% das despesas correntes, há medidas propostas que tentaram ser atingidas. Como é obvio, estes exemplos não são os únicos ...há uma autarquia no país que tem superavit, se calhar há muita gente que não sabe o que é superavit, habituados a viver no défice, mas é verdade não é por ser do meu partido que eu falei nela. A diferença de postura equivale a diferenciar quem quer estar do lado da solução ou do lado do Problema. Infelizmente, parece-nos que o Município de Oliveira de Azeméis não consegue sair do lado do problema. Com uma analogia então ao relatório de saneamento financeiro. Sobre o Relatório de Acompanhamento da execução do Plano Saneamento Financeiro. Relativamente ao Relatório de Acompanhamento da execução do Plano Saneamento Financeiro, como já referi acima, apenas se constata que a principal rubrica que viabiliza a redução do endividamento é a enorme quebra no Investimento, com os efeitos nefastos que também acho deixei clara: estamos a hipotecar o futuro. Além disso, gostaria de ser informado sobre qual a razão da divergência na rubrica de Outras despesas correntes ver página 13 do relatório de acompanhamento, entre o valor previsto 92.000,00€ (noventa e dois mil euros) e o executado 1.100.000,00€ (um milhão e cem mil euros), – uma diferença de 1.187,3 %, já no plano de saneamento financeiro anterior fomos confrontados com uma situação semelhante tendo já questionado e não tendo obtido resposta. Fornecimentos e gastos supérfluos. Quanto à dívida a Fornecedores, destaco a seguinte anormalidade: A dívida à EDP ascende a 247.818,00€ (duzentos e quarenta e sete mil oitocentos e dezoito euros), triplicou de 2009 para 2010. Para além desta duas situações, haverá situações que revelam o enorme desperdício de fundos, deixando claro que tem de haver uma postura de maior rigor e contenção no uso de dinheiros públicos. Algumas sugestões: e para que não digam que são só críticas, faço algumas sugestões que não é meu hábito. A tal criatividade, que falava o nosso colega do PS, se calhar vai ter que ser aplicada, não só aqui em Oliveira de Azeméis mas por muitos Municípios do País. Ao nível dos Proveitos: Aumentar com o cuidado de não penalizar a actividade Económica: acrescentando Valor, apoiar quem trabalha, quem produz, tirar partido

do Património: dos Edifícios, da Agricultura e Florestas, Cultura, Conhecimento. Temos gente com muito valor no Município de Oliveira de Azeméis o Outsourcing tem que ser cada vez menos uma perspectiva, tem que ser o ultimo recurso temos pessoal credenciado na Câmara que poderá fazer muito trabalho que é feito através de outsourcing. Reduzir o supérfluo, sobretudo ao nível dos Consumos Externos ex: telemóveis; combustíveis; electricidade; tinteiros. Rentabilizar os serviços internos da Câmara alguns dos quais com elevada competência técnica e excelente conhecimento dos dossiers e das condições reais. Acelerar o ritmo de redução do Passivo Financeiro até porque os encargos financeiros tendem a aumentar significativamente via subida previsível da Euribor e da margem bancária; deve ser a verba que mais custa ver sair dos nossos cofres. Sobre os Investimentos: Privilegiar Investimentos de rápido retorno, que beneficiem de apoio comunitário e que potenciem as nossas capacidades e especificidades. Investimento no turismo rural, na história, na promoção das tradições Regionais e Nacionais a nossa multiculturalidade, utilizar as tecnologias da informação e da comunicação. São actividades geradores de emprego qualificado e que tiram partido das nossas cultura e saberes, melhorando e fortalecendo, também, os nossos índices de confiança e de auto-estima. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor deputado António Rosa do PSD =====

===== O colega Francisco Valente obrigou-me a trazer o catrapázio, quis vir leve, mas obrigou-me a traze-lo. Senhor Presidente, antes de mais começava pela ordem cronológica dos pontos, referia-me ao documento de Certificação Legal de Contas que nos é apresentado. Eu creio, perdoem-me a forma como me vou exprimir, espero não ser mal entendido, mas eu subentendi da intervenção do Manuel Francisco Valente alguma deselegância para com o Revisor Oficial de Contas da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Enfim eventualmente terá colocado seguramente em questão a sua responsabilidade a sua competência ao apresentar este relatório? Ao contrário! Eu digo então porquê. O porquê desta minha impressão. É que refere e destaca com tanta veemência que as reservas colocadas, que acontece em qualquer certificação pelo Revisor Oficial de Contas e assenta-se nisto para colocar em causa a credibilidade das contas da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. É impressionante, porque, enfim, tenho alguma experiência in loco, além disso vou ouvindo referências ao longo deste ultimo mandato e a Câmara Municipal tem sido sucessivamente visitada pelas mais altas entidades com responsabilidade na validação das contas e sinceramente nunca nenhuma teve o descaramento de colocar qualquer reversa sobretudo com esta veemência às contas da Câmara Municipal, além do mais, também deixe que lhe diga. Os próprios técnicos da Câmara Municipal que são na verdade os primeiros responsáveis pela execução destas contas, também, no mínimo, ficarão, haverá aqui uma postura de alguma deselegância para com eles. Eu digo para me organizar, refiro-me aquilo que o Senhor Francisco Valente implicitamente tem nas

suas palavras relativamente ao Oficial de Contas, apenas por isto, é que naquilo que é essencial neste relatório, o Dr. António Anjos da F. Brandão & Associados diz: “Face ao exposto, em resultado do trabalho desenvolvido e tendo em conta os elementos e os documentos referidos nos pontos precedentes, considerando-se, efeitos das situações descritas na Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia Municipal aprove o relatório de gestão e contas.”- Com tamanhas dúvidas? Não percebo como é que alguém com responsabilidade e como naturalmente está imbuído desta responsabilidade para certificar as contas podia dizer isto com esta nitidez e com esta clareza. Senhor Francisco, obriga-me necessariamente a continuar a minha intervenção, eu gostava de não reeditar aquilo que aqui disse, mas eu vou dizer a ver se disse bem, aquilo que aqui referiu o Senhor Francisco Valente “O que é o Plano de Saneamento Financeiro, senão o FMI em Oliveira de Azeméis” Foi assim que disse por estas palavras creio eu? Sinceramente, eu senti até um certo arrepio quando o ouvi dizer isto, é que eu fazia aqui uma pequena correcção eventualmente estaria de acordo consigo, se dissesse assim: O plano de saneamento Financeiro da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é equivalente a um PEC do Governo, ou seja, há uma situação de dívida e de situação económica do estado, do Município, vamos fazer um plano de resolução desta dívida e vamos concretiza-la. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em 2007 fez um Plano de Saneamento Financeiro, foi o Plano de Saneamento Financeiro um, não houve, o dois, não houve o três, o quatro e não houve o FMI. São questões completamente diferentes é que a Câmara Municipal identificando uma situação em que se encontrava, admitindo-a, expondo nas suas contas completamente transparentes, organizou plano, pediu um financiamento obteve a credibilidade de uma entidade bancária e, com base nisto, tem vindo desde então a reduzir os seus passivos e a reduzir a sua dívida global. Que é isto que já foi aqui dito por diversas vezes. Repare na altura isto dividiu-nos sempre e não temos solução, sabemos, o PSD sempre defendeu Câmara e Assembleia Municipal que a situação Câmara Municipal se enquadrava num desequilíbrio conjuntural, o PS sempre disse o contraria era desequilíbrio estrutural, precisava-mos da intervenção de um FMI que cá viesse. A realidade, mostra exactamente que a razão, estava, está e estará com certeza no futuro do lado do Partido Social Democrático e posso dizer porquê. Porque a realidade mostra que houve um Banco que confiou na da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis sem hesitações e que não lhe aplicou uma taxa de juro exponencial e crescente ao longo dos últimos tempos. A Câmara Municipal desde então como disse reduziu sucessivamente todos os anos as suas responsabilidades e para com o Banco cumpriu por excesso o Banco só este ano contava começar a receber amortizações e já começou a receber o ano passado e há dois anos. Creio que não tinha mais nada a dizer sobre este ponto. Dizia que atingiram os objectivos mínimos, eu confesso, que perante o contexto que nos encontramos que não é o mesmo do plano de saneamento financeiro, acho que estamos todos de acordo em relação a isso, perante o contexto em que nos encontramos, dizer que reduzir 2.300.000,00€ (dois milhões e trezentos mil euros) a dívida do Município, são objectivos mínimos. Enfim eu não sei quais seriam os médios ou os máximos, sinceramente não sei, sem qualquer tipo de ironia não sei quais seriam os máximos,

gostava de saber quais eles seriam? Eu trouxe o catrapázio, Senhor Francisco, de facto preciso de recorrer a ele. Necessariamente há aqui uma questão que é preciso desmontar, eu já uma vez numa Assembleia Municipal sobre este tema, eu disse isto, mas, já percebi que não passei a mensagem. Não tenho sequer a esperança que ela passe hoje também para os Senhores, mas tenho a esperança que passe para aqueles que ouviram até agora as suas afirmações. A despesa corrente da Câmara Municipal representa 79% do total. Caos! Isto, basicamente são cliques, acho que foi isso que eu percebi, são cliques 79% de 33.000.000,00€ (de trinta e três milhões), são cliques? Repare numa coisa, por aquilo que tive oportunidade de analisar temos de facto aqui 32% de custos com pessoal, isto é uma impiedade de prestação de serviços á comunidade, assenta em pessoas que prestam serviços sem dúvida tem que ser assim mesmo. Mas mesmo esta, nos últimos cinco anos o peso dos custos com o pessoal na totalidade dos encargos da Câmara Municipal, tem vindo sucessivamente a reduzir. Mas então agora eu ia aos outros cliques, é que os outros cliques são: fornecimentos e serviços externos; transferências e subsídios correntes concedidos. Então o que é isto? O Dr. Nuno Gomes, fez aqui um trabalho excelente como sempre, e diz-nos o que é isto. Fornecimento e Serviço Externos, em primeiro lugar electricidade pública 1.400.000,00€ (um milhão e quatrocentos mil euros), se calhar, Senhor Presidente vamos começar a apagar a luz mais cedo, para reduzirmos aqui. Obviamente que não significa isto que não possam haver acções de melhoria e tenho a noção que a Câmara Municipal o tem feito, tem no feito, optimizando os tempos em que a iluminação esta ligada, reduzindo o consumo dos Leds, etc.... Em segundo lugar recolha de lixo, limpeza e desinfectação de ruas, bem, se estamos em desacordo então, somos todos responsáveis. É aquilo que eu dizia á pouco também, na hora de reivindicarmos estamos todos de acordo, na hora de prestarmos contas o culpado é a Câmara Municipal. É que todos nós dissemos o concelho são dezanove freguesias e são todas iguais entre si, temos que recolher o lixo com a mesma qualidade a mesma dignidade em todo concelho, todos de acordo. Então, vamos, transformar um trabalho feito pela Câmara Municipal em fornecimento e serviços externos, estamos a falar de 800.000,00€ (oitocentos mil euros). Depois temos passes e transportes escolares, para as crianças, para todos os nossos filhos, todos os nossos netos, 700.000,00€ (setecentos mil euros). Transferência e tratamento de lixo, é quando se recolhe o lixo depois é preciso transferi-lo e trata-lo, nós vivemos numa sociedade em que é procura ter práticas ambientais responsáveis 522.000,00€ (quinhentos e vinte e dois mil euros), e assim sucessivamente. Temos as refeições e bebidas escolares, e temos uma coisa também curiosa que me faz saltar para outro ponto da intervenção de há pouco, creio que do Senhor Francisco Valente. É a nossa dependência dos impostos do Estado, até parece que nos está a dar alguma esmola. É que nós recebemos do Estado, aquilo que os nossos contribuintes de Oliveira de Azeméis pagam e é cobrado pelo Estado. É verdade. O Estado naturalmente não faz mais do que a sua obrigação, que é entregar ao Município que tem de organizar o espaço colectivo destas pessoas, mas sabe, uma coisa curiosa é que nos fornecimentos e serviços externos, se não estou enganado e corrijam-me se o estiver, encargos de cobrança 270.000,00€ (duzentos e setenta mil euros), cortamos isto, é que

isto aqui é o que a Câmara Municipal, paga às finanças, pela finanças cobrarem os impostos que depois têm de entregar á Câmara Municipal, não estou enganado sobre, é que isto também esta nos cliques de fornecimentos e serviços externos. Agora saltamos então para a outra grande rubrica, Transferências e Subsídios Correntes, faz parte dos tais 79% da despesa corrente, a maldita despesa corrente. Em primeiro lugar, 1.007.000,00€ (um milhão e sete mil euros) apoio as actividades de enriquecimento curricular, eu acho que todos aplaudimos, aliás a Câmara Municipal não fez mais do que cumprir uma directiva da Administração Central de criarmos actividades complementares em horário escolar para as crianças, 1.000.000,00€ (um milhão de euros). A GEDAZ, confesso que temos aqui 312.000,00€ (trezentos e doze mil euros), não sei se alguém coloca em causa hoje, a não ser naturalmente que haja aqui alguém que não tenha ido às nossas Piscinas Municipais, para perceber a grande qualidade a grande utilidade pública daquele equipamento do nosso concelho ou a actividade permanente do nosso pavilhão e todas as actividades que são desenvolvidas. As refeições escolares, se calhar podíamos cortar aqui? Não sei? Nesta época se calhar era a melhor altura, de facto quando se abrem cantinas em tempo de férias, etc. ..., etc....., Se calhar alguém poderia sugerir cortar nesta rubrica. Eu estou a falar das maiores, reparem, não estou a escolher, estou a falar das maiores por ordem e assim sucessivamente. Seguramente não são cliques, acho até que é de mau tom chamar cliques, aquilo que é responsabilidade social de uma Câmara Municipal e a responsabilidade social paga-se com despesa corrente, isso aí são os contabilistas que inventaram, quanto a isso nós não temos culpa nenhuma desta situação. Oh Miguel, vai me desculpar, mas eu também começo ficar cansado de ouvir algumas afirmações; - Gestão Ajustada e Rigorosa, é que tem de ter a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Gestão Ajustada e Rigorosa, eu pergunto, o que é que é isso? Sinceramente não sei o que é que é isso! Ou melhor o que é que isto é diferente daquilo que é feito para poupar 2.5000.000,00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) num ano. Depois há uma questão que também, sinceramente..., se calhar, não tens obrigação de saber, a apologia, de uma Câmara que tem superavit? Então o que tem a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis desde de 2005? Consecutivamente todos os anos? É que tem superavit financeiro que permitem reduzir a dívida, ou seja gasta menos do que o que angaria e por isso, amortiza dívida, isto é que é superavit! Ok, nada melhor. Incorporo o teu elogio, que é feito á outra Câmara, á Câmara de Oliveira de Azeméis. E depois eu também pergunto: Investimento? Sugestões? Sim senhor, um rol de sugestões? Enfim, sugestões genéricas, não concretas, do que fazer, para alavancar o desenvolvimento de Oliveira de Azeméis. Eu percebo isso sem dúvida e acho muito bem. Eu pergunto então, mas importante é dizer o que deixamos de fazer, para fazer isso? Porque se for só sugerir fazer, aí o Senhor Presidente não precisava sequer de grande apoio, ouvia naturalmente a comunidade para criar o seu programa, depois não precisava de sugestões porque tinha recursos ilimitados. É importante dizer, faça isto! Mas, corte nas refeições escolares. Ou então deixe de haver AEC's, porque não estamos em época de haver AEC's. Não sei, obviamente que eu estou aqui, a especular, não estou, a dizer é importante é fazer esta confrontação de opções, no fundo é disso que estamos a falar. Portanto, enfim..., fico-me por

aqui, relativamente a estas considerações. Enfim, eu vou dizer mais uma vez e perdoem-me também todos. Porque já foi dito aqui pelo Senhor Presidente, pela Dr^a Fátima, também foi dito pelo Senhor Ilídio Lopes, mas eu não tenho a esperança que ouvindo mais uma vez que isto fique em algumas mentes. No entanto eu vou dizê-lo. A dívida, a dívida desde 2005, a dívida da Câmara Municipal por causa dos superávits. Porque houve um corte nas despesas, os 2.000.000,00€ (dois milhões de euros) que falou á bocadinho, cortar em tinteiros, sinceramente, somos todos maduros suficientes para perceber ou não há 2.000.000,00, (dois milhões) nenhuns, ou não há tinteiros, porque eu nunca vi tinteiros a serem comprados por 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). A dívida da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis desde 2005 até 2010 reduziu 7.300.000,00€ (sete milhões e trezentos mil euros). O endividamento que é o grande alvo da Lei das Finanças Locais, é o endividamento, não é a dívida, é o endividamento, porque a Câmara Municipal podia não ter endividamento nenhum e ter muita dívida, bastava que tivesse muita gente também a dever-lhe dinheiro, portanto não podia pagar porque também não recebia. O endividamento é o grande alvo, este é que é o grande alvo, a Câmara Municipal desde 2005 reduziu 12.000.000,00 (doze milhões), 12.000.000,00 (doze milhões), e não é contabilidade criativa, é a realidade 12.000.000,00 (doze milhões). Os empréstimos, enfim, reduziram este ano apenas, por que obviamente é uma realidade mais recente com o plano saneamento financeiro, o prazo médio de pagamento, eu sinceramente, aqui concordaria que colocassem a tônica neste ponto, porque efectivamente é melhor reduziu nove dias em relação ao ano passado, mas, não nos orgulhamos disso e Senhor Presidente seguramente também não, até porque tinha uma vida mais tranquila, se pagasse a trinta dias, porque seguramente ele ou o Senhor Vereador não tinha ninguém a incomoda-lo com legitimidade para antecipar os pagamentos, portanto, aqui acho que há um trabalho importante a continuar no sentido da consolidação deste indicador. E o resultado corrente, eu gostava de também chamar à atenção para isto. É que o resultado corrente da Câmara este ano aumentou em relação a 2009, 78%, o ano passado foi 1.860.000,00 (um milhão e oitocentos e sessenta mil) e, este ano foi 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil), ou seja: aquilo que depende da actividade normal da Câmara Municipal, receitas e despesas, teve um aumento de 78% em relação ao ano passado. Isto assenta seguramente numa gestão, cuidada e rigorosa, imagino eu, porque quando muito se fosse extraordinário, um resultado extraordinário podia ter caído do céu, e ninguém ter responsabilidade nisso. Depois, há uma outra questão que também já aqui foi dito várias vezes, enfim, não é um cavalo de batalha, mas é uma realidade, é que há uma redução de 500.000,00€ (quinhentos mil euros), das transferências do Estado, enfim, porque tinham de cortar em algum lado, cortaram na Câmara Municipal, logicamente em relação a isto os Senhores do Partido Socialista nem querem ouvir falar. Falaram muito há uns anos atrás porque a Câmara Municipal cortou 400.000,00€ (quatrocentos mil euros) nas transferências para as juntas de Freguesia, mas não fala, é irrelevante deixar transferir 500.000,00€ (quinhentos mil euros) o ano passado, que este ano o Senhor Presidente seguramente está a sentir na pele um corte novo e se calhar outros aí virão. E eu para terminar, gostava apenas de fazer uma última, referencia,

também, na senda dos 400.000,00€ (quatrocentos mil euros). Sinceramente e eu sou o primeiro a ser solidário com os Senhores Presidentes da Junta de agora e de então. A Câmara Municipal, teve de fazer opções teve de ter coragem política também para isso e teve de ter muita compreensão, dos visados, fez uma redução na altura, esse número, aparecia em tudo o que era discurso, em tudo que era referências, 40% de corte nas transferências para as Juntas de Freguesia, certo, depois disso já houve aumentos consecutivos, mas, aí já ninguém falou! Mas 40%,isso ninguém mais, aposto que não há aqui ninguém nesta sala quem não se recorde destes 40%, não sabe o que é, mas sabe que houve um corte, de 40%, nas transferências para as juntas de freguesia Este é o meu número destas contas. É o único número... enfim, mais detalhado que eu gostava de extrair destas contas e reforçar aqui: A Câmara Municipal, em 2009, transferiu para as Juntas de Freguesia, 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros), 950.000,00€ (novecentos e cinquenta mil euros; em 2010 transferiu 1.803.000,00€ (um milhão e oitocentos e três mil euros), bem deixamos os 40% a menos e agora, vamos, ensaiar este numero, temos 80% mais, 1.000.000 para 1.800.000, são 80% de aumento. Senhor Presidente nós percebemos a sua preocupação de reforçar a parceria com as juntas de freguesia é essencial não tenho duvida alguma disso, obviamente que implica outras opções, implica outros sacrifícios mas, reparem é que este numero aqui não aparece no PPI que os Senhores falavam, reduziu. É porque a câmara Municipal em vez de fazer o seu PPI, não, pegou no dinheirinho e transferiu para as Juntas de Freguesias para que elas façam os PPI's delas. Só que isto também é investimento, foi 1 803.00,00€ (um milhão e oitocentos e três mil euros), portanto..., enfim..., obviamente que, eu diria que foram cumpridos os máximos, enfim, se calhar vamos ter direito a medalha de ouro. =

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Pois é Tó desde que acampamos há muito tempo já te conheço, tu desconversastes muito bem, mas agora não estamos a montar tendas. O que se passa aqui é o seguinte, falaste em tinteiros e muito bem é onde se poupa menos. O exemplo está em São João da Madeira que em meio ano poupou 2.000.000,00€ (dois milhões de euros). Combustíveis, o que eu vejo, realmente o superavit, não desconversando, é de continuarmos a ter sempre um bom valor sem devermos dinheiro a ninguém, porque senão o PSD, manda o governo a baixo quando ele começou a ter superavit, foi quando as contas começaram a equilibrar. Claro, estão a pedir dinheiro lá fora, pois estão! Mas, começaram a orçamentar-se melhor, começaram a conseguir ir buscar mais dinheiro. Quando eu falo em superavit, é ter uma sanidade financeira, em que temos mais proveitos do que gastos, não é? É obviamente e é isso que eu quero falar. Agora o que tu fizeste foi desconversar. Toda a gente sabe que eu sou apologista que de tostão em tostão se chega ao milhão. É o que faço na minha vida e torno a dizer: O CDS acabou a campanha sem dever um tostão, a um único fornecedor de campanha. E é isso que a Câmara tem que tentar fazer, está a fazer um esforço, está. Agora se eu venho para aqui, passar a mão no pelo, está

tudo bem, não estou a cumprir a minha função. Acho que a minha função é dar a minha opinião e dar sugestões, que é o que eu faço, podem não ser aceites, mas, ninguém me pode acusar de só criticar e não sugerir. Muito obrigado pelas alusões. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.=====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Vou só tentar prestar alguns esclarecimentos às questões que foram levantadas, para que não subsistam nenhuma dúvida porque estas questões das contas, nós podemos andar, saltar correr, mas os números são números, e portanto eu percebi que o Senhor, o meu caro amigo Francisco Valente, aliás disse por diversas vezes na sua intervenção, que reconhecia que é verdade que a dívida baixou, é verdade que o endividamento baixou, é verdade que o prazo médio de pagamento baixou, é verdade, mas depois lá tinha de ser, ou seja, há ali uma análise realista, mas depois há uma análise política, que é perfeitamente compreensível, que ninguém se zanga, relativamente a essa matéria. É a mesma coisa, na leitura que foi feita do Relatório do Revisor Oficial de Contas. E portanto são lidas as reservas, mas, logo a seguir às reservas, não é, as reservas é o ponto sete; oito; nove e dez: Relativamente ao ponto oito, quero lhe dizer que por diversas insistências que foram feitas, se os nossos fornecedores não respondem, nós não podemos lá ir a casa deles, bater-lhes á porta. E o Senhor Francisco Valente foi tremendamente injusto, com o Revisor Oficial de Contas dizendo que ele é chapa cinco, que ele diz sempre aprove-se as contas. Isso era o que mais faltava. Se as contas não estiverem em condições, o Revisor Oficial de contas, diz –“ não aprovem as contas”, ou pensa que o Revisor Oficial de Contas, não vai ser também analisado e verificado por estes relatórios que faz? Não tenha, dúvidas nenhuma relativamente a essa matéria, meu caro amigo Francisco Valente. E depois, na opinião, na opinião do Revisor passo a citar: “...que, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Município de Oliveira de Azeméis, a trinta e um de dois mil e dez.” Ou seja para além de recomendar à Assembleia que aprove, Porque o Senhor, não sei se Senhor deputado Francisco Valente se apercebeu mas disse: Eu até estava aqui, porque disse aquelas coisas todas positivas, que isto até estava mais ou menos, mas, Revisor Oficial de Contas diz-me aqui que eu tenho de votar contra. Não o Revisor Oficial de Contas diz-lhe aqui, que tem de votar a favor, sugere não diz que tem, que é o Revisor Oficial de Contas para lhe impor o seu sentido de voto, nem o seu partido lhe impõe o sentido de voto, mas sim só a sua consciência é que lhe impõem o sentido de voto. E há uma outra matéria, meu caro amigo Francisco Valente também que é indubitável, que é a redução e os cortes 528.944 (quinhentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta e quatro), nós não estamos a falar dos cortes do PEC de quinhentos escudos ou quinhentos contos, estamos a falar de 528.944 (quinhentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta e quatro) e o Francisco

valente, passou por isto, como cão por vinha vindimada, ou seja, ele quer lá saber 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil), isto não conta para nada, como também não conta para nada, oh Francisco valente tenha lá paciência depois de reduzirmos a dívida total do Município. O Senhor diz-me assim: estou de acordo consigo, o ano de 2010 é um ano tremendamente difícil, diz o Senhor, palavras suas, a Câmara de Oliveira de Azeméis reduz 2.253.906 (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e seis) num ano tremendamente difícil e você diz oh que é que é isso? Que é que é isso? É os serviços mínimos, estão a cumprir os serviços mínimos, oh meu caro, vamos lá ver se a gente se entende nessa matéria, e os números não mentem, e portanto obviamente que o senhor é livre dizer aquilo que disser, mas, não vai, e ainda bem, sabe porquê? Oh deputado Francisco Valente, nós já por diversas vezes aqui discutimos e não concordávamos com os números, porque havia aqui uma diferença de interpretativa, hoje não há! Você, também diz, como eu digo. Redução da dívida, quanto é? 2.253.906 (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e seis, eu até sei o numero de cor, está a ver. Você também disse, que a dívida, que o Município de Oliveira de Azeméis, disse deputado Francisco Valente, que a dívida foi reduzida 2.253.906 (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e seis) no ano de 2010, que é um ano, passo a citar “ um ano tremendamente difícil”. E portanto, acho que, se isto é serviços mínimos, deixe-me que lhe diga, que, obviamente nós estamos satisfeitos, com o cumprimento dos serviços mínimos. Relativamente, você também disse uma coisa, no início da sua intervenção que disse vamos lá ver porque este ano, estas contas, e passo a citar Francisco Valente, “estas contas são da total, inteira responsabilidade deste executivo.” Pois olhe é verdade. Eu gostava que fossem, mas não são. Porque não fui eu que cortei os 528.000,00€ (quinhentos e vinte e oito mil euros), foi o PEC que me cortou os 528.000,00€ (quinhentos e vinte e oito mil euros), e portanto são da minha responsabilidade virgula, com a ressalva destes 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil), que o PEC cortou ao Município de Oliveira de Azeméis, e que cortou, 100.000.000 (cem milhões) a todos os Municípios. De um acordo, se quiser para você ficar satisfeito, de um acordo entre os dois maiores partidos, entre o PS e o PSD, eu não tenho nenhum problema sobre essa matéria, estou aqui para defender o meu partido e Oliveira de Azeméis, eu não tenho aqui nenhuma cegueira partidária relativamente a estas matérias. Depois fala o Senhor Deputado Francisco Valente, o Senhor falou ali com tanta eloquência tanta insistência, nas transferências do OE. É brilhante a sua intervenção, mas ouça, mas eles fazem algum favor a alguém? Você parece o deputado Manuel José a dizer é o Governo Socialista, não é o Governo Socialista, é o Governo de Portugal, é o Governo da Nação, e aqui as transferências, é do Orçamento do Estado, as transferências são do Orçamento do Estado, isto aqui não há partidos, há Estado! vocês é que as vezes confundem o Estado e o partido, o partido e o Estado, tanto se vê ao que chegamos, não é. Portanto essa é que é a questão. Portanto o Orçamento do Estado não faz nenhum favor a Oliveira de Azeméis, o Orçamento do Estado, transfere. E sabe o que é que o Orçamento do Estado devia fazer e isso o meu amigo não falou. Falou na questão do endividamento sobre a Lei das Finanças Locais, ora bem para o endividamento, lembrou-se da Lei das Finanças Locais

e ainda agora nas transferências para as Câmaras Municipais não fala na Lei das Finanças Locais. Devia falar porque a Lei da Finanças Locais, não está a ser cumprida, porque se estivesse a ser cumprida Oliveira de Azeméis iria receber mais recursos financeiros do que aqueles que recebeu, e ia tratá-los bem. Não ia gastar mal o dinheiro. Não, mas ouça, vai você dizer que está a ser cumprida a Lei das Finanças Locais. Está a ser cumprida? Ouça, o Orçamento do Estado. Mas a Lei das Finanças Locais não esta a ser cumprida, vocês, sabem disso. Aliás até me apetece perguntar, quando é que ela foi cumprida? Portanto já há muitos anos que a Lei não está a ser cumprida, agora não podemos é usar a Lei para o endividamento porque nos dá jeito e a Lei para as transferências já não dá jeito, já não falamos nela. Relativamente ao gastar em coisas supérfluas, nas despesas correntes. O Senhor Deputado António Rosa, já fez aqui um exercício, eu acho que já não restam dúvidas, devemos ter algum cuidado. É evidente, é evidente que dá jeito pegar em despesas correntes, aumentaram! Ok lá está o Sound bite para a comunicação social, despesas correntes, aumentaram. Mas aumentaram em quê? E você vai-me dizer: Olhe corte nas AEC'S; corte nos Transportes Escolares; corte nas Refeições Escolares, e deixe de recolher o lixo todos os dias e passe a recolher uma vez por semana, e aí, eu baixo as despesas correntes, não tenha a menor das dúvidas. Mas depois você vem aqui dizer; porque nos outros Municípios há AEC'S; porque nos outros Municípios a comida é melhor nas cantinas e porque nos outros Municípios os Transportes Escolares funcionam melhor, isto são, quatro exemplos, quatro exemplos concretos, isto não são clipes, oh Francisco Valente, você compreenderá, que, não foi a imagem, mais feliz, essa usada a questão dos clipes. Depois diz o deputado Francisco Valente, que, não se cumpriu os serviços mínimos, nem PDM foi revisto. Como se foi uma coisa que o Presidente da Câmara tivesse culpa do PDM não ser revisto. Mas eu posso lhe dar e seguramente até me poderá ajudar nestes próximos dias, como sabe, isto em cinco de Junho, vai mudar, mas até lá, ainda me pode ajudar. Que é, olhe, sabe quantos processos tem o Engenheiro José Luis Gonçalves, da Direcção de Agricultura do Norte, em Braga, para analisar PDM's, naquilo que diz respeito a RAN? Tem oitenta processos, um técnico para oitenta processos, o técnico não é da Câmara, tem lá oitenta processos. Sabe há quanto tempo, tem lá um parecer para a Câmara de Oliveira de Azeméis? Á mais de um ano. A DGOT, Direcção Geral do Ordenamento do Território, á quanto tempo está para dar um parecer? E á quanto tempo o Ambiente da CCDRN, está para dar um parecer? Se o PDM está atrasado. Infelizmente está, a responsabilidade não é da Câmara a responsabilidade é de Organismos da Administração Publica que não cumprem com aquilo que deviam cumprir. Mas, quando você, vê um Senhor Engenheiro Gonçalves, vir de Braga, aqui a Oliveira de Azeméis, e chegar aqui tipo Egas Moniz e dizer assim, - Senhor presidente que é quer que eu faça? - Eu tenho que analisar oitenta Municípios, eu tenho oitenta revisões de PMD para fazer. - Como é que quer que eu faça? - Diga-me?" Ele diz telefone para a Agricultura, para o Ministério da Agricultura, diga para nos dar mais meios, não é responsabilidade da Câmara Municipal, nós assumimos, evidentemente que assumimos essa responsabilidade, mas não é por responsabilidade directa, que o PDM não foi revisto. Depois

diz, o Senhor Deputado Francisco Valente, também, que relativamente ao cumprimento ou ao não cumprimento. Há aqui uma matéria muito simples, isto também serve para o Dr. Miguel Portela, para o Senhor Deputado Miguel Portela. O Senhor Deputado Miguel Portela, também começou a sua intervenção a dizer a Câmara Municipal reduziu. Pronto ok, tinha que reduzir. Senhor Deputado Miguel Portela, peguei agora só aqui num caso: Alenquer, excede o endividamento e, admite perder Fundos Comunitários. Sabe porquê? Se nós excedermos o endividamento, se nós não cumprirmos, se nós não reduzirmos, o Governo, o Estado, cativa-nos 10% das transferências. Você já viu 10% das transferências cativadas em Oliveira de Azeméis? Não viu, pois não? Então, se não viu, é porque estamos a cumprir. Está a ver mas há muitos Municípios onde fica lá 10%, há muitos que não cumprem, você diz: - não cumprem, é porque não pagam, não fazem mais do que a sua obrigação. Eu também acho, mas há muitos que não cumprem. Há muitos que não cumprem e portanto a dizer-lhe que nós cumprimos, eu acrescento e de que maneira, quando se tenta dizer que 2.000.000 (dois milhões) é serviços mínimos. Por amor de Deus, isso é gente que nada em milhões e eu não nado e para mim um tostão é um tostão, é como para si, está a perceber, é preciso ter muito respeito pelos milhões. E também deixe-me dizer-lhe, Senhor Deputado Miguel Portela. Nunca me vai ver e se eu um dia fizer isso, chame-me à atenção porque eu não estou a fazer aquilo que devo, nunca me vai ver a dizer que eu poupei três resmas de papel, quatro tinteiros ou que reduzi dez fotocópias. Eu sinceramente sabe o que é que eu acho, isso é uma atitude miserável, miserável, quem faz isso é demagogia pura e você pode dizer, olha um colega seu, do seu partido, quero lá saber! Quero lá saber! Não, porque você até ali disse. Eu também sei onde você queria chegar. Só que eu também não ando distraído. Eu também sei. Eu leio jornais. Eu também sei, você ali depois na segunda vez que foi ao António Rosa da desconversação, ali em São João da Madeira, o seu colega baixou não sei quantos milhões em fotocópias, em tinteiros e não sei quê, olhe faça as contas e veja quantas toneladas de papel é que isso dá, de tinteiros e dessas coisas, veja lá se isso dá certo? Veja lá se aquilo também não foi assim uma coisinha bonita? Ouça combustíveis, combustíveis e consumíveis e essas coisas todas que você diz, olhe para as contas da Câmara Municipal em 2006 e 2007, e aí vê, a redução que Oliveira de Azeméis fez, uma redução brutal quando aprovou o Plano de Saneamento Financeiro, agora, se você já nessa altura, eles fazem a redução brutal agora. Ouça, já estão atrasados a nós, já estão quatro anos atrasados, isso que você está a dizer, já fizemos há quatro anos. Há pessoas que dizem ai nós agora temos duas fotocopiadoras, uma em cada serviço, antigamente cada secretaria tinha uma fotocopiadora, eu sei que isto é complicado de explicar mas, agora dizem, ai nós descobrimos que isto não pode ser, não pode ter, temos de fazer aqui duas fotocopiadoras, uma em cada piso até porque as pessoas para se levantarem é dissuasor. Ouça a Câmara de Oliveira de Azeméis já fez isso há cinco anos. As outras estão a fazer agora. Porquê? Porque estão a cortar agora. Nós, já tivemos de cortar no passado, por isso é que estamos a cumprir, por isso é que estamos a reduzir, por isso é que estamos a fazer este esforço para cumprir com o Plano de Saneamento Financeiro, porque se não estivéssemos a cumprir, obviamente que o Estado não nos perdoava, porque nós

temos um compromisso com o Estado e portanto é nessa perspectiva que nós estamos a fazer e depois as nossas contas são verificadas e acompanhadas pelas diversas inspecções. O Tribunal de Contas acabou de mandar para a Câmara Municipal a homologação das contas por exemplo de 2008 e essas contas foram muito discutidas, relativamente á questão do Plano de Saneamento Financeiro, o Tribunal de Contas diz, as contas de 2008 estão homologadas, estão bem. O Revisor Oficial de Contas diz aqui, ouça, é uma injustiça tremenda, dizer que o Revisor Oficial de Contas diz isto porque é pago pela Câmara, é tremendo, eu não sei, se ele souber disto, se ele souber disto, não, vocês disseram que ele era avençado da Câmara, porque a Câmara é que lhe pagava, desculpe lá! Está gravado. Oh Francisco Valente, agora é assim você dizer que o relatório, você que é empresário, você que pede ao seu Revisor Oficial de Contas para lhe analisar as contas, você dizer que o revisor é chapa cinco, olhe, para mim não é. O Revisor não é chapa cinco e garanto-lhe, olhe, está aqui o Dr. Carlos Maia que lhe pode contar, as discussões, que tem com o Revisor Oficial de Contas. Então acha que o Revisor Oficial de Contas chega ali e pega nas contas, você um dia destes vai dizer que fomos nós que lhe escrevemos isto. Não é ele que escreve e vem ali, varias vezes e vê e torna a ver e volta a ver e faz isto e faz aquilo e depois põem aqui as reservas, estão aqui as reservas dele mas, depois mesmo com estas reservas ele diz que as contas estão bem e que se devem aprovar. Você diz assim, é a opinião dele, vale o que vale, é evidente. Olhe para mim, deixa-me satisfeito, se ele disse aqui não se deve aprovar, eu aí ficava preocupado, mas ele aqui diz que se deve aprovar. Já agora, só dar uma nota á intervenção do Dr. Miguel Portela, que me parecer relevante que tem a ver com, ele falou na EDP e os custos com a Energia, portanto não vamos aqui misturar as coisas, mas é evidente que do ponto de vista contabilístico, o mês de Dezembro é o mês que tem muita despesa da EDP e em Janeiro entra a receita; Janeiro, Fevereiro, nos primeiros meses do ano seguinte, entra a receita pela concessão, do pagamento da exploração. Mas, nós temos isso temos não tenham dúvidas sobre isso nós temos que ter uma atenção muito especial à iluminação pública. Eu não vou agora, também, não vou aqui demagogicamente, dizer olhe, eu agora vou cortar uma hora ou duas horas, porque depois você vem aqui com o vandalismo ou não sei o quê..., porque estava a luz apagada..., está a ver. Mas, esta é uma questão séria porque nós temos uma candidatura que apresentamos ao QREN, que eu julgo que ela chegará perto do meio milhão de euros, são quinhentos mil euros (500.000,00€), para a questão dos fluxos energéticos e vamos tentar obviamente que essa candidatura, nos, ajude a baixar a factura energética, como também a adesão à ENERGAIA, (Agencia de Energia de Gaia), agora chama-se ENERGAIA Sul Douro, ou Douro Sul, assim uma coisa desse género, mas, que isso também nos ajude a criar mecanismo de redução da nossa factura energética, não tenho duvida nenhuma que estamos a gastar dinheiro a mais na luz, isso não tenho duvida nenhuma e nem sequer discuto, concordo consigo plenamente, vamos encontrar as soluções de forma pedagógica, mas de forma séria e de forma construtiva. Senhor Presidente muito obrigado pela sua paciência, mas julgo que dei os esclarecimentos que tinham sido solicitados nas intervenções que me antecederam. =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, - Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do Município/2010, tendo sido deliberado por maioria, com vinte quatro votos a favor do PSD, onze votos contra do PS, dois votos contra do CDS e três abstenções; do Presidente da Junta de Loureiro, do Presidente da Junta do Pinheiro da Bemposta do Presidente da Junta de S. Roque, aprovar a proposta apresentada*=====

===== *Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, - Proposta de aplicação do Resultado liquido do Exercício de 2010. Tendo sido deliberado por unanimidade aprovar apresentada.*=====

===== ***Ponto Seis, Apreciação do Inventário de 2010 de Todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, do Município.***=====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Aprovação do inventário final de existências 2010 (i/ 38750/2011): Presente, para efeitos do n.º 2 al. e) do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, o documento referido em epígrafe, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º. 54- A/ 99 de 22 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa a este livro de actas”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Isto também decorre das contas, ou seja é relatório do inventário final das existências em 2010, ele foi distribuído e portanto não sei se há alguma dúvida a respeito desta matéria. Se houver estou disponível para dar os esclarecimentos.*=====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.*=====

===== ***Ponto sete: Relatório final de Acompanhamento e Execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2010 – Após encerramento das Contas – Apreciação.***=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. O Dr. Miguel Portela na intervenção que fez, também fez a referência já a este assunto não é a mesma coisa que as contas, neste caso estamos a falar do plano de saneamento financeiro, mas está directamente relacionado com as contas e portanto, com as que acabamos de aprovar. Dar nota que, a execução económica gerou um superavit de 2.347.748, (dois milhões trezentos e quarenta e sete mil e setecentos e quarenta e oito), ou seja 95,1% do valor previsto para o ano de 2010, que era de 2.469.120 (dois milhões quatrocentos e sessenta e nove mil e cento e vinte), portanto há aqui um desvio de 121.372 (cento e vinte e um mil trezentos e setenta e dois), há aqui conforme já falei nos pontos anteriores o prazo médio de pagamentos em 136 dias, portanto a redução de 10 dias relativamente ao prazo médio de pagamento que se verificou em Dezembro de 2009, já agora, porque é importante falarmos neste número se compararmos e se olharmos para 2007, quando foi o ano do plano, a redução estamos a falar de uma redução acumulada de 435 dias, portanto que bastante significativo. Dizer-vos também que a dívida total do Município, é repetir não é, são: 49.481.046, (quarenta e nove milhões quatrocentos e oitenta e um e quarenta e seis), os valores que acabei de dizer, também para as dívidas de empréstimos médio e longo prazo, de endividamento líquido municipal, também acabei de as dizer e a respectiva redução anual. Portanto, já agora e porque foi muito falado a questão do PEC, é evidente que isto não é um exercício daqueles que eu gosto de fazer, confesso. Mas, o Senhor deputado Francisco Valente, fez-me aqui puxar, pela minha imaginação e vou-vos só dar este número, (foi depois da intervenção dele, que eu andei á procura deste número), que é um número interessante, ou seja: Como se tenta desvalorizar o valor do PEC; Como se tenta desvalorizar o valor 528.944, (quinhentos e vinte e oito mil e novecentos e quarenta e quatro), que não é um valor desvalorizável, com é evidente. Mas imaginem que esse valor nas nossas contas tinha sido todo utilizado na amortização das dívidas a fornecedores, ou seja, que esses 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil) que nos cortaram iam todo para dívidas a fornecedores? Está ver Francisco Valente, como isto é? Você agora está-se a rir. Mas há bocado também você me fez rir. Sabe porque você me fez rir? Porque você também estava ali. Mas ouça, é criativo, é verdade, eu reconheço, mas ouça, é um exercício legítimo, oh Francisco Valente, é pegar nos 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil) e dizer. Pronto. Não, não. Ou cliques, mas isso dava uma tonelada de cliques. Mas deixe-me só dizer, que é interessante, você, é interessante, você perceber isto, porque estes 528.000 (quinhentos e vinte e oito mil) se eu pagasse aos fornecedores, sabe quanto é que era o prazo médio de pagamento? 117 Dias. Você já dizia..., mesmo assim não ia gostar, ia dizer isso é muito. Mas olhe, era uma redução interessante, e, a redução total da dívida não de 2.253.906, (dois milhões duzentos e cinquenta e três mil e novecentos e seis), mas seria 3.319.513, (três milhões trezentos e dezanove mil e quinhentos e treze), está a ver, se não houvesse PEC, se não houvesse PEC, e se, repito, e se estes 528.000.00 (quinhentos e vinte e oito mil euros), fossem todos para pagar dívida a fornecedores tínhamos aqui uns resultados ainda melhores do aqueles que tem. Aqui seguramente você já dizia, que não eram serviços

mínimos, já estávamos nos serviços médios, ainda não estávamos nos serviços máximos. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores, Manuel Francisco Valente, Dr. António Rosa e Dr. Fernando Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS. =====

===== Primeiro, ia aproveitar isto, para perguntar à Mesa, qual o critério das intervenções? É a “lá carte”? Ou com é? É por ordem de inscrições? É por ordem de partidos? O Senhor Dr. António Rosa tem de falar sempre no fim? É que eu não me importo. Eu estou aqui á frente, mas tenho que ouvir sempre a mesma coisa, em duplicado, quero dizer, vem a chapa, um e vem a chapa, dois, vem o Senhor António Rosa e depois vem o Senhor Presidente da Câmara. Para mim é me indiferente. Eu só quero saber os critérios, das Intervenções, depois da inscrição? Ai, é por ordem de inscrição, então pronto, eu vou fazer como o outro, guardar a mão no bolso, e quando começar a dizer.... Eu permito-me, permito-me, se quiser, fazer, uma sugestão e que não vai alterar muito aquilo que está, mas que ficaríamos sempre, da mesma maneira e o Senhor Presidente da Câmara foi deputado e pode seguir isso. Criar uma ordem partidária. E a ordem partidária, pelo menos permite-nos dizer: Justa ou injusta, é aquela que seguimos e não é o critério que vem em cada momento, vem agora o Senhor Miguel, depois vem o Francisco, depois há-de vir o Dr. Rosa, depois há-de vir, não sei mais quem, bom, isto é uma sugestão aqui neste ponto. E vou lhe pedir que seja um bocado mais condescendente neste no ponto, porque não pedi a palavra como o nosso colega Miguel Portela, mas queria esclarecer duas coisas. Eu sou pelo debate Político. Fui sempre e portanto não estou muito preocupado, que diga que é A e venha outro que diga que é B. A minha função, é fazer a interpretação daquilo que digo, dos números que encontro, a de outros será exactamente a mesma, vista de uma perspectiva diferente. E por isso estaremos, o Publico a Comunicação Social e que nos houve, a saber, o que deve interpretar de um lado ou do outro. Mas há uma coisa aqui que me parece ser mal interpretada e não queria de maneira nenhuma deixar passar, que era, tudo aquilo que tocava em relação ao Revisor Oficial de Contas. Primeiro não conheço o Dr. António Anjos, não tenho autoridade, nem capacidade, nem nenhuma razão para criticar o trabalho dele. O que eu disse chapa cinco. E repito. Vamos lá ver e quem anda por estas coisas sabe que é chapa cinco, quando estamos a falar, do parecer, relatório/parecer do auditor, isto que aqui está, é Senhor Presidente da Canhara se me permite, é uma chapa cinco. E só não vê esta chapa cinco, quem não entende nada do que se está aqui a passar. Dr. António Rosa este relatório que está aqui é chapa cinco. E era isto que eu me queria referir, eu quando me estou a referir, estou a referir ao relatório/parecer do Auditor Externo e diz obviamente, face ao exposto, bom, melhor seria, melhor seria, que dissesse que as contas não mereciam a credibilidade, não

seriam ser aprovadas. Só para dar um exemplo (Os Auditores Externos do BPN, nunca tiveram reservas nenhuma e o Banco estava falido). Portanto estamos a falar, salvaguardando a honestidade e idoneidade do Revisor Oficial de Contas, que isto não tem nada a ver com Ele, tem a chapa cinco, a ver com aquilo que todos os Oficiais de Contas porque isto decorre da Lei, têm que fazer. A segunda questão das reservas que aí estão. Pois eu permito-me dizer, que não é nada usual nenhum Revisor Oficial de Contas fazer reservas, e quando as faz, é porque tem muitas dúvidas, não é nada usual e veja isto em muitos exemplos que se passam nas empresas e quando as reservas existem, não há ninguém fora da própria empresa que não levante o dobro das reservas. Eu quero com isto dizer; que o Revisor Oficial de Contas para mim, subiu na minha consideração, porque quando apresentou aquilo que era primeiro, que eu digo que é chapa cinco e é sempre e que faz depois o seu, que deve de ser: Certificação legal de Contas, com reserva, fê-lo com idoneidade e fê-lo com coragem. Portanto que fique salvaguardado isto, se eu alguém quis criticar aqui foi sempre e só o Executivo da Câmara. Então vamos, aquele ponto em questão. Peço desculpa desta intervenção, mas preferia na altura, estávamos muito próximos, não estar a fazer outro tipo de intervenção. Mas começo logo por aquilo que me falou, o FMI, ou FMI autárquico, o que é o FMI? O que é Plano de saneamento Financeiro? O que é, ou o que deixa de ser. Primeiro, o plano de saneamento financeiro, Senhor Dr. António Rosa, Senhor Presidente da Câmara, tem regras que foram impostas, negociadas, aceites, planeadas e acordadas e têm que ser rigorosamente cumpridas. O FMI diz: regras impostas, discutidas, aprovadas que têm que ser rigorosamente cumpridas, faz-se um empréstimo de um banco, maravilhoso que é credível e não sei mais quantos, o FMI faz um empréstimo maravilhoso com taxas maravilhosas, junto de uma entidade que se chama FMI, a mesma historia, a dimensão é do mesmo e quando disse isto é obviamente entre comas, porque estamos a falar do FMI autárquico que é alguém que impõem de fora determinadas circunstancias e determinados caminhos e não obviamente querendo fazer comparação directa de uma coisa e de outra. Só que é mais lamentável é dizermos assim, em 2007, no tempo de vacas muito gordas, ter recorrido a este “FMI Autárquico”. Depois acho que é realmente lamentável, quando vejo o Executivo, sentir-se auto satisfeito com os resultados daquilo que apresenta porque infelizmente isso é o primeiro passo para a inércia e quero dizer que se nada temos de cortar, se nada temos de fazer, se nada temos que inventar! Está tudo bem. E normalmente quando pensamos que está tudo bem é quando tudo começa a ficar ainda pior, acho que nesse aspecto, Senhor Presidente, alguma humildade não faria mal nenhum e algum princípio de que, muito está mal e que aquilo mesmo que está bem é possível fazer melhor, alguém definiu que, “ O progresso seria a convicção que aquilo que existe pode ser sempre melhorado”, eu prefiro este princípio, porque tudo aquilo que existe por muito bom que seja pode ser sempre melhorado. Mas, vamos então aquilo que é o PS, Plano de Saneamento Financeiro. Aqui o PS só saiu por acaso. E agora lembro-me que eu nunca falei no PS, em termos de Governo, estava a falar na Administração Central, nas transferências do Orçamento do Estado, porque o Partido Socialista, o partido que eu pertenço com muito orgulho e há muitos anos, não tem nada a ver, que não seja executar

uma tarefa que indeterminadamente foi eleito para ela. E o Estado somos todos nós, por muito mau grado, que ali o nosso camarada, o PSD, penso o que facto de estar na junta, que também não é Estado? Pois é Estado, também. Também é Estado e também faz as suas asneiras como nós todos. Voltamos aquilo que nos traz aqui, neste ponto e neste número. Evidente que agora temos de ver os números de uma maneira diferente, e ao vermos de maneira diferente, é provavelmente por isso que também estamos em pontos diferentes e é por isso que eles não seriam agregados, porque aqui temos obrigações impostas pelo Plano de Saneamento Financeiro e no ponto três, quatro e cinco ou se quiser, no quatro, tínhamos obrigações impostas pela Lei das Finanças Locais e elas podem-se confundir, mas não se devem. Porque aquilo que nos comprometemos, para além daquilo que é a própria Lei, é para as pessoas de bem, para cumprir. Infelizmente estamos a ver, que, aquilo que nos comprometemos no Plano de Saneamento Financeiro, não é para cumprir e infelizmente não é para cumprir hoje, nem tem sido para cumprir. Nunca foi. E por aquele auto elogio que temos todos, dá-me a impressão que também não vai ser no futuro, ficamos todos satisfeitos com aquilo que fizemos por muita pouca satisfação que isso tenha para outros. Porque digamos assim, sim senhor reduzimos a dívida total do município em 2.250.000, (dois milhões e duzentos e cinquenta mil), pois Senhor Presidente, em relação aquilo que o município se tinha comprometido, em relação aquilo que o município assinou, em relação aquilo que o município conseguiu contrair o empréstimo. Falhou. E falhou redondamente porque tem um aumento da dívida total do Município em 3.500.000, (três milhões e quinhentos mil) (para arredondar as coisas), aumentou 7,8%. Diz-se claramente que o endividamento líquido que é aquilo que é mais importante, não sei mais quantos, falou em endividamento e penso que estou a interpretar bem, quando quis falar de endividamento líquido, do que se deve e recebe, pronto, serei mas conciso nesse sentido, o endividamento líquido, pois reduziu-se, pois, pois, reduziu-se. Só que aumenta em relação aquilo que Vossas Senhorias, Vossas Excelências, Vocês, desculpem lá, que o Executivo de então se comprometeu e aumenta em 2.000.000,00 (dois milhões de euros), aumenta em 5,7%. Depois, pois, ficamos todos contentes, não há dúvidas nenhuma a dívida a fornecedores, reduziu-se, pois, vou repetir e terá que ser sempre o mesmo, àquilo que vocês fizeram, àquilo que vocês se comprometeram, àquilo que assinaram, aquilo que vos levou a que seja conseguido o empréstimo, vocês aumentaram 2.400.00, (dois milhões e quatrocentos mil), mais 165%. Depois falamos em prazos médios de pagamentos, mas, também vou dizer uma coisa que realmente cumpriram, foi os passivos financeiros, os passivos financeiros realmente conseguiram cumprir aquilo que estava no Plano de Saneamento Financeiro. O prazo médio de pagamentos, podemos ficar todos contentes, reduzimos 9 dias, pois sim senhor, isto nem sequer é o copo meio cheio, ou meio vazio, é fazer das pessoas que estão à frente que não vêm copo nenhum, vocês comprometeram-se a 44 dias e têm 136, portanto têm aqui o prazo médio de pagamento, 89 dias, 89 dias não são 10% a mais; 30% a mais, estamos a falar de 300% a 400%, 89 dias mais, do que aquilo, repito, que o Executivo, que Vossas Excelências se comprometeram, assinaram e fizeram no âmbito do momento de 2007. Não fui eu! Se fosse eu estaria agora aqui, a penitenciar-me, meus Senhores

desculpem lá, eu enganei-me, sou um indivíduo péssimo a perder as coisas, fiz uns números para alguém ver. Os cortes, os cortes, eu lá irei aos cortes se quiser e digo-lhe uma coisa, a situação dos cortes é tão falaciosa, tão falaciosa, quando as receitas do Estado, leia Estado e não do PS, quando as receitas do Estado, aumentam e aumentam em relação ao ano anterior. Ouça, não estou a dizer que são favores. Estou a dizer é que elas aumentaram. Da mesma previsão que vocês também fazem dotações iniciais e finais, é que entre o dia 1 de Janeiro e o dia 31, decorrem 365 dias ou 6 se for bissexto e muita coisa pode acontecer e há que corrigir posições. E como diria o outro, “o Mundo mudou”, e se o mundo mudou há que adaptarmo-nos ao Mundo e às vezes as nossas dificuldades de adaptarmo-nos às coisas diferentes é que nos leva ao descabro. Mas, continuamos nesta saga que eu queria de cumprimento, para não nos perdermos do Plano de Saneamento Financeiro. Pois o tal passivo financeiro reduziu, boa notícia que está aí. A taxa da execução da despesa apresenta um desvio, não foi cumprido, não vale a pena desenvolver mais as coisas e digamos assim, perante situações destas que será o comprometimento maior do executivo e leia-se agora completamente, “de 2007, mas sempre, diria eu infelizmente, há décadas, sempre executivo do PSD “ isto não está a ser cumprido nos principais objectivos a que vocês se propuseram, repito e insisto, a dívida total do município é superior, o endividamento líquido é superior, a dívida aos fornecedores é superior, o prazo de médio de pagamentos a fornecedores é superior. Bom, se isto é para estar contente? Estará. Eu para mim diria diferente, este Plano de Saneamento Financeiro, está ferido de morte. Haja, a coragem, se alguém teve de fazer o PEC três, quatro e cinco e não sei quantos, haja coragem de dizer, o plano de saneamento financeiro que em 2007, alguém, com pouca noção da realidade fez, que seja revisto e que seja efectivamente feito com os verdadeiros meios consentâneos com os objectivos do Município e muito mais perto da realidade daquilo que é. Porque estamos aqui e vamos debater anos a fio se a memória não me falha, vai ser até 2020, eu não estarei cá (eu não estarei cá, quero estar na vida, mas não estarei na Assembleia) e vamos estar sempre a dizer que não esta de acordo com aquilo que estava previsto no Plano de Saneamento Financeiro, por favor façam uma correcção ao Plano de Saneamento Financeiro, tenham a humildade de reconhecer que fizeram um erro, rectificam-no e ficaremos todos melhores. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Senhor Francisco Valente surpreendeu-me, confesso a dificuldade que senti, notória do Senhor Francisco Valente em dizer mal. Sinceramente surpreendeu-me, desta vez surpreendeu-me, esperava que dissesse com mais convicção, não pelo conteúdo, mas por aquilo que é habitual que dissesse mal deste cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro. Há aqui duas coisas. E eu vou pegar pela última, que referiu e ligá-la com uma outra, que claramente, são absolutamente, não são conjugáveis. Duas afirmações que faz, que, claramente

não são conjugáveis. Primeiro diz, a Câmara está resignada, só reduziu 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil euros) no ano de 2010, que por acaso, só foi o ano do descalabro nacional. Resignada no sentido que está satisfeita, satisfeita, inércia, certo, inércia acho que foi isso que disse. Por um lado. Eu não estou a deturpar isso de “inércia”, ou seja está contente e por isso tem inércia e por isso põem em causa, e por isso põem em causa, os objectivos do Município no futuro, basicamente foi assim que referiu. E depois termina a intervenção a dizer que o Plano de Saneamento Financeiro tem de ser revisto. Porquê? O objectivo da Câmara afinal foi demasiadamente ambicioso, os Senhores que lá estavam em 2007, não tinham noção da realidade, foram demasiadamente ambiciosos e a verdade é que a Câmara não consegue cumprir escrupulosamente com o que disse em 2007 e portanto vamos rever o plano de Saneamento Financeiro. Por isto, deduzo, na minha humilde capacidade, que a Câmara deve rever em baixo os objectivos para a cumprir, portanto, ser mais inerte do que aquilo que estava a sugerir que fosse. Mas o problema é o seguinte. Vamos então para essa parte, agora vamos para essa parte. Qual é o drama, espero que me entendam, vou procurar expressar-me bem. Qual é o drama, da Câmara Municipal, perante o contexto em que se encontra, cumprir com todos os requisitos que a Lei impõem e ficar numa ou noutra rubrica aquém daquilo que se comprometeu num cenário completamente diferente daquilo que vivemos hoje. Deixe-me dizer uma coisa que é essencial, novamente, não posso deixar passar isto, o FMI Autárquico. É o FMI Autárquico, porque o Plano de Saneamento Financeiro foi imposto à Câmara de Oliveira de Azeméis. Desculpe mas não foi. Deixe-me só explicar uma coisa e perdoem-me, enfim, deambular aqui um bocadinho. Peço desculpa que eu estou-me a distrair com os ruídos colaterais. Deambular aqui um bocadinho para uma parte, um bocadinho mais técnica, mas que é essencial para explicar isto. A Lei das Finanças Locais a 5-A de Janeiro de 2002, estabeleceu a Lei das Finanças Locais, esta sim foi imposta, a todos Municípios, não foi a Oliveira de Azeméis, foi a todos. Porque definiu regras, definiu regras a meio do percurso, definiu regras a partir de hoje: Todos aqueles que podiam ter determinados patamares de dívida, a partir de hoje já não podem ter estes, têm que ter estes. Foi isto que aconteceu basicamente. E perante isto a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, voluntariamente, com base neste requisito legal e porque é cumpridora da lei, quer ser, decidiu sim senhor vamos lançar um plano de saneamento financeiro com o propósito de cumprir escrupulosamente com a lei e por outro lado aproveitar o mecanismo que ela nos confere que é pedir um empréstimo para resolver a dívida com os nossos fornecedores e cumprir com aquilo que é a nossa obrigação. E portanto o que a Câmara fez em 2007, ou concluiu em 2007, iniciou antes, foi olhar para a sua estrutura e sozinha, não teve aqui um FMI, não teve aqui mão de União Europeia, não teve aqui um Banco Central Europeu, foi a Câmara Municipal com os seus técnicos, extraordinários, e tenho que o dizer, extraordinários, que, alertando o Executivo para esta possibilidade e para esta obrigação que deveria fazê-lo. E obviamente que o fez, não há aqui nenhum Zandinga, na Câmara, nem hoje e acho que nem haverá no futuro. Fê-lo com base naquilo que era o cenário de contexto. Certo. E obviamente que o fez de uma forma ambiciosa, no sentido de cumprir com aquilo que a

lei exige e depois de voluntariamente definir este plano, submeteu ao Ministério das Finanças & Cª que aprovaram o plano, de auto compromisso da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Mas na verdade, na verdade, aquilo que a Câmara Municipal está obrigada todos os anos, é cumprir com a lei, e a lei o que diz, é que, «todos os anos Câmaras que tenha uma dívida, um endividamento, uma dívida a fornecedores, superior ao limite que foi estabelecido, (no decurso do comboio), que tem que reduzir no mínimo 10% do excesso». Reparem, que este mesmo limite, todos os anos muda, porque o limite é definido com base nas receitas do ano anterior e também o Estado, na altura não foi capaz de dizer às Câmaras Municipais em 2012, as vossas receitas que vão determinar o limite, são estas, na altura tivemos de fazer uma projecção com base nisso e portanto só para dizer, que, se não fosse assim, a Câmara Municipal quando em 2007, quando fez o Plano de Saneamento Financeiro, tinha de ser punida, em 2008 não foi, em 2009 não foi, e 2010 seguramente que também não vai ser, quando muito terá que ser agraciada, porque na verdade cumpriu com o Plano de Saneamento Financeiro e cumpriu porque reduziu o endividamento, reduziu dívida a fornecedores. Repare uma coisa. Isto disse e muito bem Senhor Francisco Valente, o que é imposto aos 308 municípios do país, é a Lei das Finanças Locais. E sabe qual foi a diferença da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e de mais duas ou três em relação às demais? É que, identificou-se com estando enquadrada num determinado cenário e assumiu e avançou. Porque não tenho dúvida que se o Estado, que criou esta Lei, a fizesse cumprir na íntegra, não eram dois ou três Municípios que estavam no Plano Saneamento Financeiro, eram n. E quando eu digo este n, é para não falar na ordem das centenas, porque só a questão do prazo médio de pagamento a fornecedores, nós vemos nos anuários financeiros, vemos qual é a média de pagamento, das Câmaras Municipais do país, é estranho que só a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis é que tenha tido um Plano de Saneamento Financeiro, não, é que isto foi um acto, voluntario, consciente e sobretudo responsável. E portanto para terminar e concluir em relação ao Plano de Saneamento Financeiro 2010 e análise do Relatório de comparação. Obviamente que, o Partido Social Democrata, enfim, se regozija, com o cumprimento escrupuloso, já não dizer obviamente tudo aquilo que disse ao nível das contas, porque efectivamente mesmo na própria conta, os responsáveis, aliás os técnicos da Câmara Municipal se encarregam, (porque é a Lei que o determina), de demonstrar e evidenciar, que a Câmara Municipal cumpriu com tudo que a Lei das Finanças Locais obriga. Portanto não há dúvidas em relação a isto. Obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, alertou para o facto de se estar a ultrapassar o tempo regimental em algumas intervenções e de seguinte concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais, do PS, que não se havia inscrito para este ponto. =====

===== Senhor Presidente, gasto um minuto e trinta segundos, nesta intervenção. Eu de facto na intervenção do Dr. António Rosa, se calhar ele está no papel errado. Eu compreendo

algum desconforto que o Senhor tenha relativamente a toda esta situação, porque foi responsável pelas contas nos mandatos anteriores. De qualquer maneira, eu sinceramente acho que não é esse o papel que neste momento lhe está reservado. Eu queria dizer o seguinte. Ouvi muita coisa aqui, relativamente ao Plano de Saneamento Financeiro, mas quero perceber de alguma forma uma coisa. Nós neste momento temos uma situação de endividamento que são de 48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de euros), que é de facto preocupante, relativamente à qual se deve a uma gestão do Partido Social Democrata, desde 1974, obviamente ratificado pelo voto popular. Mas de facto a situação actual do Município, é preocupante, nós o que queremos saber de alguma forma, aquilo que nos leva a ficar um bocado incrédulos é se facto o Plano de Saneamento Financeiro, que até agora tem vindo a ser cumprido. Aliás, faz bandeira de ter de facto feito alguma amortização naqueles três anos, que seriam os três anos de carência económica. Mas, nós, pela análise das contas e pela análise da dívida, não vemos, a forma, não vemos no Executivo camarário, nenhuma situação de boa gestão, nomeadamente através dos investimentos ou de cortes das despesas respeitante ao tal Plano de Saneamento Financeiro, o que nos leva a concluir que em 2020, nós vamos fazer outro Plano de Saneamento Financeiro para 2030. Quero lhe dizer mais uma coisa Senhor Dr., certamente não consultou, mas é de consulta pública, é deste ano, é de 2010, deste ano não, de 2010, na Direcção Geral das Autarquias Locais tem um relatório, sobre a situação económico-financeira das autarquias locais e considera a situação de Oliveira de Azeméis como desequilibrante estruturalmente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara. =====

===== Relativamente a essa matéria quero lhe dizer, que a Câmara Municipal nesse mesmo dia, esta última questão que Senhor acabou de falar, nesse mesmo dia, escreveu à DGAL contestando de forma objectiva e rigorosa o que foi publicado no site da DGAL. Se quiser posso lhe dar isto, para estar confortável. Porque eu não estou aqui a defender, nem nunca me vai ver defender, “o quanto pior melhor”, porque o Senhor estava aí todo contente, a dizer porque no site da DGAL estava isto e estava aquilo. Estava! Mas estava mal. E está aqui a dizer que estava mal, e agora, vamos aguardar a resposta. Esta a perceber Senhor deputado. Porque o Senhor é Deputado municipal de Oliveira de Azeméis, e isso, é muito mais o nos une do que aquilo que nos divide, porque isto de estar a ser, a fazer este tipo de leituras e estar todo contente, por estar ou aquilo. Eu vou lhe dizer outra coisa, Senhor Deputado. Não, olhe! Eu vou-lhe dizer outra coisa, eu estive a ler a acta do ano passado. Não é não gostar, oh Senhor Vereador, eu contestei imediatamente isso, portanto vamos aguardar, o Senhor não é nenhum tribunal ainda, apesar de pensar que manda na DGAL, não manda ainda assim tanto como pensa. Eu estive a ler a acta da Assembleia Municipal do ano passado, relativamente a esta matéria que estava-mos a falar e o que foi dito foi: (tirando os valores, foi dito a mesma coisa), “que nada era cumprido, porque

era 44 dias que estava no plano e os senhores não cumprem, é 145, porque é isto e os senhores não cumprem, porque é isto e os senhores não cumprem. E quem vos ouvir, vai dizer assim: Para o ano eles vão ter retido 10% das suas receitas do OE. Ouça, senhor deputado Francisco Valente, desculpe lá, mas é o que acontece às Câmaras que não cumprem. Não... não... desculpe mas é verdade. Desculpe mas é verdade. Senhor deputado Francisco Valente, o senhor acabou de dizer que nós não cumpríamos nada. Que o Plano de Saneamento Financeiro não estava a ser cumprido. Pronto, então um ponto. Já é num ponto. Não. Mas ouça o que eu lhe estou a dizer é que se ele não for cumprido o estado fica-me com 10% das receitas e até hoje não ficou e o Senhor o ano passado também disse que ele não foi cumprido. Ouça, lá está, esta a ver. Oh Senhor deputado, eles não têm essa interpretação e ainda bem que eles não têm essa interpretação, porque se tiverem e não tenha duvidas que nos cortam os 10%, como fazem a outras Câmaras. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== **Ponto oito: Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas – Relatório de Execução 2010 – Conhecimento e tomada de posição;** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Senhor Presidente, relativamente ao Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas e o seu Relatório de Execução, aquilo que nos traz aqui neste ponto. Dar-lhe nota que, do plano inicial de setenta serviços abrangidos por este plano inicial, foram entregues sessenta e dois planos de acção, ou seja: corresponde a 89% dos serviços. Depois dizer também, que um total de seiscentas e vinte e duas acções que estão definidas no mesmo plano, quinhentas e trinta e quatro foram executadas na totalidade, ou seja: corresponde a 86% das acções que estão definidas. Depois também dizer que, estas acções que foram definidas e que foram executadas, elas apresentam uma execução de 100%, ou seja: Estão todas planeadas e são todas totalmente executas. Dizer-lhes que do plano que enviamos agora para as respectivas autoridades, foram apresentadas vinte e nove propostas de melhoria e portanto algumas dessas vão já ser executas no decurso de 2011. E depois cá estaremos também para analisar este mesmo plano. Também dizer-lhes que fomos, Felizmente que hoje já há muitos serviços públicos, que cumpriram com esta, inicialmente uma recomendação para fazermos este plano, mas felizmente que a própria Administração Publica já tem um conjunto significativo de Entidades e Instituições, que têm este Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracção Conexas, que é para nós extraordinariamente importante e julgo também que é um sinal claro do poder local na luta contra a corrupção. =====

===== **Ponto nove: Apoio Financeiro ao Centro de Línguas de Oliveira de Azeméis – Ratificação.** =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou a palavra para dizer que, há três dias, por sugestão do Executivo da Câmara Municipal - Senhor Presidente – foi retirado o ponto nove da ordem de trabalhos portanto passaríamos ao ponto dez =====

===== Para não ficar o Ónus no Presidente da Mesa. O senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada do ponto. =====

===== Seguidamente a bancada do PSD apresentou a seguinte proposta: A bancada do PSD propõe a retirada do ponto nove da ordem de trabalhos da reunião ordinária de vinte e nove de Abril de 2011. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia usou a palavra. =====

===== A Mesa aceitou a proposta e agora vou submeter à Assembleia o mérito da proposta. “A bancada do PSD propõe a retirada do ponto nove da ordem de trabalhos da reunião ordinária de vinte e nove de Abril de 2011”. - Vou colocar a proposta à votação. =====

===== Após a votação foi deliberado por maioria com: vinte e quatro votos a favor do PSD; duas abstenções do CDS/PP; não tendo a bancada do PS participado na votação, aprovar a retirada do ponto nove da ordem de trabalhos =====

===== **Ponto dez: Alteração do Valor do Spread Relativo ao Contrato de Empréstimo a Curto Prazo para o Ano Económico 2011, celebrado com o Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, SA (BBVA) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O contrato de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2011, celebrado com o BBVA em 07/01/2011; A intenção do BBVA de alterar o spread associado ao empréstimo, aumentando o mesmo para 2.50%, tendo, previsionamente, o impacto demonstrado em quadro anexo; Que o spread de 2.50%, continua a ser o mais baixo quando comparado com as propostas apresentadas pelas diversas entidades bancárias, quando consultadas para dar cotação a fim de formalizar o contrato de empréstimo de curto prazo 2011; Que, consultadas diversas entidades bancárias, (conforme informação anexa) as condições de mercado mantêm idênticas às do período em que foram apresentadas as propostas; Que a abertura de novo procedimento é morosa e poderá por em causa o equilíbrio da tesouraria do MOA, proponho: A aprovação da alteração do valor do spread, para o valor de 2.50%, relativo ao contrato de empréstimo a curto prazo para o ano económico 2011.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. Dar nota do seguinte, aquilo que aqui nos traz, tem também a ver com a conjuntura económico-financeira e tem a ver com uma alteração das condições do spread, naquilo que diz respeito ao empréstimo de curto prazo para o ano económico de 2011. Relativamente ao ponto dez, a questão do spread, foi-nos comunicado pelo Banco Bilbao Viscaya, que foi quem ganhou esse mesmo concurso, que não o podia fazer de forma com os valores que tinha inicialmente tinha apresentado, por razões que justificou na altura, dando nota das transformações do mercado financeiro, tendo em conta toda a conjuntura e tudo aquilo que se passou com os bancos. Portanto dizer-lhes que a proposta que é aqui apresentada é do spread no valor de 2,5 % que é toda ela também, mesmo essa proposta foi feito um aumento, mas mesmo assim é inferior ao valor apresentado pelo corrente classificado em segundo lugar e portanto, não é uma situação muito curial, na minha opinião, mas nós não tivemos alternativa, as alternativas que tivemos foram outras depois, foi negociar estes 2,5% porque a primeira proposta que nos foi apresentada pelo BBVA era bem superior a 2,5%. Muito obrigado, Senhor Presidente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto onze: Isenção Total de Taxas, Preços, Impostos e Outras Receitas Municipais à Fundação La Salette - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a ” Fundação La Salette” tem por objecto implementar o desenvolvimento do Município de Oliveira de Azeméis, numa vertente social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando as suas potencialidades, nomeadamente o Parque de La Salette; - O pedido de isenção total de taxas, preços, impostos e outras receitas de âmbito municipal (Designadamente IMI, IMT, IMV), apresentado pela Fundação, ao abrigo da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; - O previsto nos nºs 2 e 3 do art.º 12º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro; - Que o ”Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis”, prevê no seu art.º 6º a possibilidade de concessão da isenção total de taxas, preços e outras receitas municipais; - O interesse público e municipal que representa as actividades e fins da Fundação, bem como o facto de o Município ser entidade fundadora, proponho: - A concessão da isenção total de taxas, preços, impostos e outras receitas municipais (Designadamente IMI, IMT, IMV), à “Fundação La Salette ”, pelos fundamentos expostos, pelo período de 5 anos; - Que se remeta*

à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado no art.º 6º do Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças e outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, e ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 2 do art.º 53º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro conjugado com o n.ºs 2 e 3 do art.º 12º, da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto é uma proposta de isenção de taxas, já é habitual fazer-se, tem a ver com as actividades desenvolvidas pela Fundação La Salette, naquilo que diz respeito ao parque e bem como as questões daquilo que sobre as taxas a isenção total taxas, preços e outras receitas municipais. É decorrente fazermos isto, todos anos vimos cá com esta proposta e este é mais um ano. Naquilo que diz respeito ao interesse público e municipal representa as actividades e os fins da Fundação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto doze: Isenção/Prescrição de Pagamentos de Transportes em Viaturas Municipais – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Em reunião de Câmara de 16 de Dezembro de 2008 foi aprovado o regulamento Municipal de Cedência e Utilização de Veículos Municipais de Transporte de Passageiros, o qual foi validado pela Assembleia Municipal em 29 de Dezembro de 2008: **Considerando que:** - No passado por força de elevados preços praticados na tabela de taxas do regulamento anterior, as entidades requisitantes generalizaram o pedido de isenções; -Algumas entidades requisitantes confundiam a cedência com a isenção e nem sequer solicitavam; -As dificuldades financeiras de muitas associações impediram a regularização da sua dívida com o Município em termos de transportes; -A suspensão dos subsídios às colectividades agravou-lhes as dificuldades, pretendendo agora que a isenção deste pagamento seja uma forma de apoio compensatório; -Os valores devidos pelos alugueres das viaturas prescrevem no prazo de 5 anos após a sua prestação, por força do disposto do artigo nº 310, alínea b) do Código Civil. **Considerando ainda que:** -De acordo com as novas regras, sem regularizarem a dívida, as associações estão impedidas de requisitar os meios de transporte municipais; - Importa partir do zero para que o

regulamento agora em vigor possa ser aplicado em equidade. **Considerando finalmente o teor do parecer jurídico que se junta**, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, **proponho**: 1º - Reconhecer que, ao abrigo do disposto no artigo nº 310, alínea b) do C.C. se encontram prescritos os créditos pelos alugueres de viatura identificados na lista em anexo com indicação "prescrito". 2º - Seja deliberado propor à Assembleia Municipal a isenção do pagamento às entidades constantes da lista anexa, pela prestação dos restantes serviços constante da mesma lista, com efeitos retroagidos às datas em que os serviços foram prestados, ao abrigo do disposto nos artigos 12º, nº 2 da L.F.L. e 128 nº. 1 e 2-A do C.P.A. **Documentos Relacionados**: I/88636/2010 - Despacho do Presidente a solicitar Parecer ao consultor Jurídico; I/91731/2010 - Informação do Parecer do consultor Jurídico (doc. relacionado c/ I/88636/2010); **Anexos**: I/9433/2009 - Proposta de p/ Reunião de Câmara de 10-02-2009, assunto: Isenção de pagamentos de transportes em viaturas municipais; **Lista Anexa** (Guias de Receita de Transportes em viaturas municipais e s/ Anexo). Estes documentos ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== Muito boa tarde a todos, Senhor Presidente da Assembleia Municipal permita-me que em seu nome cumprimente os demais membros desta Assembleia. Esta proposta tem como objectivo regularizar uma série de situações do passado que se prenderam com a cedência de transportes municipais às colectividades e que visa por um lado reconhecer algumas prescrições de algumas dívidas das colectividades e por outro isentar do pagamento as dívidas das restantes até à entrada em vigor do novo regulamento municipal dos transportes, de cedências de utilização dos transportes municipais que entrou em vigor em Janeiro de 2009. Isto porque de acordo com estas novas regras, se as colectividades que não tivessem as dívidas regularizadas estariam impedidas requisitar os meios de transportes municipais. Portanto a Câmara Municipal no sentido de regularizar as situações do passado e começar a partir do zero e a partir do novo regulamento municipal, que entrou em vigor a partir de Janeiro de 2009, decidiu elaborar esta proposta para então começarmos a partir de Janeiro 2009, com esses casos a regularizar todas as situações que ainda se encontram por pagar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: Protocolo de Colaboração a Celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, para a Realização do Evento “Queima das Fitas de 2011” - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância que a “Queima das Fitas”, assume na Juventude, e na envolvência da Comunidade Oliveirense, que tem vindo a aderir às festividades académicas, de forma cada vez mais entusiasmante; - Que se deve manter o espírito e tradição académica, no Município de Oliveira de Azeméis; - O teor do ofício enviado pela Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, de 28 de Fevereiro de 2011, proponho: A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, que define os termos e as condições da colaboração institucional, com vista à realização do evento “**Queima das Fitas 2011**”, em Oliveira de Azeméis, de 24 de Abril a 1 de Maio de 2011, ao abrigo designadamente, da alínea b) do n.º 4, do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro e se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) n.º 2 do art. 53º do referido diploma legal.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto nos mesmo termos e condições que tem sido todos os anos visa a aprovação de um protocolo de colaboração com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem, para a realização da “Queima das Fitas”. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo. =

===== **Ponto catorze: Protocolo de Colaboração a Celebrar com a Banda de Musica de Loureiro, para a Realização da “11ª MasterClass de Fagote”, de 18 a 22 de Abril, em Loureiro - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e, conseqüentemente, de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos; - O interesse municipal da realização da XI MasterClass de Fagote, em Loureiro, de 18 a 22 de Abril de 2011, sob a orientação do Prof. Pierre Olivier Martens, reconhecido fagotista, no panorama musical internacional, proponho: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, (em anexo), a celebrar com a Banda de Música do Loureiro, ao abrigo da alínea b) n.º 4 do art. 64º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que tem por objecto a colaboração institucional entre os outorgantes, com vista à realização da “XI MasterClass de Fagote”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Isto é uma proposta, para aprovar um protocolo de colaboração, conforme referiu com a Banda de Musica de Loureiro, para a realização deste evento, que é um evento único também no nosso município e que visa no fundo, apoiar esta formação deste professor fagotista, para instruir e formar os jovens e os alunos da banda de música.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição do Senhor Ricardo Bastos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS* =====

===== *Muito obrigado. Só fazer uma correcção, não é para formar os jovens Banda de Musica, muitos deles nem andam em bandas de musica, são jovens de todo o país, que cá estiveram penso que trinta e quatro este ano, o maior numero de sempre. E uma vez mais, ainda mais que no outro concurso as Famílias Oliveirenses fizeram autênticos acampamentos em casa. Dizer que é o décimo primeiro encontro e tem vindo a crescer de ano para ano e a Banda de Loureiro está de parabéns, muitos parabéns por este encontro, que é o maior encontro, que digo no país sem qualquer reserva, mas, não sei se internacionalmente se consegue um encontro de Fagotes, com tantos elementos e com um leque de idades tão grande, como aquele que se faz em Loureiro. De maneira que os meus parabéns à Banda de Loureiro e este incentivo é, deveras importante e de agradecer.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo.* =

===== Ponto quinze: Protocolo de Colaboração a Celebrar com a Fundação La Salette, para o Financiamento de Actividades a Desenvolver pela Fundação, incluindo a Realização das Festas de La Salette, bem como a Contratualização de Bens e Serviços Necessários para o Efeito – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que a Fundação La-Salette tem contribuído para implementar o desenvolvimento do Município, numa vertente social, cultural, desportiva e ambiental, aproveitando as suas potencialidades, nomeadamente do Parque de La-Salette; - O Município, desde a constituição da Fundação, assumiu a vontade explícita de constituir um garante financeiro, ainda que inicial, da mesma; - Que desde a sua constituição a Fundação vem promovendo a realização das Festas de La-Salette, elaborando o programa e respectiva contratação e gestão das mesmas; Que as Festas de La-Salette são de grande tradição na cidade e consideradas as festas do Município, reconhecidas e nível nacional e mesmo internacional; - Que são atribuições do município os princípios e objectivos que se propõe desenvolver a Fundação, nomeadamente ao nível do património, cultura e ciência, tempos livres, desporto, ambiente e promoção do desenvolvimento (als. e), f), l) e n), nº 1 do art. 13º e artigos 20º, 21º, 26º e 28º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro, proponho: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Fundação La-Salette, que anexo; - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º do mesmo diploma; - A ratificação dos despachos efectuados em 21 e 31 de Março de 2011, em anexo, e a convalidação dos actos praticados e dos pagamentos entretanto processados e transferidos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Este protocolo já é um protocolo habitual que se prende com a realização daquilo que diz respeito a realização das festas de La Salette, nomeadamente o seguro das festas, a requisição das forças a cavalo da GNR para participação nas procissões, o contrato dos seguros, a energia eléctrica respeitante ao evento e também a deliberação de isenção de taxas inerentes ao licenciamento das festas. Eu há pouco falei nas festas, na outra isenção e não foi correcto, não preciso, não tem a ver com isso. Portanto, este sim é que é o protocolo habitual, que todos os anos nós aprovamos, para a realização das festas, para a fundação La Salette, para as festas de La Salette. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela, José Ramos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Boa tarde, pensei que era hoje a primeira vez que o grupo do CDS ia votar a favor. Porque o Senhor Presidente da Câmara garantiu na última Assembleia Municipal que me faria chegar um documento onde comprovava a legalidade destas transferências entre a Autarquia e a fundação La Salette. Visto até à data nada me ter chegado às mãos manterei a posição que o CDS-PP tem em situações similares, votar contra com declaração de voto. Pela manifesta ilegalidade que temos conhecimento. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== Boa noite a todos. Eu gostaria que o Senhor Presidente da Câmara, se fosse possível, me informasse, informasse o grupo do PS, qual é o montante que está previsto nesta verba que é total, dedicado às festas de La Salette? Gostaríamos de saber? E os Oliveirenses também? Até porque há um peditório que normalmente é realizado e as pessoas devem saber quanto é que a Câmara gasta nas festas, para depois também poder contribuir com certeza. Outro aspecto prende-se, vou quase repetir o meu colega do cds que me antecedeu, que é aguardamos o parecer jurídico sobre a legalidade da fundação La Salette. Portanto é exactamente a mesma situação. Neste caso faço aqui, quero fazer uma ressalva, isto não é, estar contra nada, nem estar contra aos oliveirenses, nem estar contra a fundação, até porque estamos sempre e seremos sempre, favoráveis a tudo que diga respeito ao parque de La Salette, é a nossa sala de visitas, simplesmente por uma questão de legalidade não poderemos com certeza aprovar isto. E essa é a razão porque eu faço esta ressalva e esta diferença. A nossa bancada vai-se abster. Precisamente porque aqui está incluído festas de La Salette, essa é razão principal, senão provavelmente claro que teríamos de votar contra, enquanto não existir o parecer jurídico que já o deveriam ter apresentado. Com isto quero chamar à atenção de que estas posições, esta, e outras semelhantes, que possamos ter com estas verbas, espero que um dia não as tenhamos que pagar, como ainda á uns dias aconteceu com uma situação semelhante. E falo isto, porque se a Fundação não estiver legal? Podemos ter todos os membros da Assembleia de pagar. Menos o CDS, claro. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.

=====
 Muito obrigado Senhor Presidente. Conforme o protocolo é explicativo, até ao limite de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros), na sua cláusula segunda, ponto um, financiar as despesas até ao montante de 45.000,00€ (quarenta e cinco mil euros). Sobre as dúvidas aqui levantadas, é assim, eu sinceramente, podem dizer que é mau feitio. Mas não é certamente. Quando alguém tem alguma dúvida, no exercício das nossas funções políticas e públicas, vereador, membro da assembleia municipal, presidente de junta. Há uma instituição e uma entidade a que se recorre para pedir pareceres se estamos a fazer bem, se estamos a fazer mal, para além de outras competências que tem, que se chama, Comissão de Desenvolvimento Regional, no nosso caso, N, que é do Norte. O responsável pelo programa operacional do norte e portanto da CCDRN, esteve em Oliveira de Azeméis, numa cerimónia pública, a assinar Três contratos de financiamento, com o Senhor Presidente da fundação La Salette, garantindo o financiamento das obras e portanto se alguém precisa de mais segurança para as decisões. É a CCDRN, eu já expliquei vinte vezes, que se tirarem o nome de Fundação La Salette e chamarem Associação La Salette, não sei se continuam a ter os mesmos problemas. Porque reparem uma fundação, o que está neste momento em causa é uma divergência interpretativa da Presidência do Conselho de Ministros, relativamente à Fundação, à participação ou não da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, é uma diferença interpretativa, há quem defenda que as Juntas podem fazer parte, aliás, há Fundações em Portugal em que as Juntas fazem parte., e isto quando chega PCM, quem sabe como isto funciona, quando chega à PCM que é Presidência de Conselho de Ministros é distribuído para o assessor A, o assessor B, o assessor C, e o assessor que recebeu este processo, disse que não. E tem sido difícil, para não dizer quase impossível, voltar a falar com estas pessoas, porque cartas, mais cartas e mais cartas tem havido e portanto há esta dificuldade interpretativa. Agora não ponho em causa rigorosamente nada no exercício de uma associação, que por acaso se chama Fundação La Salette, por acaso chama-se Fundação La salette, é só essa a questão, portanto não tenham nenhum problema relativamente a essa matéria e reparem se dúvidas existissem, é a própria CCDRN que vem a Oliveira de Azeméis, não é a Fundação La salette que vai, é a CCDRN que vem cá e assina. E de um lado diz, Fundação La Salette e assina o Presidente da Fundação La Salette, e do outro lado diz, ON2 Programa Operacional do Norte, por representação da CCDRN e assinou o Engº Carlos Duarte. Portanto, ouça, obviamente que para eles assinarem isso, eles já tiveram a candidatura, reparem: foi apresentado uma candidatura, foi aprovada; foram apresentados os projectos de execução, foram aprovados, foi assinado o contrato de financiamento, oh meus caros por amor de deus. Mas pronto com é evidente eu respeito a posição e obviamente que as pessoas são livres de a tomar, é só este esclarecimento que eu gostava de dar. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu novamente a palavra ao Senhor José Ramos, do PS. =====

===== *Eu queria chamar aqui a atenção do Senhor Presidente. Que o facto da CCDRN, o ter assinado, pode assinar nem que seja vinte, trinta, quarenta, não interessa, é uma posição que esse Organismo, toma. Nós aqui em consciência e sem termos e já agora, se a Câmara entende, ou se o Senhor Presidente entende, que não é necessário esse parecer jurídico, já o podia ter dito e nós não estávamos aqui a pedi-lo, não estávamos novamente a falar no mesmo. É isso que eu quero dizer. Portanto, é uma questão de ter esse parecer e nos fazer, chegar, a partir daí a nossa posição será aquela que nós entendemos que deve ser. É só isso mais nada. =*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quinze à votação, tendo sido deliberado por maioria autorizar a celebração do referido protocolo, com a seguinte votação: a favor - vinte e dois votos do PSD; contra – dois votos do CDS/PP; e catorze abstenções do PS; não participaram na votação, o Senhor Ilídio Lopes e o Senhor Filipe Carvalho, por serem membros da Fundação La- Salette. Relativamente a este ponto o CDS/PP apresentou a seguinte declaração de voto “Nos termos do artigo 158, nº 2 do código civil, as fundações só adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento que é feito pela Presidência do Conselho de Ministros. Visto ainda não ter sido comprovado a esta Assembleia Municipal que esta fundação não obteve até hoje reconhecimento por parte da entidade competente não possuindo assim personalidade jurídica, não podendo, por isso, ser titular de relações jurídicas. Neste sentido, em conformidade com o exposto e atendendo ao dever de observância do principio da legalidade, o Grupo Municipal do CDS-PP, vota contra a presente deliberação da Câmara Municipal. =====*

===== **Ponto dezasseis: Protocolo de Colaboração Institucional com a Associação Comercial no Âmbito do Programa Modcom C 2010 – 2ª fase - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - A aprovação do protocolo nº 37/2010 em reunião de Executivo de 27/04/2010 e em sessão da Assembleia Municipal de 30/04/2010, que tinha, como objecto os termos e a comparticipação financeira no âmbito da candidatura ao MODCOM C apresentada pela Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra; - A deliberação de executivo de 23/11/2010, nº 1/98762/2010, com a revogação do referido protocolo, na sequência da não aprovação da candidatura na 1ª fase de selecção, após decisão de “Elegível não seleccionada” em Julho de 2010, no entanto na mesma deliberação assumiu a totalidade das despesas realizadas com acções no âmbito da candidatura, Mercado à Moda Antiga e Desfile de Moda Primavera /Verão, totalizando o valor de 23.507€ (vinte e três mil, quinhentos e sete euros); - A comunicação da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, da decisão de concessão de incentivo à candidatura MODCOM C – 2010 – 2ª fase e a homologação a 08/02/2011, pelo Senhor Secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, da referida candidatura no valor global de 91.000€ (noventa um mil euros),*

proponho: - A revogação do ponto nº2 da deliberação da reunião de executivo de 23/11/2010, nº1/98762/2010, que autoriza a "... Que o Município assumira a totalidade as despesas entretanto realizadas na organização dos eventos Mercado à Moda Antiga e Desfile de Moda primavera/Verão, conforme comprovativos de despesa apresentados em anexo, no valor total de 23.507,00€ (vinte e três mil quinhentos e sete euros);...". - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar com Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra; - Que se submeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Este é um protocolo com Associação Comercial no âmbito do programa Modcom, estamos a falar de uma candidatura que foi apresentada a este programa com o valor elegível de 91.000,00€ (noventa e um mil euros), e é comparticipada em 60%, ou seja por 54.600,00€ (cinquenta e quatro mil e seiscentos euros) essa mesma comparticipação, financeiramente aquilo que corresponde ao valor da Câmara Municipal são os outros 40%, que é aquilo que está aqui no protocolo no valor de 36400,00 as acções contempladas nesta candidatura e portanto neste protocolo que queremos aqui hoje aprovar é a edição 2010/2011 do "Mercado à Moda Antiga"; o " Desfile de Moda "Primavera/Verão Edição 2010 e 2011"; o " Desfile de Moda "Outono/Inverno" Edição 2011"; o "Stock Off – Edição "Primavera/Verão e a edição Outono/Inverno" bem como a " Animação de Natal 2011", portanto é este o âmbito da actividade da Associação Comercial, que nós desejamos que seja aqui aprovada e que a própria candidatura também ao Modcom assim aconteça. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo. =====

===== **Ponto dezassete: Protocolo de Delegação de Competências a Celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação das Escolas do Pinheiro da Bemposta, para Implantação de um Piso Sintético no Recreio da EB 1 da Areosa – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: "Considerando: - as atribuições dos Municípios em matéria de Educação, Tempos livres e Acção Social Escolar consignadas designadamente, nas alíneas d), f) e h) do no n.º1 do art. 13º, art.19º, art. 21º e art. 23º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - as competências em matéria de planeamento gestão

dos equipamentos educativos, designadamente, no domínio da construção, apetrechamento e manutenção dos Estabelecimentos Escolares do Ensino Básico, e do apoio ao desenvolvimento de actividades complementares de acção educativa – previstas na alínea b) do n.º1, e n.º3, alínea e) do art. 19.º do citado diploma; - que a implementação do Programa “Escola a Tempo Inteiro” leva a que o tempo de permanência das crianças nos espaços escolares seja mais alargado; - que os alunos da escola EBI de Areosa usufruem, de componente de apoio à família que pode ir desde as 7h30m às 19h, impondo uma forte sobrecarga de utilização dos espaços, nomeadamente do recreio; - que o espaço de recreio desta escola precisa de melhorias, nomeadamente ao nível do piso; - que as associações de pais são parceiros do Município no esforço de criação de condições e contextos mais adequados ao sucesso educativo das crianças, concretizando plataformas de colaboração, articulação e apoio à educação, no sentido da potencialização de recursos e da mobilização da sociedade civil; - que o bem-estar das crianças e a garantia das condições pedagógicas necessárias a uma educação de qualidade são preocupações partilhadas pelo Município e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EBI de Areosa na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Propõe-se: Ao abrigo da alínea l) do n.º 1 e f) n.º 2 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5- A/2002, de 11 de Janeiro, a celebração de um protocolo de delegação de competências na Associação de Pais das Escolas do Pinheiro da Bemposta, visando a realização de obras com colocação de piso sintético na EBI de Areosa.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos a falar de um compromisso, de uma comparticipação, que vai até ao valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), junto da Associação de Pais das Escolas do Pinheiro da Bemposta para o sintético, conforme o Senhor Presidente acabou de dizer, no recreio da EBI da Areosa. Como sabe, queremos obviamente também dotar e estamos a fazer em articulação em parceria com muitas outras Associações de Pais, um conjunto de melhorias naquilo que é o nosso parque escolar, esta foi mais uma e portanto, estamos aqui a assumir um compromisso e a concretizar essa assunção desse mesmo compromisso com a comparticipação de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) para este sintético na escola EB da Areosa. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezassete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo.=====

===== Ponto dezoito: Contrato-Programa a Celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, para a Cooperação Financeira do Apoio à Construção do Novo Quartel dos Bombeiros no Âmbito da Candidatura Apresentada ao Abrigo do Programa Operacional Valorização do Território – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O quadro de atribuições e competências das Autarquias Locais, instituído pela Lei 159/99 de 14 de Setembro, e especificamente o definido na alínea j) n.º1 do artigo 13.º e artigo 25.º daquele diploma; - Igualmente o estatuído e ao abrigo do artigo 64, n.º.4 a) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro; - O determinado pela Lei 27/2006, de 03 de Julho (Lei de Bases da Protecção Civil); - Que tem sido critério adoptado pela Câmara Municipal participar em 20% nas despesas com a construção de equipamentos, considerados de reconhecido interesse municipal que tenham sido objecto de candidatura a outros fundos devidamente aprovada, proponho: - A aprovação da minuta de Contrato Programa a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, devendo o mesmo ser remetido à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. É evidente que tem a ver com o esforço, com o investimento e mais concretamente com a participação do Município, naquela que é uma obra estruturante para Oliveira de Azeméis, neste caso concreto para os seus Bombeiros Voluntários e portanto, nós detectamos que este protocolo não estava assinado, havia um compromisso, que fez parte da candidatura a fundos comunitários, onde garantia a participação de 20% por parte da Câmara, mas havia só esse compromisso, não havia este protocolo e portanto aquilo que estamos hoje aqui a aprovar é essa mesma participação desses mesmos 20% até ao valor de 224.800,00€ (duzentos e vinte e quatro mil e oitocentos euros) que é a participação da Câmara Municipal na construção do Quartel dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, o que corresponde a 20% do valor elegível. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezoito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido contrato-programa. =====

===== **Ponto dezanove: Contrato-Programa para a Formação Desportiva a Celebrar com o Clube Desportivo de Cucujães – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Cultura, Tempos Livres e Desporto, consignadas designadamente no artigo 21º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que o desenvolvimento de actividades nesse âmbito destinadas às camadas mais jovens, traduz-se positivamente na formação pessoal e social dos mesmos, criando espírito de grupo e vivência mais saudável; - As competências das autarquias no apoio aos projectos de formação e divulgação das práticas desportivas junto da população como factor de motivação da prática de exercício físico, e aumento de interesse pelo desporto; - A importância do desporto, no domínio de uma política para a juventude, destinado a proporcionar uma ocupação activa e saudável dos tempos livres dos jovens, de modo a facilitar a sua inserção na sociedade; - Que nos termos do n.º 3 do art. 46º (Apoios Financeiros) da Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto - Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro: ”3 - Os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei; “Proponho: 1- A aprovação da minuta de Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar com Clube Desportivo de Cucujães; 2 – Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do determinado na alínea m) nº 2 do artº 53º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro na redacção da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. É um contrato, como já outros foram aqui discutidos e aprovados, tem a ver com uma participação da Câmara Municipal, um contrato de formação desportiva, com o Clube Desportivo de Cucujães, portanto, no enquadramento que tem vindo a ser feito com outras instituições, também chegou agora o momento de fazer o com esta instituição o Clube Desportivo de Cucujães. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido contrato-programa. =====

===== **Ponto vinte: Protocolo de Parceria a Celebrar com a Federação de Ginástica de Portugal e a GEDAZ – Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM, para a**

Realização do “Seniorgym 2011 – VI Festival Nacional de Ginástica Saúde e Vida Activa” – Autorização; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sócio-cultural, desportiva e de tempos Livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - O interesse da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, da GEDAZ e da Federação de Ginástica de Portugal na realização, no dia 28 de Maio de 2011, do **Seniorgym 2011 – VI Festival Nacional de Ginástica Saúde e Vida Activa**. - A oportunidade proporcionada pela realização deste evento em Oliveira de Azeméis de incentivo à prática desportiva generalizada e, em especial, das actividades gímnicas na população com mais de 50 anos de idade; - Ainda o impacto do **Seniorgym 2011** em termos da promoção turística, de visibilidade nacional da cidade e da região; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e conseqüentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos, proponho: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Parceria com a Federação de Ginástica de Portugal, e a GEDAZ - Gestão de Equipamentos Desportivos de Azeméis, EEM, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo em vista a colaboração institucional para a realização do **Seniorgym 2011 – VI Festival Nacional de Ginástica Saúde e Vida Activa**. - Se submeta à Assembleia Municipal para ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados (incluindo realização e assunção de despesas e respectivos pagamentos), com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.”=

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Este é um ponto, deixem-me dizer que eu considero muito relevante. Esta iniciativa é a primeira vez que este festival de ginástica e vida activa que é conhecido por “Seniorgym”, é a primeira vez que se realiza a norte do país. Normalmente realiza-se junto a Lisboa, nós apresentamos a nossa candidatura junto da Federação Portuguesa de Ginástica, eles mostraram muita vontade também em trazer este evento para o norte do país e conforme podem ver, na cláusula dois, número quatro no seu enquadramento diz: “ A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não terá de pagar qualquer verba à Federação de Ginástica pela realização do **Seniorgym**” é evidente que há aqui um

conjunto de outros compromissos de prestação de serviços e muitas outras situações, mas, acima de tudo é muito importante porque estamos promover, a fazer a promoção das boas práticas, das boas práticas na prática do exercício físico, na criação de hábitos de vida saudável, na participação, desta população sénior neste festival nacional, estão previstos mais de dois mil participantes e tem havido uma receptividade enorme da população sénior do Município Oliveira de Azeméis, para além do festival há um conjunto de Workshops, discussões que vão estar em cima da mesa, um conjunto de acções daquilo que diz respeito a este publico alvo, é muito importante esta realização em Oliveira de Azeméis. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo. =

===== **Ponto vinte e um: Protocolo a Celebrar com a WRITE-UP, para a Recolha, Tratamento e Reciclagem de Produtos, Materiais ou Resíduos, descritos no Anexo I do DL n.º 230/2004 de 10 de Dezembro, que sejam produzidos, recolhidos ou detidos pelo Município de Oliveira de Azeméis – Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Para enfrentar o problema dos Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos - REEE, a União Europeia (UE) decidiu implementar medidas destinadas a prevenir a sua produção e a fomentar a sua reutilização, reciclagem e outras formas de valorização, com vista à redução da sua quantidade e, ao mesmo tempo, melhorar os resultados meio ambientais dos agentes económicos envolvidos na sua gestão. Para alcançar estes objectivos, a União Europeia aprovou a Directiva 2002/96/CE, sobre a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, a qual foi transposta para o ordenamento jurídico Português pelo Decreto-Lei n.º 230/2004, de 10 de Dezembro; Esta directiva estabelece medidas de prevenção desde da fase de concepção e fabrico dos equipamentos, nomeadamente, limitando a utilização de substâncias perigosas, e regula a gestão dos resíduos destes equipamentos, de forma a minimizar as consequências ambientais resultantes da sua produção, assumindo especial relevância os resíduos gerados pelos utilizadores particulares, devido ao carácter maioritário destes no cômputo geral de resíduos gerados; De entre as diversas disposições contempladas no Decreto-Lei n.º 230/2004, com vista à gestão dos REEE, define claramente, através da lista constante do seu Anexo I, as categorias de EEE sobre as quais recai aquele normativo; O referido diploma define objectivos de gestão, impondo metas de reutilização, reciclagem e outras formas de valorização e atribui a responsabilidade pela gestão dos REEE a todos os intervenientes no ciclo de vida dos EEE e dos REEE; O Município de Oliveira de Azeméis, nos seus serviços, origina este tipo de resíduos, necessitando, assim, que tenham o correcto encaminhamento devendo-se promover a sua

valorização; A WRITE-UP é uma entidade licenciada para o exercício da actividade de recolha e tratamento de REEE's (Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos), através do Alvará de Licença para a realização de Operações de Gestão de Resíduos n.º 44/2009/CCDR e averbamentos de transmissão às autorizações prévias n.º 143/2007/INR e n.º 22/2010/CCDR, nos termos do D.L. n.º 178/2006, de 5 de Setembro, dispõe das necessárias competências técnicas, humanas e de equipamento para a estrita observância dos procedimentos e regulamentos impostos para a actividade. Assim, proponho a celebração de um protocolo com a WRITE-UP, o qual se junta em anexo, sendo o objecto do mesmo a recolha, tratamento e reciclagem de produtos, materiais ou resíduos, descritos no Anexo I do DL n.º 230/ 2004 de 10 Dezembro, que sejam produzidos, recolhidos ou detidos pelo Município de Oliveira de Azeméis. Pela entrega dos REEE o Município de Oliveira de Azeméis auferirá 40€ por cada tonelada, ou em alternativa equipamentos no mesmo valor.”=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Tem a ver com um protocolo conforme o Senhor acabou de anunciar à Câmara. Tem a ver com a questão do problema dos resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, como sabem há um conjunto de, a União Europeia tem conjunto, decidiu implementar um conjunto de medidas destinadas a esta matéria, nos vamos fazer este protocolo com esta empresa WRITE-UP e ela compromete-se a pagar 40,00 €(quarenta euros) por cada tonelada ou em alternativa equipamentos do mesmo valor. Portanto foi uma proposta que nos apareceu, foi depois discutida esta matéria com o Senhor Vereador que trata do pelouro desta área nomeadamente o Professor Isidro Figueiredo e nós entendemos que ela é interessante para o Município de Oliveira de Azeméis e, portanto, aqui a apresentamos. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do referido protocolo.=====

===== **Ponto vinte e dois: Aprovação Definitiva do Regulamento do Conselho Municipal de Segurança – Aprovação;** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Senhor Presidente, conforme foi aqui anunciado, portanto os membros do Conselho Municipal de Segurança tomara posse em sede de Assembleia Municipal, já se realizou a primeira reunião e há que também segundo a análise que foi feita da legislação em vigor, há a necessidade de aprovar definitivamente esse mesmo regulamento depois de discutido com os membros do Conselho Municipal Segurança e é isso que estamos aqui a fazer, portanto é esse passo processual que estamos aqui hoje a propor a sua aprovação.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o referido regulamento.* =====

===== **Ponto vinte e três: Melhoria dos Níveis de Visibilidade no Entroncamento da Rua Francisco Abreu e Sousa com a Rua Domingos José da Costa – Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ **Considerando:** 1. Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a); 2. Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respectivamente); 3. Tendo em conta que é necessário melhorar os níveis de segurança rodoviária no entroncamento da Rua Francisco Abreu e Sousa com a Rua Domingos José da Costa. 4. Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/108505/2011, a qual ficara arquivada em pasta anexa ao livro de actas, proponho: A eliminação de lugares de estacionamento numa extensão de 21 metros para sul do entroncamento do lado nascente, através da implementação de marca rodoviária M17 (Raias obliquas delimitadas por linha continua), garantindo assim boas condições de visibilidade aos automobilistas. Na implementação das marcas rodoviárias deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado Senhor Presidente. A explicação aqui é muito simples, estão a ver aquela recuperação que foi feita, aquele arranjo, aquele ajardinamento que foi feito naquela*

subida do centro vidreiro, naqueles prédios que lá estavam e é permitido estacionar até muito próximo do entroncamento que vai para a La-Salette, o que acontece é que, já por diversas vezes e foram várias as solicitações que nos foram feitas e depois nós percebemos também no terreno que aquilo não se devia permitir o estacionamento até tão próximo do entroncamento e portanto o que aqui vimos aprovar é isso mesmo, a colocação, julgo que elas até já lá estão, já esta pintado no terreno a proibição desse estacionamento para permitir uma maior acessibilidade e visibilidade para quem sai do parque da La-Salette e quer voltar à esquerda nomeadamente vir outra vez para o centro da cidade. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e três à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto vinte e quatro: Pedido da Escola Livre para a Marcação de Lugares de Estacionamento na Praceta Escola Livre de Azeméis – Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ **Considerando:** Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a); Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respectivamente); Tendo em conta que é necessário ordenar o estacionamento na Praceta Escola Livre de Azeméis. Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/33644/2011, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, proponho: A marcação dos seguintes lugares de estacionamento: Um lugar estacionamento para deficientes, segundo a alínea a) do número 2 do artigo 4.º do Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, com um sinal vertical H1a (estacionamento autorizado) e uma placa adicional modelo n.º 11d (para veículos portadores do dístico de deficiente), deve ainda ser sinalizado horizontalmente segundo a planta em anexo; Um lugar estacionamento para a G.N.R., segundo a alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, com um sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado) e uma placa adicional modelo n.º 10a com a inscrição “G.N.R.” e uma placa adicional modelo n.º 7d com as inscrições “sábados das 17 às 24h” “domingos das 15 às 19h”; Um lugar estacionamento para ambulâncias, segundo a alínea a) do número 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, com um sinal vertical H1a (Estacionamento*

autorizado) e uma placa adicional modelo n.º 10a com a inscrição “Ambulância” e uma placa adicional modelo n.º 7d com as inscrições “sábados das 17 às 24h” “domingos das 15 às 19h”; Quatro Lugares para a Escola Livre, segundo a alínea b) do número 1 do artigo 4.º do Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no Concelho de Oliveira de Azeméis, com um sinal vertical H1a (Estacionamento autorizado) e uma placa adicional modelo n.º 10a com a inscrição “Escola Livre” e uma placa adicional modelo n.º 7d com as inscrições “sábados das 17 às 24h” “domingos das 15 às 19h”. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de Agosto e pelo Decreto Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de Março. Deve ser respeitado ainda o Decreto-Lei 163/2006 de 8 de Agosto, no que diz respeito a marcação de lugares de estacionamento reservados a deficientes. Os lugares de estacionamento devem ser marcados em conformidade com a planta de localização destes, anexa a informação técnica I/33644/2011.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Como sabe, todos sabem onde é o pavilhão da Escola Livre e sabem que nos dias de jogos até atendendo ali a outras, zona habitacional e também tem ali, nomeadamente cemitério ali muito próximo, por vezes quando se realizam jogos de hóquei em patins ou de outras modalidades no pavilhão, há dificuldades no ponto de vista da organização do jogo para as entidades e também há aqui a preocupação de ordenar e de ter um lugar por exemplo também destinado a pessoas com mobilidade condicionada porque isso não está neste momento, não é visível e não há lugar reservado junto ao pavilhão da Escola Livre, e portanto esta também é uma situação da Escola Livre de Azeméis que nos pediu e nós achamos que é perfeitamente justo e que é necessária este mesmo ordenamento estacionamento nestes dias de jogos desportivos nesse mesmo pavilhão. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e cinco: Proposta de Sinalização Vertical Diversa para a Freguesia de Fajões – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - a necessidade de ordenar as prioridades de circulação de forma mais segura; a necessidade de recolocar o sinal vertical C11a - proibição de voltar à direita - a fim de informar correctamente

os automobilistas; Propõe-se: a) - a colocação de um sinal vertical B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) na Rua Padre Manuel Gomes Moreira junto do entroncamento com a Rua 21 de Junho; b) - a colocação de um sinal vertical C11a (proibição de virar à direita). Na implementação dos sinais deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== Muito obrigado Senhor Presidente. O que está aqui em discussão é uma necessidade da colocação desta mesma sinalização. =====

==== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

==== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. ===

==== **Ponto vinte e seis: Proposta de Sinalização Horizontal (estacionamento proibido em frente ao prédio) na Rua Tomás da Costa, Freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação:**=====

==== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: a Rua Tomás da Costa é caracterizada por um perfil estreito e irregular com construção à face da via; - os condicionalismos que esta via tem, propõe-se: 1-que seja implantada sinalização horizontal, para proibir o estacionamento no local, devendo para o efeito ser pintada uma marca rodoviária M12 (linha contínua amarela) junto ao limite da faixa de rodagem, no local indicado na planta anexa. 2- Na implementação das marcas rodoviárias deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”

==== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

==== Muito obrigado. Tem a ver com, há aqui uma, é uma rua estreita. Ora bem, vamos lá a ver para todos perceberem onde é que é, acho que aí quase toda a gente percebe, sabem onde é que é a loja do Pescoço? Portanto isto é na rua da loja do Pescoço, há lá um sítio onde não se pode, onde se estaciona e não se deve estacionar e portanto aqui é para fazer uma pintura no terreno para impedir esse mesmo estacionamento, toda a gente lá passa. Quem não

sabe onde é o Pescoço, é ao lado do Arquivo Municipal. Mas acho que toda a gente sabe quem é o Pescoço. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e sete: Falta de sinalização na Rua Bento Landureza, freguesia de Oliveira de Azeméis – Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - a falta de sinalização vertical, na aproximação do cruzamento da Rua Bento Landureza e do estabelecimento de prioridades no mesmo local; - que já foi implementada a sinalização vertical no projecto de requalificação da Rua Bento Landureza, estabelecendo as prioridades de circulação viária. Propõe-se: - que deve ser reforçada com a colocação de dois sinais verticais B8 (cruzamento com via sem prioridade) na Rua Bento Landureza, para prevenir mais eficazmente os automobilistas da aproximação do cruzamento.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma questão pormenor, mas é relevante tendo em conta quer o movimento da Bento Landureza, quer a requalificação que foi feita, portanto há ali um pequeno beco, a colocação deste sinal é um pouco para reforçar e para sinalizar essa situação nesta rua que tem cada vez mais movimento, tendo em conta também acessibilidade que ela provoca e portanto é por uma questão aqui também por precaução para prevenir mais eficazmente os automobilistas à aproximação do cruzamento. Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto vinte e oito: Ordenação do trânsito na Rua Dr. José Alexandre Simões Oliveira e Beco Camilo Ferreira – Aprovação;** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando: - Que, nos termos da Lei 169/99, com as alterações introduzidas posteriormente, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art. 64.º, n.º 2, alínea a); - Que, bem assim, também lhe compete “administrar o domínio público municipal, nos termos da lei”, bem como “exercer as demais competências legalmente conferidas, tendo em vista o prosseguimento normal das atribuições do município” (art. 64.º, n.º7, alíneas a) e d), respectivamente); - Tendo em conta que é necessário ordenar o trânsito no entroncamento do Beco Camilo Ferreira com a Rua Doutor José Alexandre Simões Oliveira, a fim de elevar os níveis de segurança rodoviária no entroncamento; - Nesse sentido, tomando em conta a Informação Técnica I/76964/2009 documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, proponho: A implantação, implantação de um sinal vertical B2 (paragem obrigatória em cruzamentos ou entroncamentos) à saída do Beco Camilo Ferreira, e um sinal vertical B9b (entroncamento com via sem prioridade), na direcção norte-sul da Rua Doutor José Alexandre Simões Oliveira, a montante do entroncamento com o Beco Camilo Ferreira. A instalação de um espelho parabólico de 60 centímetros de diâmetro na Rua Doutor José Alexandre Simões Oliveira, de forma a dar visibilidade para os automobilistas provenientes do Beco Camilo Ferreira.”*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*Muito bem, estamos aqui a falar daquela zona da Auto-Barcelona e de um beco que ali há e portanto para melhor a circulação naquela zona, portanto há ali a necessidade de ajustar, quem sobe e quem desce, é para melhora essa questão, esta via, há certas horas do dia que tem muito trânsito, é uma acessibilidade que conhece faz bem para a zona industrial, e para fugir a outros constrangimentos nomeadamente Santo António e portanto quer à hora de almoço e às oito menos um quarto é uma zona com muito movimento, portanto é melhor fazermos aqui algum ordenamento para evitar transtornos de maiores.* =====

=====*Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

=====***Ponto vinte e nove: Proposta de sinalização horizontal na Rua Correia Ferreira Silva, lugar de Barbeito, freguesia de Fajões – Aprovação;*** =====

=====*Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - que a Rua Correia Ferreira Silva, no lugar de Barbeito, freguesia de Fajões é caracterizada por*

um perfil estreito, com alguns pontos com 3,90 metros de largura e com construção marginal à face da via; - que para se efectuar uma correcta marcação da sinalização horizontal, a referida rua deve ter só um sentido de trânsito; - os condicionalismos que esta medida tem, propõe-se: 1 - que seja implantada sinalização vertical, com 2 sinais verticais C15 - estacionamento proibido nos locais indicados na planta anexa, para ordenar de forma mais correcta o estacionamento no local. Na implementação dos sinais deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Esta também é uma, são dois sinais verticais de estacionamento proibido, é também uma solicitação da Junta de Freguesia e portanto estamos a fazer o procedimento normal, é uma rua estreita e portanto é também para melhorar o fluxo de tráfego nesta zona. =*

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número vinte e nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta: Criação de zona de estacionamento proibido na rua Centro do Vidreiro, lugar de Bustelo, freguesia de S. Roque – Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Tendo em conta: - que a visibilidade na saída norte do parque de estacionamento da firma ASGMOLDES - A. Silva Godinho & Cª., Lda., com sede na Rua do Centro Vidreiro, lugar de Bustelo, freguesia de S. Roque, é reduzida; - o volume de utentes do parque de estacionamento; **Propõe-se:** 1 - A pintura de duas marcas M12 - linha contínua amarela - numa extensão de 5 metros para cada lado dessa saída, com o intuito de melhorar o nível de segurança rodoviária nessa zona. Na implementação das marcas rodoviárias deve ser respeitado o Decreto Regulamentar nº 22-A/98, de 01 de Outubro, **com** as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar nº 41/2002, de 20 de Agosto.”*=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Também aqui todos conhecem aquilo que nos estamos a referir, em frente ao A. Silva Godinho em Bustelo, há um parque de estacionamento, há ali um lugar*

para estacionar, junto há estrada e junto ao parque de estacionamento e portanto se as viaturas estiverem estacionadas muito próximo da saída do parque de estacionamento prejudica a visibilidade de quem sai, nomeadamente quem sai do parque de estacionamento, portanto a ideia aqui é marcar no chão, proibir o estacionamento junto à entrada do parque, para evitar essas mesmas dificuldades de acessibilidade e para evitar acidentes. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

*===== **Ponto trinta e um: Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município do Oliveira de Azeméis – Freguesia de Pindelo – Aprovação;** =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do Executivo de 9 de Novembro de 2010 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Pindelo e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Juntam-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta Final da Classificação e Cadastro dos Caminhos Públicos da freguesia de Pindelo, para aprovação e posterior envio para a Assembleia Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Isto é mais uma proposta final, que vem a reunião de Assembleia Municipal, como sabem nós estamos a fazer este levantamento, da classificação e o cadastro dos caminhos públicos do nosso Município, freguesia a freguesia. Passado que foi toda a tramitação, no caso da freguesia de Pindelo estamos em condições de o poder votar em reunião de Assembleia Municipal, ele também já foi aprovado em reunião de Câmara Municipal e podemos então, agora, proceder também à aprovação da mesma classificação, aqui em sede de Assembleia Municipal naquilo que diz respeito à freguesia de Pindelo. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== Ponto trinta e dois: Classificação e cadastro dos caminhos públicos do Município do Oliveira de Azeméis – Freguesia de Nogueira do Cravo – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Na sequência da deliberação do Executivo de 9 de Novembro de 2010 sobre a proposta de classificação e cadastro dos caminhos públicos da freguesia de Nogueira do Cravo e decorrido o período de discussão pública, a comissão nomeada para o efeito reuniu tendo elaborado o relatório que pela presente se submete à aprovação. Juntam-se ainda cópia das reclamações/sugestões recebidas, bem como a Proposta Final da Classificação e Cadastro dos Caminhos Públicos da freguesia de Nogueira do Cravo, para aprovação e posterior envio para a Assembleia Municipal.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Tem a ver com a explicação que eu dei para Pindelo, é agora valida para Nogueira do Cravo, portanto passou por este mesmo processo de auscultação, de levantamento das questões com a Junta de Freguesia também, houve depois o período de discussão pública e estamos agora em condições de votar esta proposta de classificação, para a freguesia de Nogueira do Cravo. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Ao analisar o documento. Em relação a este ponto o CDS-PP vem solicitar esclarecimentos adicionais à autarquia sobre um abaixo-assinado despoletado por alguns cidadãos que referiam Calçada de Barruz, considerando estes que ela terá sido fechada ilegalmente e que deveria ser de domínio público. Só a titulo de argumentação, qual a argumentação que foi considerada determinante para recusar estas pretensões. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

=====
 Conforme já referi em Assembleias Municipais anteriores, este procedimento foi desenvolvido pela Câmara Municipal para efeitos de decisões administrativas. Esta classificação dos caminhos públicos, serve para a Câmara Municipal, nas suas decisões relativamente a licenciamentos ou a outro tipo de decisões, como empreitada, ou seja o for, ter um estudo realizado, que seja de suporte a uma decisão final. No entanto quaisquer dúvidas existentes, a Câmara fez uma análise, foi ao local e verificou que de acordo com critérios que definiu previamente e submeteu até a discussão pública, o que é que entendia ou não como caminho pública. Esta situação do caminho de Barruz, é uma situação que já tem vários anos, também foi colocada na altura que nós até fomos apresentar este procedimento a Nogueira do Cravo e foi informado à Câmara Municipal, aliás, faz parte da comissão que analisa os procedimentos de classificação dos caminhos públicos a presença do Senhor Presidente da Junta da Freguesia respectiva. E foi informada a Câmara Municipal que este assunto, da classificação do caminho, como público ou particular teria sido encaminhado para o Ministério Público, portanto, para efeitos de decisão administrativa, continua a ter uma classificação, contudo o Ministério Público ou o tribunal pode despoletar outra tipo de classificação que a Câmara acatará, obrigatoriamente. =====

=====
 Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====
Ponto trinta e três: PI/9120/2010 – MACAP II – Comercio e Industria, SA – Margem de Acerto e Rectificação - Aprovação; =====

=====
 PI/9120/2010 – MACAP II – Comercio e Industria, SA com sede na Rua da Indústria, lugar de Vermoim, freguesia de Ossela, requer margem de acerto e rectificação para a área de 1839 m2, referente ao prédio inscrito na matriz rústica sob o artigo nº 4229, registado na Conservatória do Registo Predial sob o nº 725/19930921, a confrontar do norte, com Alfredo Pinheiro de Castro; sul, com Francisco Marques de Castro; nascente, com Rua da Indústria e poente, com “ Equiproin, Lda.” e Adelino Pinheiro de Castro, considerados no Plano Director Municipal como área de transição, pretendendo que a mesma se classifique como espaços industriais. =====

=====
 O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

=====
 O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== Este pedido da margem de acerto visa o licenciamento da construção de um armazém/industria, na freguesia de Ossela em Vermoim. Para tal é proposto que 839 m² (oitocentos e trinta e nove metros quadrados) classificados no PDM com área de transição passem a integrar espaços industriais, este pedido foi feito nos termos do artigo setenta número dois do regulamento do PDM, tem parecer favorável do técnico que fez a análise técnica do pedido e portanto penso que está em condições de poder ser aprovado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e três à votação, tendo sido deliberado por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PSD, dois votos a favor do CDS/PP; e onze abstenções do PS, aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e quatro: PI/1509/2011 – Colmol, Colchões, SA – Margem de Acerto e Rectificação – Aprovação;** =====

===== **PI/1509/2010 – COLMOL, COLCHÕES SA (I/14654/2011)**, com sede na Rua do Progresso, n.º 281, freguesia de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis, vem em aditamento ao processo em epígrafe, licenciamento de alteração ao alvará de loteamento n.º 68/87, requerer margem de acerto e rectificação para a área de 9687 metros quadrados, considerada no PDM como área de transição, ficando a área na qual se implanta o prédio classificada como espaços industriais. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este pedido prende-se com a legalização de parte do primeiro pavilhão da Colmol. O local onde foi edificada a zona industrial, a chamada zona industrial das Cavadas, é do conhecimento de todos, foi implantado numa área onde tinha sido aprovado um loteamento destinado a indústrias não poluentes, esse loteamento foi aprovado em 1987 com o respectivo alvará, o PDM em 1995 veio classificar esta zona como espaço de transição e não respeitou parte que já tinha sido deferida e aprovada através de loteamento, ou seja que constituía um direito existente. Como agora se está a pedir uma alteração ao loteamento, porque houve anexação de dois lotes, é necessário anexar dois lotes desse loteamento e é necessário juntar a esses dois lotes, um prédio que não integrava o loteamento inicial e por isso é que isso deu origem a uma alteração do loteamento. O que o requerente vem pedir é que, 9687m² (nove mil seiscentos e oitenta e sete metros quadrados) sendo que destes 9.000 (nove mil), 80% mais ou menos já tinham sido aprovados no loteamento 1987 como espaço industrial, vem pedir que esses 9687 (nove mil seiscentos e oitenta e sete) que estão agora em área de transição de acordo

com o PDM, passem a integrar a zona industrial onde tinha decorrido a primeira parte da legalização da fábrica. Como sabem, a margem de acerto para este tipo de fins industriais não esta sujeito a limite de área e portanto cumpre na mesma o art. 70 n° 2 do regulamento do PDM, está em causa a legalização de uma indústria fabril, já tem seguramente mais de vinte anos, portanto o que aqui está em causa é a legalização dessa parte. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Miguel Portela. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Após ter analisado a documentação, vi-me confrontado com alguns aspectos levados em consideração pelo técnico da Câmara em que considerava que era uma construção sem respectivo licenciamento nem processo de obras licenciado, existindo até alterações à topografia do terreno que não foram referenciadas, ainda segundo o actual PDM (diz o técnico) estamos perante uma zona de transição integrante do perímetro urbano, sendo que a parte que se pretende ampliar fica dentro de zona de protecção à zona habitacional, pelo que o próprio parecer exulta a salvaguarda das habitações na sua área envolvente. Não são cumpridas as normas de estacionamento, o próprio PDM, áreas de cedência para espaços verdes e equipamento, pelo que o pedido sofreu parecer desfavorável por parte dos serviços técnicos da autarquia. Parece-me que foi isto que ele disse. Sendo assim votaremos contra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu dei já centenas de respostas a estas dúvidas, dos senhores deputados e vou continuar a dar e espero que se esclareça com mais tempo ou menos tempo. O que aqui está em causa, é simplesmente a aprovação de uma margem de acerto. Os pedidos de licenciamento, a restante análise que aqui está, está sujeita a decisão da Câmara Municipal, mas o Vereador ou o Presidente da Câmara têm subdelegação ou delegação da Câmara para poder decidir. A margem de acerto é que carece de aprovação por parte da Câmara Municipal, todos os outros aspectos que aqui estão na informação técnica têm que ser cumpridos, ou têm que ser regularizados de alguma forma. Mas o que aqui está em causa não é o licenciamento desta empresa, é para a legalização desta empresa, é que há um passo, que tem de ser aprovado e está sujeito à Assembleia Municipal que é a aprovação da margem de acerto. É só isso. O processo não fica licenciado com a aprovação desta margem de acerto, mas se for aprovado esta margem de acerto, é mais um passo que é ultrapassado com vista a legalização desta indústria, que tem que respeitar na mesma os outros pontos da informação técnica. Em 1987, foi aprovado um

loteamento, tudo que venha posteriormente a ser contra essa deliberação está a violar um direito existente, quando alguma autoridade administrativa, ou alguma autoridade, me aprova alguma coisa, podem entretanto surgir leis subsequentes, que se me alterar o direito que eu já adquiri, ou tem que me indemnizar por ele, ou então, tem que me respeitar o direito que já me atribuíram. Portanto o que eu estou aqui a dizer é que como o PMD, a publicação do PDM, no fundo não teve em conta. Não sei porquê? Isto é de 95, não teve em conta um direito. Não é assim, o PDM pode não ter conta, porque se calhar o cadastro que existia, os equipamentos que existiam, se calhar não eram fáceis para apurar porque nós agora, quando um processo de obras chega à Câmara Municipal, nós de imediato, cartografamos e registamos sempre que é atribuído um licenciamento, mas em 95 isso não existia. O que significa que as cartas, sobre o qual foi elaborado o PDM, não estavam correctas e por isso é que foi publicado um mecanismo chamada margem de acerto, porque se tudo estivesse correcto, não existia esta margem de acerto, o regulamento do PDM foi aprovado em Conselho de Ministros, o que significa, as mais altas autoridades nesta matéria reconheceram que 95, a maior parte dos Municípios para não dizer todos não tinham cartografia actualizada e então permitiram que existisse este mecanismo da margem de acerto para se corrigirem estas divergências diárias, por isso é que existe a margem de acerto que é o mecanismo que está sujeito à aprovação da Assembleia Municipal ==

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PSD, dois votos a contra do CDS/PP; e catorze abstenções do PS, aprovar a proposta apresentada. =

*===== **Ponto trinta e cinco: PI/8439/2010 – Maria Olinda Pais Osório – Margem de Acerto e Rectificação – AProvação;** =====*

*===== **PI/8439/2010 – MARIA OLINDA PAIS OSÓRIO (I/14478/2011)**, residente na Rua S. João, n.º 1021, freguesia de Válega, concelho de Ovar, vem em aditamento ao processo em epígrafe, informação prévia sobre obras de construção de armazém, na Rua da Indústria – Vermoim, freguesia de Ossela, deste concelho, requerer margem de acerto e rectificação para a área de 1298 metros quadrados, considerada no PDM como área de transição, ficando a área na qual se implanta o prédio classificada como espaços industriais. =====*

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto tem a ver com a aprovação de um pedido de informação prévia, também para obras de construção de um armazém, em Vermoim, Ossela. E o que se pretende é que 1298m² (mil duzentos e noventa e oito metros quadrados) que estão classificados como área de

transição passem para espaços industriais, o parecer técnico também é favorável a esta margem de acerto. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e cinco à votação, tendo sido deliberado por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PSD, e dois votos a favor do CDS/PP; e catorze abstenções do PS, aprovar a proposta apresentada. ==

===== **Ponto trinta e seis: Relatório de Auditoria Nº 03/2011 – Acção de Fiscalização Concomitante ao Município de Oliveira de Azeméis no Âmbito da Empreitada do “Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini” – Conhecimento e Tomada de Posição;** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu próprio dei conhecimento na reunião de executivo de 12/04/2011 desta mesma situação relatório de auditoria do Tribunal de Contas e na altura dei nota para se enviar para a Assembleia Municipal. Dizer-vos que neste momento, este relatório se encontra na posse do Ministério Público, para, não sabemos ainda qual será a decisão do Ministério Público relativamente a esta matéria. O relatório é crítico, crítico relativamente aos trabalhos a mais que deram origem à adjudicação dos contratos adicionais com o empreiteiro, apontam para que a maioria desses trabalhos, tenham resultado de erros e ou omissões do projecto inicial e deficiências do mesmo projecto. É evidente que este relatório é um documento, que temos de dar a maior atenção, temos de dar a maior atenção e que serve de instrumento, também, de trabalho também para os serviços que têm a responsabilidade para perceberem que em situações semelhantes, no futuro, não cometam, ou não tenham os mesmos procedimentos. Porque o que é que acontece nesta matéria? Pode-se dar o caso, não estamos aqui obviamente a alimentar cenários, (até como disse o processo está entregue ao ministério publico) mas pode haver responsabilidade, procedimento sancionatório, ou não, para o Presidente da Câmara e para os Vereadores que participaram nas votações relativamente a esta situação, o que é uma questão obviamente desagradável, porque o exercício da função política é feito depois de os técnicos nos apresentarem e darem aquela que é a sua informação relativamente a esta matéria e portanto há aqui uma opção dos Políticos confiando plenamente naquelas que são as decisões técnicas. É uma matéria muito controversa, esta. É verdade, eu dizer que a Câmara Municipal decidiu, até porque também tivemos, e tivemos que enviar, eu próprio tive que enviar o contraditório e dar algumas informações ao Tribunal de Contas e manifestamos junto dos Senhores Vereadores e do Senhor Presidente da Câmara de então a nossa total disponibilidade, para colaborar naquilo que se eventualmente tiver que ser, na

defesa dos Senhores Vereadores, porque como é evidente, eles exerceram, tiveram, decidiram baseados em informações técnicas que lhe foram dadas. Deixem-me dizer-vos que tem sido prática, neste Executivo, que está hoje em funções, quando há a necessidade de se proceder a estas matérias o que é cada vez menos recorrente, os técnicos virem dar uma explicação pormenorizada relativamente a esta matéria, porque como lhe disse são áreas muito sensíveis e portanto a legislação também foi alterada de forma significativa nesta matéria, mas infelizmente estamos confrontados com este problema e agora vamos obviamente aguardar, tranquilamente por aquela que é a decisão do Ministério Público. E depois, cá estaremos também se for caso disso, conforme atrás anunciei, a própria Câmara Municipal, está totalmente disponível para a defesa que o Senhor Presidente da Câmara e os Senhores Vereadores poderão eventualmente tiverem de fazer em sede de Ministério Público. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Bruno Aragão; Dr. Fernando Ferreira e Dr. Rui Nunes. =====

===== Não estando presente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Rui Nunes, do PSD. =====

===== Boa Noite a todos, Senhor Presidente, todo Executivo, prezados Colegas Deputados e demais Pessoas, presentes nesta sala. Antes de mais, não obstante a qualidade de deputado, eu quero de uma forma muito sincera manifestar a minha, total, solidariedade, com todos os membros, quer o Presidente da Câmara cessante, quer os seus Vereadores sobre os quais, incidem nada mais do que meros indícios de uma responsabilidade financeira, relativamente a esta questão. E, não sendo juiz, sendo jurista de formação, advogado de profissão, não tendo o poder de julgar, consigo, estou habilitado, a fazer uma análise crítica ao relatório apresentado pelo Tribunal de Contas. Há recomendações que são dadas e há as conclusões que extraídas. Antes mais, refere o Senhor Presidente da Câmara que, este processo foi remetido ao Ministério Público, confesso que ao ler as conclusões do Tribunal de Contas, esta questão da remessa do processo ao Ministério Público, me deixou de alguma forma apreensivo e esta tal questão da solidariedade para com todos os membros que estão indiciados pela tal responsabilidade financeira, mereceu-me um especial acuidade, a ponto de ir buscar o telemóvel, para ver efectivamente o que é que a Lei do Tribunal Constitucional o regulamento dizia quanto a isto. Portanto, isto é o cumprimento de uma mera formalidade e não podendo antecipar o que quer que seja não me compete e não sou eu que julgo, devo confessar a todos os membros desta Assembleia e que todas as pessoas que estão envolvidas neste processo podem por antecipação estarem descansadas e absolutamente convictas de que, cumpriram de uma forma capaz, cabal, séria, o seu dever na persecução do interesse público. Sou um cidadão

Oliveirense, tenho quarenta e sete anos e durante muitos anos tive alguma vergonha daquilo que era o Largo do Gemini. O Largo do Gemini e todas as obras que vieram a ser implantas no Largo do Gemini, obviamente tiveram por trás de si, um cuidado fundamentado por parte do Executivo e de quem sustentou o que é que ali haveria de implantado. Esse cuidado, manifestou-se pela escolha do projecto de arquitectura, esse cuidado, manifestou-se na adjudicação por força do contrato público que foi celebrado, penso que, com a empresa Soares da Costa. Portanto houve por parte do Executivo e de todos os Vereadores que subscreveram e estão indiciados neste momento, houve um cuidado que era aquele que era de pedir, ou seja, nenhum dos elementos que hoje se vê indiciado por força aqui da deliberação do senhor Juiz do Tribunal de Contas, em termos de responsabilidade financeira, pode sequer no âmbito das cogitações, dizer eu terei sido negligente, eu terei sido indigente ao aderir sem reserva a aditamentos a contrato que obviamente teriam que ser formalizados. Porque, um projecto e é importante que isto também se saiba, é fácil analisar uma obra depois de ela estar concluída, difícil é conceber a obra, começar a executa-la e perceber, sobretudo neste domínio, que já existia complexo, por ventura o regime jurídico da empreitada e obra publica, hoje o diploma é outro, que é o contrato, código dos contratos públicos, contempla uma, enfim, está especificado, está delineado, a questão dos erros e omissões em projecto, ou seja; É de todo, em todo impossível, ao mais precavido dos humanos, contemporizar, aquilo que pode acontecer no decurso da obra. Isto é quase exigir a uma pessoa diligente, no seu projecto de vida, que tem uma formação cristã, ou não, que tem uma projecção académica, que faz todo um esforço para ser um bom homem, um bom pai de família, é pedir-lhe que ele consiga prever a sua vida desde que ela inicia até ao seu termo: Isto é um percurso de vida sem incidentes. Este assunto merecer reflexão. E também merecer reflexão por outro motivo, porque, deste parecer, portanto das conclusões do Tribunal de Contas, parece-me a mim, que há aqui algumas recomendações, à Câmara, porventura injustas, até, e falo porventura injustas, porquê? Porque eventualmente, se nós tivéssemos que, para fazer, face, aos eventuais erros e omissões tivéssemos que recorrer, a novas contratações, à elaboração de novos contratos, à escolha de novos empreiteiros, à escolha de novos arquitectos, nós teríamos uma dificuldade muito séria, em ter hoje, a obra que já temos implantada no local e portanto esta questão, deve referenciar, sendo obviamente desagradável para os que nela estão constituídos, merece da nossa parte uma solidariedade com a qual podem contar e se me é permitido, enfim, talvez, uma expressão mais ousada “absolutamente tranquilos podemos estar todos nós quanto a esta questão, porque de facto esta obra constitui, não um motivo de penalização para quem a legitimou, mas sim um motivo de regozijo, para Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, para os Oliveirenses, e, certos de que o interesse publico de Oliveira de Azeméis foi defendido de forma capaz e cabal. Tenho dito. ==

===== Seguidamente, O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====

===== Boa tarde, a todos, sintam-se cumprimentados e se me permitem, um cumprimento especial a Cucujães, na pessoa do Senhor Presidente da Junta. É sempre saudável a mobilidade destas Assembleias, até porque passa por aqui a proximidade que se quer entre decisores e eleitores. Relativamente a esta questão, de facto, teria um bocadinho mais a dizer do que aquilo que foi dito até agora. Quando se fala em drama na gestão, como o Dr. António Rosa disse, drama é isto. A gestão, nunca é inócua, tem sempre consequências, boas ou más. E independentemente do apuramento de responsabilidades, enfim, que Tribunal de Contas e o Ministério Público farão, há uma leitura política que nós devemos fazer, até porque, não devemos nunca repetir erros do passado. O tempo, que se espera por uma obra, é custo, é custo para as populações, é custo para a Câmara Municipal, é custo financeiro. O tempo que se paga. Aliás o custo que se paga por uma obra e os trabalhos a mais são custo para a população, são custo para o Município. Não é tudo um mar de rosas, estas coisas devem ser, enfim, alvo da nossa avaliação no final. O que nós temos aqui. E é daí a nossa necessidade de planeamento e quando no plano de saneamento financeiro falamos em planeamento, falamos nisso, a importância do planeamento, quando temos 25% de trabalhos a mais, nunca podemos dizer que o planeamento, enfim, vai-se alterando, temos sempre desculpas para essas questões. Nós pagamos isso, não estou aqui a imputar responsabilidades directamente a ninguém, mas temos todos de pensar nessas questões, negligência na gestão. É isto. É demorar anos a fazer uma obra, é prometer obra sempre para o ano seguinte, é inaugura-la sempre no mês a seguir e depois ao fim, apresentar uma factura, que é muitíssimo onerosa para os Municípios. A obra está feita e tal, agora não pensamos nisso. Pensamos sim. Porque o que está a mais ficou a menos noutra sítio qualquer. E numa visão mais geral se quiserem, estas questões, nunca são avulsas e nunca podem ser vistas avulsas. O planeamento de uma obra daquele tipo, tem a ver com uma coisa mais central, se quiserem, que é uma gestão integrada de espaço público, nunca se pode fazer investimento, enorme, numa obra daquelas num espaço que se quer central e depois ao lado permitir-se a construção um pavilhão como o “Staples” por exemplo, não se pode querer uma obra destas, achar que aquilo é uma obra fundamental e depois o pulmão verde, que seria desejado para aquela zona, como já aqui foi discutido, fica esquecido. Quando falamos em organização do território, quando falamos em planeamento falamos nestas questões, não é, falamos na dinamização daquele espaço. Enfim que se frequentam, começam a duvidar da galeria por exemplo. É disto que falamos. Não custa, felizmente ou infelizmente, nunca custa muito fazer uma obra, ou nunca está aí o ónus, o ónus, está sempre depois disso, como é que nós conseguimos dinamizar um espaço daqueles? E como é que nós conseguimos pensar a centralidade de um determinado espaço? E volto a repetir e a pegar nessa questão. Quando nós pensamos numa obra? Quando nós fazemos um determinado planeamento? Isto sim, não é uma questão menor, nós pensamos muito bem o que queremos para um determinado espaço e como queremos servir as populações, portanto dizer que a obra está concluída e que portanto não há mais nada a pensar. É errado. Até para no futuro não voltar a cair exactamente nas mesmas questões. Aqui a culpa morre sempre solteira, é a crise internacional que justifica, é a

diminuição de receitas que justifica, é a alteração dos contratos que justifica. Não é. Gestão é isto, quando nós criticamos e somos criticados sistematicamente, por votarmos contra, ou por enfim, fazermos algum ruído (se quiserem) em volta de algumas questões é nisto que falamos. Aqui está um exemplo materializado (se quiserem) do tipo de gestão que nós criticamos e quando dizemos que isto connosco não ser assim. Não seria. Isto é o que se quer dizer. É preciso dizer às populações, no fim é assim, tem ali uma obra muito boa, sim senhor, mas o custo acrescido daquela obra, foi esse. Política, é isto. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Fernando Ferreira, do PS. =====

===== A minha intervenção é muito curta, porque o deputado Bruno Aragão já tocou mais ou menos no essencial da questão, agora a minha intervenção era unicamente para de alguma forma “comentar” não tenho sequer essa situação mas era no sentido para comentar a intervenção aqui do Dr. Rui Nunes. De facto preocupa-me, não obstante o extensíssimo relatório que foi apresentado, o relatório de acção de fiscalização, o facto é que, nós temos aqui uma situação clara, como o Bruno Aragão disse, nós estamos a falar aqui de 25% de trabalho a mais, e o senhor deputado Rui Nunes, chegou aqui e disse: “os senhores não se preocupem com isto”. Eu até estou de alguma forma admirado por o senhor Presidente da Câmara ter algum incómodo, notei nas suas palavras, algum incómodo nisto, no sentido, acção, não tinham sido cumpridos alguns formalismos que a lei exige e notei, embora não tenha sido directamente responsável notei algum incómodo nas suas palavras, alguma preocupação, no sentido até de evitar situações de responsabilidade financeira para quem na altura votou aquela situação. O que me preocupa a mim é o seguinte, além do que disse o Bruno Aragão, o que me preocupa é as pessoas terem este tipo de sensibilidade, como teve o Dr. Rui Nunes. Dizer assim, bom, o importante, isto é injusto, porque, o importante é acabar a obra e acabar a obra como aquela que está ali, o importante é fazer a obra, mesmo ao arrepio daquilo que está plasmado na Lei. É óbvio que estamos a falar aqui Senhores deputados de uma derrapagem de 25%, 25% é um quarto da obra, bem, com aquela situação também do cálculo dos trabalhos a menos. Parece-me que de facto, todos nós, todos nós devemos, isto não tem obviamente votação este ponto, mas é uma questão que nós, Presidentes de Junta, Presidente de Câmara, Vereação, no sentido de termos algum rigor no uso das contas publicas. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado senhor Presidente. Só para dar nota, isto é para tomada de posição e para conhecimento, da Assembleia Municipal a mesma coisa que eu fiz na Reunião de Câmara. Não somos aqui nenhum tribunal, nem ninguém ainda foi aqui sequer acusado, ou

julgado, parece que já estamos a dizer que já está a condenação feita. Não, o Ministério Público está neste momento a apreciar, conforme já eu próprio expliquei, vai apreciar esta situação, vai acusar, ou não, e depois obviamente que as pessoas ainda têm o direito de se defenderem e seguramente que haverá argumentos, técnicos, que justifiquem esta opção, não vamos estar aqui a precipitar os acontecimentos, parece que as intervenções foram no tom de que já está tudo condenado, vai ter tudo responsabilidade. Quando eu mostrei a preocupação, oh Senhor deputado Fernando Pais Ferreira, eu repito, eu fico preocupado, sabe porquê? Porque no exercício das nossas funções, o Senhor está num Órgão Deliberativo, mas quem está num Órgão Executivo como nós e que somos confrontados com opções e decisões técnicas, devidamente fundamentadas e como não temos que ser, nem todos engenheiros, nem todos economistas, nem todos advogados, nem todos biólogos, somos muitas vezes levados pela informação que recebemos e votamos num determinado sentido e depois pode acontecer estas situações, conforme foi dito, as pessoas votaram, as que votaram e as que participaram, conscientes de que estavam a tomar uma excelente decisão para o Município, pela informação técnica assim o dizia, infelizmente o Tribunal de Contas veio a entender de forma diferente, portanto vamos agora esperar pelo Ministério Público. Muito obrigado. =====

===== Ponto trinta e sete: Alteração dos Estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria - Aprovação; =====

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ Considerando que: a) O Município de Oliveira de Azeméis é membro da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria (abreviadamente designada por AMTSM); b) Os Estatutos da Associação referida na alínea anterior não prevêm a competência para propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação; c) Um dos projectos mais relevantes da AMTSM é a implementação de um parque empresarial de recuperação de materiais, acolhimento empresarial e logística; d) O projecto atrás mencionado integra uma candidatura a fundos comunitários; e) A PERM, EIM é uma empresa pública intermunicipal cujo capital social é detido maioritariamente pela AMSTM; f) A PERM, EIM enquanto promotora da candidatura mencionada é responsável pelas diligências inerentes ao procedimento expropriativo com vista à declaração de utilidade pública e posse administrativa das parcelas de terreno afectas à implementação do projecto; g) Os estatutos da PERM, EIM não prevêm a possibilidade de requerer a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação; Impõe-se alterar os estatutos da AMTSM de modo a consagrar a competência para requerer a declaração de utilidade pública com efeitos de expropriação. Proponho, nos termos dos artigos 35º, nº 3 da Lei 45/2008, de 27 de Agosto, o aditamento de um nº 6 ao artigo 25º dos estatutos da AMSTM, publicitado no Diário da República, III série, de 28 de Junho de 2004, com o seguinte teor: “**Compete ao Conselho Directivo propor a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação.**” Mais se autorize, desde já, que a Assembleia Intermunicipal da AMTSM delibere*

a alteração dos estatutos da PERM, EIM no sentido de esta ficar habilitada a tratar a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação. Se submeta à Assembleia Municipal para efeitos da al. m) nº 2 do art.º 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Senhor Presidente esta alteração, nós temos que aprovar isto em sede de Assembleia Municipal. Tem a ver com a alteração dos estatutos da Associação de Municípios das Terras de Santa Maria, para terem competência para proporem a declaração de utilidade pública para efeitos de expropriação, que não existe na competência da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria e que devia existir, como não existe propomos esta alteração, isto tem estado directamente relacionado com o PERN, com o parque de recuperação de matérias, aquilo que é chamado na gíria o “parque das sucatas” em Santa Maria da Feira, que é uma obra e é um investimento da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria, é ela que é dona da obra, que participa também nessa empresa, chamada PERN, para que se possa dar seguimento à questão dos terrenos neste projecto há a necessidade que Associação de Municípios, ter nos seus estatutos capacidade ou essa mesma competência de poder propor utilidade pública daí a necessidade de a aprovarmos em sede de Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto trinta e oito: Fornecimento de refeições para alunos do 1º ciclo e jardins-de-infância do concelho para o ano lectivo 2011/2012 – Autorização de repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o previsto no n.º 2, do artigo 29º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, e ao abrigo da competência em mim delegada pelo Orgão Executivo para realização de despesas até 748.196,85€ (setecentos e quarenta e oito mil, cento e noventa e seis euros e oitenta e cinco cêntimos), de acordo com o despacho datado de 06 de Novembro de 2009, publicado em Boletim Municipal, e considerando: 1º A Informação Técnica da Divisão Municipal de Educação, com Ref.º I/29813/2011, que refere a necessidade de abertura de um procedimento para fornecimento de refeições para os alunos do 1º Ciclo e Jardins-de-Infância do Concelho para o Ano Lectivo de 2011/2012, bem como a RQI n.º 1035; 2º Que o valor total estimado deste fornecimento é de*

453.430,80€ (quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e trinta euros e oitenta cêntimos), para um período de vigência de onze meses (Setembro de 2011 a Julho de 2012), sendo a verba distribuída do seguinte modo: para o ano de 2011 (Setembro a Dezembro) prevê-se uma verba de 177.959,40€ (cento e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e nove euros e quarenta cêntimos), para o ano de 2012 (Janeiro a Julho) prevê-se uma verba de 275.471,40€ (duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e setenta e um euros e quarenta cêntimos). A todos estes valores acresce o IVA à taxa legal em vigor; 3º Que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1º, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. Proponho ao Órgão Executivo, que submeta à autorização do Órgão Deliberativo a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados referenciados no ponto 2, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. É um exercício também que já é habitual fazer nesta altura, nós temos que lançar o concurso do fornecimento das refeições para os alunos do primeiro ciclo e jardins-de-infância para o ano lectivo de 2011/2012 e há necessidade de Assembleia Municipal, aprovar a repartição do ponto de vista dos encargos económicos, parte em 2011 e parte em 2012, mas isso não pode ser feito sem que a Assembleia Municipal aprove, daí esta proposta. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto trinta e nove: Reconhecimento de interesse municipal para infraestrutura técnico da Empresa Dias Verdes, na freguesia de Fajões - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do artigo 23º, nº 2, alínea a), conjugado com as definições de “ Equipamentos públicos de interesse municipal reconhecido” e “ Estudos de integração ambiental”, submete-se à apreciação a proposta de enquadramento da pretensão da Empresa de Gestão de Resíduos Dias Verdes para a parcela de terreno de que é proprietária em Fajões. Com edificação em causa pretendem

apenas efectuar a triagem de resíduos para posterior tratamento em locais adequados. Esta infra-estrutura é indispensável ao tratamento dos resíduos sob a perspectiva ambiental, existindo todo o interesse para o município em poder dispor de tal infra-estrutura num local próximo a várias zonas industriais.” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *A empresa Dias Verdes ou “Greendays” em Fajões foi notificada pela CCDRN para a necessidade de obter este estatuto que no fundo é reconhecimento e interesse municipal das suas instalações em Fajões, com vista à renovação da certificação ambiental que lhes é concedida. Trata-se uma empresa que se dedica à triagem de diversos tipos de resíduos para posterior tratamento em locais adequados. Porque efectivamente eles fazem conforme consta do estudo de integração ambiental que está em anexo a esta proposta, fazem a triagem de uma série de resíduos de indústrias aqui do nosso concelho. Se eles não tiverem certificação ambiental por parte da CCDRN. Trata-se de uma empresa conforme também podem ver, da análise económica que se pode ver, que tem associados cerca de trezentos trabalhadores. Está sediada no nosso concelho. Portanto, é do nosso interesse a aprovação deste reconhecimento municipal, conforme resulta, conforme já disse também do estudo ambiental que está anexo a esta proposta.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número trinta e nove à votação, tendo sido deliberado por maioria, com vinte e quatro votos a favor do PSD, dois votos a favor do CDS/PP; e catorze abstenções do PS, aprovar a proposta apresentada.* ==

===== **Ponto quarenta: Isenção de pagamento de taxas à Empresa Tormetais, Ldª. - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Apreciada a exposição apresentada pela empresa requerente, e o conseqüente pedido de isenção de taxas relativas ao licenciamento da operação de loteamento, elabore-se proposta para reunião de câmara, nos seguintes termos: Considerando: O pedido de dispensa de pagamento de taxas pela requerente; Que a operação de loteamento foi imposição da legislação em vigor à data do pedido (emparcelamento de duas parcelas de terreno), e que hoje já não é legalmente exigida; Que da actividade exercida e a expandir resultarão a criação de novos postos de trabalho,*

essenciais ao desenvolvimento económico do nosso concelho; O momento de crise económica que não permite às empresas conseguirem os financiamentos necessários à sua manutenção e evolução; Que o Regulamento Municipal de taxas relacionadas com a actividade urbanística e operações conexas prevê isenções e reduções de natureza subjectiva e objectiva, nos termos do nº 7 do art. 6º, competindo à Câmara Municipal a análise e decisão das solicitações, na percentagem adequada; Que a Lei das Finanças Locais, publicada através da Lei nº 2/2007 de 15/01, estabelece no seu art. 12º, nº 2, que mediante proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal pode conceder isenções totais ou parciais, relativamente às taxas a cobrar pela primeira, proponho: A aprovação da redução/ isenção das taxas de licenciamento da operação de loteamento, remetendo-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia. =====

===== Portanto, este é um pedido de isenção e pagamento de taxas apresentado pela empresa Tormetais, de Nogueira do Cravo e que se prende com o seguinte. Esta empresa, para licenciar as suas instalações, procedeu à anexação de dois prédios, em 2007. Em 2007 este tipo de operação implicava, ou constituía um loteamento, nos loteamentos, o loteador é obrigado a ceder ao município, uma área para espaços verdes e uma área para equipamento, em 2008, surgiu uma nova legislação que veio alterar esta obrigatoriedade do loteamento e portanto, veio permitir que a fusão de dois prédios, seja um simplesmente um acto administrativo, basta ir a uma repartição de finanças e à conservatória do registo predial e unem-se dois prédios, sem estar dependente, desta operação de loteamento e sem estar dependente, desta obrigatoriedade de cedência de terreno para espaços verdes e para equipamentos. Como estes senhores, apesar desta operação, acabaram por não ceder área para espaços verdes e para equipamento, vão ter que pagar uma compensação por essa não cedência. O que eles aqui vêm dizer é basicamente o seguinte, a legislação a partir de 2008 deixou de exigir, esta obrigatoriedade de loteamento, portanto, deixou de ser obrigatória, esta cedência para o município. Das duas, uma, ou vocês, permitem, reconhecem, esta alteração legislativa e me isentam do pagamento destas taxas, pela não cedência. Porque agora não é obrigatório ceder. Porque agora isto não é uma operação de loteamento. Ou então, se não permitirem a isenção, eu vou ter que fazer um novo pedido de licenciamento. Portanto, aqui o que está em causa é reconhecimento dessa alteração legislativa. E no fundo, por razões de economia processual, aceitarmos que, o procedimento está correcto, já houve uma análise, por parte da câmara, sobre a legalidade da construção propriamente dita, em um reconhecimento de uma alteração legislativa e da não exigência desse acréscimo que existia em 2007 e a partir daí deixou de existir. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quarenta e um: Isenção de tarifas ao Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta – Aprovação** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “ - Que o Centro Social Paroquial do Pinheiro da Bemposta é uma Instituição de Solidariedade Social, sem fins lucrativos; - O meu despacho de 30.12.2010, efectuado em movimentos do documento relacionado E/39717/2010, que atendendo à urgência solicitada, defere o pedido de isenção de taxas à instituição supra referida; - O despacho do Dr. Pedro Marques efectuado por e-mail documento relacionado I/8039/2011, proponho: A ratificação do meu despacho, exarado em movimentos do documento E/39717/2010, de conceder ao Centro Social Paroquial do Pinheiro da Bemposta o pedido de isenção de taxas, nomeadamente: Taxas de ensaios de canalizações interiores; Taxa de comparticipação em condutas; Taxa de reposição de pavimento; Taxa de ligação de água; Tarifa de ramal de água; Tarifa de consumo água de 400 m³/mês, e o valor correspondente em tarifas indexadas a este consumo.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Este é um pedido que tem a ver com o Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta naquilo que diz respeito à isenção de taxas, nas taxas dos ensaios de canalização interiores, na taxa de comparticipação em condutas, na taxa de reposição de pavimento, taxa de ligação de água, tarifa de ramal de água e também a tarifa de consumo de água de 400m³ (quatrocentos metros cúbicos) mês, e o valor correspondente em tarifas indexado a este consumo. É um pedido da Centro Social e Paroquial do Pinheiro da Bemposta, que importa, tendo em conta a instituição que é e os fins a que se destinam, também merecer aqui a nossa aprovação. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e um à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto quarenta e dois: Declaração de Utilidade Pública da Zona Industrial de Loureiro – Aprovação** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Nos termos do disposto nas alíneas n) e o) do n.º 1 do artigo 13º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, “os Municípios dispõem de atribuições nos domínios da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e do urbanismo”. Nos termos da alínea g) do artigo 29º, compete aos Órgãos Municipais “declarar a utilidade pública, para efeitos de posse administrativa, de terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor plenamente eficazes”. A Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, que define o quadro de competências dos Órgãos Municipais, estatui na alínea f) do n.º 2 do artigo 64º, que compete à Câmara Municipal no âmbito do planeamento e desenvolvimento “criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal”. Por sua vez a alínea c) do n.º 7 do referido normativo estabelece ser da competência da Câmara Municipal “propor, nos termos da lei, a declaração de utilidade pública, para efeitos de expropriação”. O Decreto-Lei n.º 123/2010, de 12 de Novembro, na alínea c) do n.º 1 do artigo 11º consagra um regime especial para as expropriações necessárias “às infra-estruturas de criação... de áreas de acolhimento empresarial previstas no regulamento específico «sistema de apoio de acolhimento empresarial e logístico» do QREN” 2007/2013. As expropriações dos imóveis e dos direitos inerentes necessários à realização das referidas infra-estruturas são consideradas de utilidade pública e com carácter de urgência, nos termos do artigo 15º do Código das Expropriações, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 2º do mesmo Decreto-Lei. Com os fundamentos legais supra referidos a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, no prosseguimento das suas atribuições e competências, pretende implementar o Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, de acordo com as fases estabelecidas no seu programa de execução. Para o efeito está programada a execução faseada, que se inicia pela construção da Via do Sudoeste - Troço de ligação à variante EN 224 (Fase 1) e Infra-estruturação de quarteirões (Fase 2), fases que consistirão na concretização do loteamento industrial de Loureiro. O Loteamento Industrial de Loureiro abrange 40 ha, e pelo facto teve de ser alvo de Estudo de Impacto Ambiental, nos termos da lei, tendo o mesmo obtido Declaração de Impacto Ambiental favorável. Para a área em apreço, foram identificadas 124 parcelas de terreno e respectivos proprietários e titulares de direitos reais, conforme planta cadastral e listagem que se junto se anexa, e que integra a presente resolução de Declaração de Utilidade Pública. Para efeitos de previsão de montante dos encargos a suportar com a expropriação foi solicitada a avaliação das parcelas de terreno a perito da lista oficial, cujo relatório se anexa, nos termos do qual ficou determinado o montante de 825.288,67€ (oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos). As parcelas de terreno do Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro a afectar à criação de Área de Acolhimento

Empresarial, estão localizadas em espaço classificado como Zona de Industria, Zona de Armazéns, Comércio e Serviços, e Zona Verde Equipada, de acordo com o Plano de Urbanização em vigor. Nestes termos, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis delibera propor à Assembleia Municipal a Declaração de Utilidade Pública com carácter de urgência, dos imóveis e dos direitos que sobre os mesmos incidam (identificados na planta e na lista de identificação anexas à presente deliberação), abrangidos pelo Plano de Urbanização da Zona Industrial de Loureiro, para concretização do loteamento, com recurso a financiamento comunitário, para criação de Área de Acolhimento Empresarial. Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 10º do Código das Expropriações serão notificados os proprietários e outros titulares de direitos sobre os imóveis da presente deliberação, mediante carta ou ofício registado com aviso de recepção. Nos termos do n.º 1 do artigo 91º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, vai ser publicitada a presente deliberação em Edital, afixado nos locais de estilo, durante 5 dos 10 dias subsequentes à tomada da deliberação, bem como em Boletim da Autarquia e nos jornais regionais da área do município nos trinta dias subsequentes à tomada de decisão.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado Senhor Presidente. Estamos perante uma situação que está directamente relacionada, conforme já foi discutido hoje em sede desta Assembleia Municipal, aquilo que é considerado investimento estratégico, para o Município de Oliveira de Azeméis. Ou seja, transformar um velho sonho, uma velha aspiração, em realidade, tem a ver com a criação da “Área de Acolhimento Empresarial de UL/Loureiro”, é uma situação que já vem há muitos anos, que está há muitos prevista e foi prometida também já há muitos anos e neste momento estamos próximos como disse de transformar esse sonho em realidade. Há-de passar por diversa tramitação, uma das quais passa pela declaração de utilidade pública para efeitos da posse administrativa dos terrenos necessários à execução dos planos de urbanização e dos planos de pormenor, plenamente eficazes. Estamos a falar de uma área de 40ha, (quarenta hectares), estamos a falar segundo levantamento cadastral de 124 parcelas e portanto, estamos a falar, depois de feito o estudo de impacto ambiental e de o mesmo ter obtido também uma declaração de impacto ambiental favorável, estamos a falar de mais uma fase que precisamos de vencer que é a declaração de utilidade pública. Estamos a falar, conforme o documento que foi distribuído, estamos a falar, para efeitos de avaliação, por parte de um perito oficial, estamos a falar de “825.288,67€ “ (oitocentos e vinte e cinco mil, duzentos e oitenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos) que é quanto nós temos que ter do nosso lado, para poder entregar ao tribunal para procedermos então, como caução, para termos a posse administrativa dos terrenos e podermos então, desenvolver de forma mais célere também todo este procedimento. Isto obviamente que depois passará pelos contactos com os próprios proprietários, proprietário a proprietário, parcela a parcela, mas, importa hoje, resolver este problema da declaração de utilidade pública

que é um passo mais importante. Há pouco, conforme tive oportunidade de vos explicar, na Associação de Terras de Santa Maria naquilo que diz respeito ao PERN e é um projecto mais antigo, essa situação ainda não foi feita, porque os estatutos da Associação não o permitiam e portanto é também como disse, é mais um passo a dar neste longo trajecto que estamos a percorrer, tendo em conta a construção deste investimento estratégico para o nosso Município. Muito obrigado Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela e. Ricardo Bastos =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====

===== Era só um pedido de esclarecimento. Isto falou-se numa primeira fase. Isto, os 40 ha., é totalidade da zona toda, industrial? É uma parcela? Se for só uma parte, vão ser todos expropriados pelo mesmo valor? Eu não percebi porque, pareceu-me pelo que avaliei, quando pesquisei no site da Câmara, que o valor que era o, a dimensão do terreno seria perto dos 100 há, qualquer coisa assim. Vai-se salvaguardar os outros proprietários de maneira a não prejudicar o valor do terreno para cada um? Não é? Posso estar a fazer uma pergunta incorrecta, mas aí corrijam-me por favor. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== Muito obrigado. Estou aqui porque vou ser porta-voz do Senhor Presidente da Junta de freguesia Loureiro, que no entanto pede desculpa pela sua ausência da sala, porque têm Assembleia de Freguesia neste momento. No entanto incumbiu-me de transmitir ao Senhor Presidente da Câmara, no sentido de lhe comunicar que se congratula na materialização desta obra após trinta anos de paciente espera, isto depois de tantos Presidentes de Câmara e Presidentes de Junta e após o êxodo de várias empresas para conselhos vizinhos. Finalmente a obra vai arrancar e o Presidente da Junta de Loureiro naturalmente se disponibiliza conforme tem sido até agora, para continuar a colaborar, empenhadamente, para, e no sucesso desta infra-estrutura, que representa tão-somente o maior investimento de sempre na sua Freguesia de Loureiro. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== *Exactamente, Senhor Presidente. Uma primeira nota, não o fiz porque não o vi na sala, mas, obviamente que o Presidente da junta de Loureiro, Rui Luzes Cabral, tem sido incansável no trabalho de parceria e muito trabalho que é preciso fazer no terreno para esta situação e ainda, vai ter que fazer muito mais. Ou seja, quando agora se iniciar as conversações com os próprios proprietários, nós aliás, queremos fazer quartel-general na Junta de Freguesia esperamos que, não nos cobre renda pelo espaço que lhe vamos pedir, porque interessa estar ali próximo das pessoas, obviamente e tem sido o Presidente da Junta, tem sido incansável na colaboração que tem dado neste projecto, é um projecto estruturante para o Concelho, para a Região Norte e muito em particular para a Freguesia de Loureiro, como é evidente e para a Freguesia de Ul. Conforme acabou de ser reconhecido. A questão que o Senhor deputado Miguel Portela colocou. Estamos a falar, a zona industrial tem 120ha, (cento e vinte hectares), ou seja aquilo que está destinado. Você disse perto de 100 (cem). São 120ha (cento e vinte hectares), aquilo que esta candidatura, que este projecto e por isso a própria CCDRN também delimitou um pouco o espaço, a 40ha (quarenta hectares) e é sobre esses 40ha (quarenta hectares) que incide esta declaração de utilidade pública. A zona industrial, esta devidamente salvaguardada por 120ha (cento e vinte hectares).* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quarenta e dois à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto quarenta e três: Eleição de um Presidente de junta de Freguesia para participar no Congresso Nacional da Associação de Municípios Portugueses – Eleição*** =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra.* =====

===== *Chegou aqui à mesa, grupo parlamentar do PSD. Uma proposta. Quero perguntar aos restantes grupos parlamentares se têm alguém a indicar? Não! A bancada do grupo parlamentar do PSD, portanto isto é lista única, vem por este meio apresentar o Senhor José Santos como efectivo e o Senhor Manuel Rebelo como suplente, na indicação de Presidente de Junta para participar no Congresso Nacional da Associação de Municípios Portugueses. Portanto, vamos indicar esta como lista única, lista A* =====

===== *Seguidamente procedeu-se à chamada dos membros da Assembleia, estando presentes na altura da votação trinta e seis membros dos quarenta e seis que a compõem tendo-se verificado a seguinte votação; vinte e quatro votos na lista A e doze votos em branco.* =====

===== *Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade.* =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Altino, Albertino Bastos, Jorge Paiva, Vítor Silva, Jorge Paiva, João Santos =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Altino Tavares, residente em rua António Alegria, 221, Oliveira de Azeméis=

===== Boas noites, antes de iniciar agradecer ao Senhor Presidente da Assembleia. Quando surgir novas Assembleias noutros locais, que delimitem o espaço relacionado com o público e o espaço relacionado com Assembleia, porque a pessoa não sabe onde é que se há-de sentar, fez-me uma observação, que no meu entender, foi um pouco esquisita. Bom, Senhores Presidentes, Senhores e Senhoras Vereadores, Membros da Assembleia, Publico. Boas noites, é gratificante verificar que a nossa Câmara, na pessoa do nosso Presidente Dr. Hermínio Loureiro, fez deslocar hoje a Assembleia Municipal, para este Centro Cultural de Cucujães. Seria mais gratificante para mim e provavelmente para muitos munícipes, das nossas freguesias, que a Câmara Municipal não se esquecesse das restantes freguesias. Já conheço este espaço e louvo todos os executivos desta Junta de Freguesia, por este espaço de cultura, que é excepcional. O menos excepcional, é verificar que o espaço localizado um pouco mais acima de onde estamos, iniciaram uma construção que está incompleta e que será talvez um dia, um local de lazer e também o complemento de Cultura desta obra, para as gentes de Cucujães. Também é de lamentar, já que estou em Cucujães é a rotunda que alguém se lembrou de fazer, um pouco mais acima, onde nós estamos e que no meu ponto de vista não tem pés nem cabeça, ou seja não tem razão de existir, pois obriga a quem circula de norte para sul a uma manobra deveras perigosa, para uma simples rotunda. Do pouco que conheço de Cucujães, devido à sua grandiosidade populacional e ao seu tamanho, é um facto que parece não mais ter cura na via de comunicação, para quem passa pelo Museu de Cucujães em direcção à Biblioteca desta freguesia. Estou a referir-me ao cotovelo que aí existe. Espero que como Oliveirense que sou, que todos se empenhem, para que estas situações sejam resolvidas, para que exista de facto uma qualidade de vida, que iniciaram e que deverá um dia ter um fim feliz. Também não entendo o porquê de Ovar ter efectuado todas as infra-estruturas viárias até ao seu limite e Cucujães ou seja Oliveira de Azeméis, nada fez nesse sentido, para que dessem continuidade a esse empreendimento. Não vou falar mais de Cucujães, porque outras realidades e carências, desta gente, deverão se reivindicadas por elas. Os agradecimentos de todos os que utilizam a fonte de Mogus, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata da Seixa, pela acessibilidade concluída. Certo que não tive tempo de conhecer todos os objectivos para que foi a GEDAZ constituída. Do que sei desta empresa é que tem como sócio principal a nossa Câmara Municipal. Portanto estou a falar de uma empresa Pública. Tem como objectivo desta empresa pelo que sei, a promoção desportiva, ligada principalmente à exploração de todas as actividades

na piscina municipal e também no pavilhão municipal, exploração essa, para quem quiser praticar qualquer desporto, ou actividade nesta ou nestas unidades, feitas com dinheiros públicos e possivelmente com dinheiros comunitários, temos que pagar o que a empresa quer. Pagar o que a empresa quer, - quer dizer que a empresa tem custos e tem proveitos. Para não ter prejuízo, todas as despesas deverão ser necessariamente aprovadas e nunca superiores aos proveitos. A não ser, que se apoiem nos financiamentos da Câmara, como principal sócio, para custear todos os investimentos necessários ou desnecessários, ou o custo com o pessoal também necessário ou desnecessário. Espero ter sido bem claro, que como munícipe, e ao que me chega às mãos, constatei que a empresa teve um Resultado Líquido de 285.000€ negativos. Se fosse minha empresa diriam: se a sua empresa dá prejuízo, se não tem facturação suficiente que crie lucros, para pagar impostos e taxas e todos os custos fixos, que feche porque não tem rentabilidade. É exactamente isso que eu digo da minha análise à GEDAZ. Feche. Porque hoje deram um prejuízo de 285.000€, amanhã espero estar vivo, para ver qual será o prejuízo do próximo ano. Para terminar faço a seguinte pergunta. Quem paga estes prejuízos? É só, obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Albertino Bastos, residente na freguesia de Santiago de Riba-UL. =====

===== Senhores Presidentes, boa noite. Em primeiro lugar fico muito satisfeito por saber que a nossa Câmara está a fazer uma boa gestão financeira, que tem e eu vi com muito agrado, os seus pagamentos antecipados, só que há pelo menos um credor que está atrasado. Que é a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. E nós, estamos aflitos e apesar de termos pedido algumas audiências ao Senhor Presidente, fui sempre atendido por outra pessoa, uma vez que eu queria falar com o Senhor Presidente, era com o Senhor Presidente e não teve a gentileza, ou a amabilidade de me receber. Porque a gente anda na rua e ouve e vou a várias instituições e dizem, vocês vão a tal parte... (tenho que apontar a memória já não me ajuda), mas por exemplo Senhor Presidente, disseram-me que, e era isso que eu queria da Câmara, não era bem o dinheiro, era por isso que não me recebiam, mandavam sempre uma resposta que neste momento não podiam atender. E uma ocasião, por acaso a Senhora já se foi embora Dr.^a Gracinda Leal, perguntou-me. Se eu queria ser recebido por ela? Não, eu quero ser recebido pelo Senhor Presidente, a Senhora Dr.^a pode estar e deve. Disseram-me que o Gabinete de Apoio Projectos da Segurança Social, falar com uma Dr.^a Cristina, que podia ajudar-nos a resolver o problema. A nossa instituição, deve ser a instituição mais velha do concelho e a primeira do país, a prestara assistência à terceira idade, eu tenho uma vaidade nisso que vocês não imaginam, foi a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro a primeira instituição do país a lavar o rabinho aos velhos e às velhas e não tem, julgo eu, aquele carinho, aquela atenção que merecia por parte da Câmara e eu começo já pelo tempo do Senhor Ângelo Azevedo, o Senhor Ângelo Azevedo, quando foi Presidente teve a gentileza de me telefonar de quem eu era amigo a

dizer que se ia embora, mas que tinha deixado ficar no orçamento uma verba de cinco mil contos para a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. Essa verba, alguém a levou. Foi desviada. Ela foi para alguém, o que não foi para a Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. Nunca recebemos um tostão de subsídios, quando até aí havia subsídios para todas as instituições, julgo eu. Cortaram e muito bem, foi para pagar os calotes atrasados, das próprias associações, concordo com isso. Agora o que eu não concordo é que outras instituições estejam a receber subsídio, quando afinal de contas não se subsidia uma instituição da categoria da Associação de Melhoramentos Pró-Outeiro. Senhor Presidente se quiser ver as nossas contas, vai ver que não há um cêntimo, de despesas de deslocações e de qualquer outra despesa, aquilo saí do meu bolso e de outros. Portanto, acho que merecia o carinho da parte da Câmara e ajuda da parte da Câmara. Por outro lado verifica-se que realmente, qualquer dia começasse a subsidiar um grupo qualquer de jogadores de sueca. Quando a nossa instituição, repito, está a fazer um serviço que é admirado em toda a parte. Por outro lado, também com certeza que há uns senhores presentes. Vi com agrado que há três Câmaras no nosso país que estão a fazer aquilo que a Associação Pró Outeiro faz a expensas da Câmara. Uma é ali para os lados do Norte e as outras duas são no Alentejo. Portanto, julgo que estas instituições, estou a defender a minha e as outras também, mereciam ter um certo apoio da Câmara e quando nós pedíssemos uma audiência ao Senhor Presidente, mesmo contrariado, que fizesse o favor de nos receber, porque a gente tem sempre qualquer coisita na manga, já lá fui uma vez, o Senhor Presidente na minha presença disse à Dr.ª Gracinda Leal para ao outro dia ir lá para Lisboa (a Dr.ª Gracinda não está, mas se estivesse eu dizia na mesma), em vez de ir lá, telefonou. Isso faz-me lembrar uma coisa muito antiga, o Liceu de Oliveira de Azeméis quando foi para São João da Madeira, lembra-me que o Dr. Barbosa, que deu como desculpa que tinha mandado um ofício para o Ministério da Educação, mas os de São João da Madeira foram todos para lá. Nós em vez de mandarmos um telefonema. Um telefonema a pessoa nem vê a cara que ela está a fazer. Vamos a Lisboa, eu não me importava de disponibilizar o meu carro, para ir a Lisboa falar com aquela gente. Porque nós temos razão. Pois minha Senhoras e meus Senhores, Senhores deputados, eu faço aqui um convite, a cada membro, um de cada partido, ou dois, ou três, para um dia, nós temos oito equipas de dezasseis mulheres que começam às cinco da manhã e acabam às oito da tarde, que percorrem o concelho todo e já fomos a São João da Madeira. Já fomos a São João da Madeira fazer um serviço, a uma Senhora. Andam de manhã à noite. Um membro de cada partido vá ver, o que a Associação de Melhoramentos Pró – Outeiro faz no nosso concelho. Aquilo que eu pedia, era um bocadinho mais de apoio da Câmara, que nos ajudasse porque aquilo que nos querem fazer do PARES, é um roubo escandaloso, porque que eles estão a dizer que um tijolo não se pode substituir duas vezes. Mas é o seguinte nós fizemos um centro de dia, andamos a construir um centro de dia. Depois eu vi que aquilo com uma placa, se podia fazer um lar e depois fomos para o lar o que nos custou mais 400.000,00€ (quatrocentos mil euros), teve uma derrapagem, e de 400.000,00€, (quatrocentos mil euros) vai para 1.000.000,00€ (um milhão de euros) e eles cortaram-nos o subsídio alegando que não se podia subsidiar um tijolo,

duas vezes, eu não sei a que tijolo, eles se estavam a referir, eram os tijolos que já eram nossos? Já estavam pagos. Está aqui um homem, que como eu, contribuiu para que se fizesse lá um centro de dia. Portanto, tudo aquilo que se gastou foi para o Lar. Os meus agradecimentos e desculpem a minha maçada. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vítor Silva, residente na freguesia de Nogueira do Cravo. =====

===== Boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, restante Público. O assunto que me traz cá é o seguinte: Sobre o ponto da ordem de trabalho numero trinta e dois, classificação e cadastro dos caminhos públicos e municipais de Oliveira de Azeméis, freguesia de Nogueira do Cravo. Eu vivo no bairro de Figueiredo, que é uma rua em Nogueira do Cravo, uma rua sem saída. Eu ando com um problema já há dois anos e meio, tenho feito denúncia na Câmara Municipal e tenho pedido, tenho pedido saber a classificação do terreno, se é público, se é privado? Ao qual a Câmara não me sabe responder. No final da rua, alguém comprou dois lotes de terreno, tinha um de cada lado e fechou uma área da rua de 3,5m² (três metros e meio quadrados), eu fiz uma denúncia à Câmara Municipal, que até hoje não tenho resposta. Apesar desta denúncia feita, a Câmara Municipal atribuiu uma licença de portão para fechar essa própria rua, eu queria perguntar ao Senhor Presidente qual é a classificação que tem a rua Bairro Figueiredo? E a área? Eu fui prejudicado, eu tenho um portão de entrada de garagem no limite da rua, estou impedido de meter o meu carro na garagem e tirar. Lamento que a Câmara Municipal não me saiba dizer qual a classificação da rua? E portanto, é esta a questão, agora vejo-me deparado com esta situação classificação e cadastro de caminhos públicos da freguesia de Nogueira do Cravo, e eu, fico sem saber e nem sequer sou informado. Porque o meu terreno é cortado pela rua, é o mesmo lote de terreno que está cortado pela rua, a meio. Eu entendo que se a outra pessoa quando tinha dois lotes, um de cada lado da rua, se entendeu no direito de se apropriar da rua, que era dele, eu entendo que tenho mais direito ainda, porque o meu é um lote único que está cortado a meio. Eu gostaria de saber qual é a classificação? E já agora, Senhor Ricardo Tavares que está com o processo em mãos, se me podia dizer alguma coisa sobre este assunto? Muito obrigado, boa noite. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Muito boa noite, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, Membros da Assembleia, Público aqui presente e Imprensa. Não era para vir cá mas, aproveitei a dica até para ver este rico auditório. Dou os parabéns ao amigo Silva, aqui em Cucujães, é realmente uma obra bonita, é de facto um bom trabalho. Uma das questões

que queria colocar em primeiro lugar. Foi a Assembleia Municipal ter aprovado aqui um voto de louvor à nomeação de um concidadão meu, para a Confragi, em que isso dá nome não só à terra, prestígio também ao Concelho de Oliveira de Azeméis, uma organização tão importante, como é a da lavoura Portuguesa. A segunda questão, prende-se com um abaixo-assinado, que eu tive o cuidado de ser o primeiro titular e que eu apresentei na última, na penúltima Assembleia Municipal, abaixo-assinado esse que diz respeito à rua 30 de Agosto. Lamentavelmente, antes do lamentavelmente, eu gostaria de saber Senhor Presidente da Mesa, se for possível obter da parte do Senhor Presidente da Câmara, alguma resposta, ao abaixo-assinado que eu pessoalmente entreguei no âmbito desta Assembleia? Digo isto porquê? Lamentavelmente, os cidadãos moradores nessa rua já se deslocaram a instituições, nomeadamente, para tirar o cartão do cidadão, ou até afrontados com GNR, ou por outras situações, nomeadamente os comerciantes. Ao contrario daquilo que foi dito, em Junho em plena assembleia de Freguesia, que a rua não tinha sido mudada. O Senhor Presidente da Junta na altura disse que a rua não tinha sido mudada. Efectivamente, no mupi que lá tem, o mapa está lá, rua, com todo o devido respeito, volto a frisar, pelo saudoso Augusto Pais, Augusto da Rocha Pais Ferreira, o nome da rua, está da rotunda do Lindolfo, naquele bocado de estrada da Via do Nordeste, está lá no mupi. Lamentavelmente, a Junta de Freguesia de Fajões, não sei por quem, mas o Senhor Presidente da Junta, sabe. Apresentou uma proposta à Câmara Municipal, que por sua vez foi analisado pela comissão de toponímia local no âmbito Municipal e depois de analisar a respectiva proposta, foi remetida ao Vereador respectivo e por sua vez o Senhor Presidente mandou agendar para uma reunião camarária e submetida a discussão nesta Assembleia Municipal a 25 de Junho do ano passado. São documentos oficiais, não preciso de os ir tirar à Junta de Freguesia, ao contrário do que tentam apelidar, isto faz parte do site oficial da Câmara Municipal, são documentos apensos à deliberação. Lamentavelmente, essas mesmas pessoas dirigem-se ao Senhor Presidente da Junta. Ai! Isso é com a Câmara. Eu agora pergunto, com todo o respeito que a Comissão que analisou a toponímia, a deliberação do Órgão Municipal, e ratificada aqui pelo Deliberativo, se isto faz lei? Ou andamos aqui a brincar às Juntas de Freguesia? Eu só gostava, se for possível obter essa resposta? Está aqui a Comissão que fazia parte, Dr. Ricardo Tavares, Dr. João Osório, Senhor Ricardo Bastos, Senhor José Santos e senhor Rodrigues Silva, portanto isto não foi invenção, nem da minha parte, está publicado no site oficial, qualquer cidadão vai ao site oficial, está lá o nome da rua, “Augusto Pais” por cima do trajecto onde era a rua “30 de Agosto”. A outra questão, reporta-se aos limites com Fajões/Cesar e eu aqui recordo que numa Assembleia de Freguesia a 6 de Dezembro de 2006, a Assembleia de Freguesia por unanimidade, não rectificou a proposta do documento do IGP no troço entre o Marco Sete, Cinco etc., etc. Precisamente aquilo que eu tive oportunidade a 8 de Dezembro de 2009, na companhia do Senhor Presidente da Junta e mais cinco ou seis pessoas, tenho aqui as fotografias todas, uma a uma e que me acompanhou, eu é que fui mostrar os Marcos ao Senhor Presidente da Junta, porque ele não sabia onde é que eram os marcos. E mais, como o assunto dos limites é um assunto público quero recordar aqui

ao Senhor Presidente da Junta que nas minhas costas em plena Assembleia de Freguesia, pseudo Assembleia, tentou dizer, que eu já no meu tempo em Romariz, cedi terreno a Romariz. É falso Senhor Presidente da Junta. Porque nessa altura acompanhei a limitação, ponto a ponto e depois de estar os limites correctos, já tem mais de trezentos ou quatrocentos anos, aí sim a Junta de Freguesia de Fajões, foi representada pelo Senhor Hernâni Amorim, foi ao IGP à Feira, foi rectificar e assinar o documento com a Junta de Freguesia de Romariz e o IGP. O Senhor disse isso. Tenho a gravação e está na acta. Tenho dito, muito obrigado. =====

===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor João Santos, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal Dr. Jorge Silva, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Oliveira de Azeméis Dr. Hermínio Loureiro, excelentíssimos Senhores Deputados da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, excelentíssimos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, meus Senhores e Minhas Senhoras. Venho a esta Assembleia pública, não para expor aspectos negativos e ou menos positivos, aqui expostos. A minha intenção, intervenção aqui, baseia-se fundamentalmente de um agradecimento público quer à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em especial ao seu Presidente da Câmara Dr. Hermínio Loureiro, quer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia, em especial ao seu Presidente da Junta José da Silva Santos. É com grande contentamento que hoje vejo o aldeamento de São Marcos, cito “em Fajões”, aldeamento no qual sou morador, um piquete da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, a proceder à limpeza dos terrenos, que infelizmente por falência, ou outra razão alheia ao meu conhecimento, foram abandonados pelo proprietário. O aldeamento não foi concluído e mais concretamente abandonado, ratos e outros bichos ali desenvolvem. Até cabos de cobre já nos roubaram. Hoje digo, bem-haja à Junta de Freguesia de Fajões e um bem-haja à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, em meu nome pessoal e minha família, bem como todos os moradores do aldeamento São Marcos, sito, “em Fajões” o nosso muito, muito obrigado. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 22h 30m, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====